



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Clara Santos Henriques de Araújo

**Acolhimento é cuidado? O trabalho de profissionais da psicologia em
instituições de acolhimento para adultos na Assistência Social**

Rio de Janeiro

2024

Clara Santos Henriques de Araújo

Acolhimento é cuidado? O trabalho de profissionais da psicologia em instituições de acolhimento para adultos na Assistência Social

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra Jimena de Garay Hernández

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A663	Araújo, Clara Santos Henriques de. Acolhimento é cuidado? O trabalho de profissionais da psicologia em instituições de acolhimento para adultos na Assistência Social / Clara Santos Henriques de Araújo. – 2024. 113 f.	
------	---	--

Orientadora: Jimena de Garay Hernández.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Psicologia social – Teses. 2. Assistência Social – Teses. 3. Acolhimento – Teses. I. Hernández, Jimena de Garay. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

br

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Clara Santos Henriques de Araújo

**Acolhimento é cuidado? O trabalho de profissionais da psicologia em instituições de
acolhimento para adultos na Assistência Social**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 13 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Jimena de Garay Hernández (Orientadora)
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Esther Maria de Magalhães Arantes
Centro de Educação e Humanidades - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Rachel Gouveia Passos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a. Ana Claudia Lima Monteiro
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Para Cristóvam, que andou pelos corredores da UERJ antes de mim, para que eu pudesse
fazê-lo agora.
Para Cláudia, eu escrevo para me distrair do vazio de sua falta.

AGRADECIMENTOS

Esse texto aconteceu porque eu tive – e tenho – a sorte dos bons encontros.

Agradeço a Jimena, uma orientadora carinhosa, disponível e atenta, em cada passo do processo. Às professoras da banca, Rachel, Esther e Ana, agradeço a disponibilidade de ler e participar dessa construção.

Agradeço a Ana Carolina, a primeira amizade que fiz na UERJ, pelos sabores e acolhimento que me trouxe. Às meninas do grupo de pesquisa, Eleni, Meire, Júlia, Helô, obrigada pela leitura, pelas sugestões e pelo espaço afetivo.

Eu tive colegas de equipe que me apoiaram em cada momento do mestrado, do processo seletivo até a entrega do texto. Tuane, Thaís, Lílian, Isabel, obrigada pelo apoio. Eu tive duplas incríveis, que trocaram ideias comigo: Silvonete me disse que eu seria capaz de entrar no Mestrado, Natalina me disse que eu seria capaz de terminá-lo. Obrigada a todas vocês: sem as suas presença e parceria no trabalho, não sei se eu teria esperança em práticas éticas e críticas na Assistência Social.

Agradeço às “minhas” usuárias e usuários, pessoas com quem aprendi muito sobre ser psicóloga e sobre viver no mundo. Obrigada por compartilharem um pouco de sua história comigo. Agradeço às/aos profissionais que concordaram em participar das entrevistas, compartilhando generosamente comigo seu tempo e conhecimento.

Minha tia Léo revisou cuidadosa e minuciosamente os erros ortográficos desse texto, não apenas com competência, mas também com bom humor: ela é incrível! Meu irmão Wladimir buscou com rapidez na internet um livro de que eu precisava para a escrita, e só posso agradecer. Meu pai Cristóvam cuidou e cuida de mim de muitas formas diferentes, inclusive me buscando no metrô tarde da noite, voltando da universidade. Eu gostaria de poder retribuir toda a poesia que ele me traz com sua presença.

Agradeço ao Phillipe, que é minha família, por todos os abraços e por toda a paciência. Às e aos ancestrais, eu agradeço.

E continua buscando,
no avesso da memória,
os olhos de outra cidade,
nascida de outra história.

Cristóvam Araújo

RESUMO

ARAÚJO, Clara Santos Henriques de. *Acolhimento é cuidado? O trabalho de profissionais da psicologia em instituições de acolhimento para adultos na Assistência Social*. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Essa pesquisa teve como objetivo conhecer e discutir as práticas de profissionais da psicologia em instituições de acolhimento para adultos e famílias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para tal, foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas, a escrita de um diário de campo da rotina da pesquisadora como psicóloga atuante em instituição de acolhimento e uma pesquisa bibliográfica sobre acolhimentos institucionais feita em periódicos científicos. Ao longo desse trabalho, foi realizada a escolha de dialogar com pensadoras e pensadores do Sul Global que discutem criticamente o tema da colonialidade, e em especial com uma metodologia cartográfica feminista. São feitas considerações sobre a construção da Assistência Social e de Unidades de Acolhimento no Brasil e como essa herança perpassa e compõe a atuação da Psicologia no SUAS. Discutiremos o conteúdo das entrevistas e do diário de campo a partir de três categorias analíticas: Ajudar, Defender e Controlar. Continuaremos traçando considerações sobre cuidado e acolhimento e, por fim, teceremos considerações reunindo o que foi discutido até então.

Palavras chave: acolhimento, assistência social, cuidado, Psicologia.

ABSTRACT

ARAÚJO, Clara Santos Henriques de. *Does shelter equals care? The work of psychology professionals in Social Assistance shelters for adults*. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This research aimed to comprehend and discuss the practice of psychologists in shelters for adults and families in the scope of the Unified Social Assistance System (SUAS). Hence, seven semi structured interviews were made, as well as the writing of a field journal about the routine of the researcher as a psychologist who works at a shelter and a bibliographic research of papers about shelters in scientific journals. Throughout this work, it was made a choice to converse with intellectuals from the Global South who critically discuss the theme of coloniality, and in special a feminist cartographic methodology. Arguments are made about the construction of the Social Assistance field and the Shelters in Brazil, and how this inheritance crosses and composes Psychology practice at SUAS. The content of the interviews and field journal will be addressed in relation to three analytical categories: Help, Defend and Control. Additionally, we will weave considerations about care and embrace/shelter, and draw conclusion gathering what was discussed.

Key words: shelter; social assistance; care; Psychology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Artigos sobre abrigo separados por ano de publicação	36
Figura 2 - Artigos sobre acolhimento separados por ano de publicação	37
Figura 3 - Artigos sobre abrigo separados por Estado.....	39
Figura 4 - Artigos sobre acolhimento separados por Estado	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNPAPA – Fundação Papa João XXIII

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

PSE – Proteção Social Especial

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SMASES - Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UA – Unidade de Acolhimento

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP - Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AS FRONTEIRAS COMO MÉTODO.....	15
1.1 O nosso trabalho: trabalhadora-pesquisadora.....	17
1.2 Passar uma chuva.....	20
2 ESTOY NORTEADA POR TODAS LAS VOCES QUE ME HABLAN SIMULTANEAMENTE	25
2.1 HERANÇA DA ATUAÇÃO PSI NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	25
2.2 UNIDADES DE ACOLHIMENTO E SEU PÚBLICO	28
3 UM PADRÃO DE TECELAGEM.....	35
3.1 Sobre o que se escreve?.....	35
3.2 De onde se escreve?.....	38
3.3 Quem escreve?.....	41
4 AS FRONTEIRAS DA ATUAÇÃO	44
4.1 Ajudar.....	45
4.2 Defender.....	51
4.2.1 <u>Costurar uma rede furada</u>	58
4.3 Controlar.....	65
4.3.1 <u>Direito ou denúncia?</u>	74
5 A VILÃ BOAZINHA: SOBRE CUIDADO E ACOLHIMENTO	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A	112
ANEXO A.....	114

INTRODUÇÃO

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

Por que decido iniciar um Mestrado? Por que começo a pesquisar sobre meu campo de trabalho? Em 2019, eu começo a trabalhar em uma Unidade de Acolhimento que atendia mulheres cis e trans e famílias em situação de rua e vulnerabilidade¹. É um equipamento que pertence ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS²), e assim eu vou aos poucos conhecendo como funciona a rede de Assistência no município onde eu trabalho e, na rotina, encontro usuárias e usuários, crianças e adultos e também a equipe que atende essas pessoas nos diversos espaços que elas frequentam, em suas interfaces com políticas públicas do próprio sistema de assistência, mas também de saúde, educação, cultura e segurança pública.

Uma impressão que ficou gravada em mim e que ainda me vem ao corpo quando penso nos meus primeiros meses de atuação é que eu me via cercada de relações violentas. Os pais eram violentos com suas crianças. Os homens eram violentos com suas companheiras. Funcionários/as eram às vezes explicitamente agressivos na fala com as/os usuárias/os - outras vezes a violência aparecia de maneira mais sutil, em um descaso com o trabalho. As próprias relações de trabalho aconteciam frequentemente através de hierarquias bem demarcadas e decisões arbitrárias, tomadas pelo que era chamado difusamente de “Gestão”, e que chegavam nos/nas funcionários/as “da ponta” (que atuam no atendimento direto às/aos usuárias/os) como ordens sem espaço para argumentação - e sem conhecimento da realidade do trabalho daquele/a funcionário/a.

O primeiro compromisso que firmei comigo e com a minha prática foi ético: ser gentil. Continuar apostando nas práticas de cuidado que eu havia aprendido e tecido em meus estudos e trabalhos anteriores. Ser gentil não é deixar de colocar limites. Ser gentil não é não se posicionar. Ao contrário, é ter um posicionamento nítido em uma aposta que passa pelo coletivo. Um cuidado feito *com* a/o outra/o.

¹ Entendendo que “vulnerabilidade” não é uma categoria óbvia ou ontológica, discutiremos ao longo do trabalho o que se entende por expressão de vulnerabilidade.

² “O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2009c, p.86)

Por cuidado aqui não me refiro ao trabalho de cuidado, aquele historicamente mal remunerado e feito por mulheres racializadas³, em prol da liberdade de outrem (VERGÈS, 2020), que exige uma discussão própria e profunda, embora o trabalho de cuidado também vá atravessar esse texto. Estou falando da floresta de afetos que compõe a rede de apoio citada por Vasallo (2022), de linhas que nos conectam, que nos sustentam em momentos difíceis, que rompem com a hierarquia, individualidade e competitividade capitalista, para criar algo diferente.

Apostar nesse cuidado não é algo que possa ser feito individualmente. Só é possível porque, além de perceber violência, percebi parcerias. Encontrei colegas que estavam dispostas e dispostos a ouvir, ensinar e aprender comigo. Que conseguiam construir práticas que promoviam a vida, em meio a tudo que parecia caótico. Encontrei usuárias/os generosas/os em compartilhar comigo saberes e estratégias de resistência. Encontrei textos, autoras e autores que me forneceram um referencial teórico para pensar dilemas e práticas do campo de trabalho.

Então, por que sou levada a escrever essa dissertação? Porque meu campo de trabalho é um campo de disputa de discursos e tensões, e isto me causa angústia. Porque me amedronta pensar que se não disputar esse campo, o cuidado será apagado pela violência - e a minha própria prática também perderá seu compromisso.

Portanto, é assim que chego ao Mestrado e assim que começo a pensar e escrever sobre a pesquisa: afirmando, desde o início, que estou já imersa em afetos e tensões e que sem eles talvez eu não tivesse me proposto a ocupar o lugar de pesquisadora. Nota-se, portanto, que não me construo como uma pesquisadora neutra – tarefa não apenas impossível, mas adversa para nossa perspectiva teórico-metodológica.

Então aqui estamos: em um lugar de encontros. Acadêmica e trabalhadora, científica e implicada, afetos fluidos e duras tensões. Para nos acompanhar nessa trajetória, nos servem de parceria os escritos de Glória Anzaldúa, em particular o seu livro intitulado *Borderlands - La frontera: The New Mestiza*.

De fato, as Fronteiras estão fisicamente presentes em qualquer lugar onde duas ou mais culturas se aproximam uma da outra, onde pessoas de diferentes raças ocupam o mesmo território, onde as classes de baixo, baixa, média e alta se encontram, onde o espaço entre dois indivíduos se encolhe com intimidade. (ANZALDÚA, 1987, p.3, tradução nossa)

³ Em sua discussão sobre feminismo decolonial, Vergès (2020) utiliza-se do termo “racializada” para se referir às mulheres que a colonialidade constrói como *outras*. Optamos por manter esse termo pois ele engloba sutilezas que não se referem apenas à cor de pele, como por exemplo uma mulher considerada latina, mas que tenha a pele clara.

Glória, mulher lésbica nascida nos Estados Unidos em uma família mexicana, mistura inglês, espanhol e mesmo um pouco de náhuatl⁴, para representar a sua situação como habitante de fronteiras, e espera que os e as leitores e leitoras a encontrem no caminho. *La frontera* é um livro que fala de subjetividades, de opressão e colonialidade, de política, de resistências, de esperança, de poesia... Não é um livro que diga das políticas públicas, da assistência social e do trabalho do profissional de psicologia no Brasil. Contudo, escolhi usar a escrita de Glória como *suleador*⁵ das discussões a serem trazidas sobre a psicologia no campo das políticas públicas de Assistência Social.

Eu também sou uma habitante de fronteiras⁶. Embora criada no Rio de Janeiro/RJ, nasci de uma família natural de Belém do Pará. Em que pese estarmos dentro de um mesmo país e falarmos a mesma língua, não temos os mesmos sabores, experiências e sotaques - não importa a cidade em que eu esteja, a minha pronúncia de certas palavras será comentada como diferente (por vezes sinto que minha fala não pertence a lugar nenhum). Além disso, morei fora do Brasil e fora da América Latina, um tempo que me fez, acima de tudo, me identificar como imigrante, e me conectar com pessoas queridas que têm, elas também, suas referências e amores espalhados pelo planeta.

Como ter as fronteiras como base e metodologia do trabalho de pesquisar? Para arriscar esse desafio, nos aproximamos de uma cartografia feminista, aliada em traçar mapas e pontuar a importância de uma análise generificada, decolonial, antirracista. Diz Romagnoli que “mais do que procedimentos metodológicos delimitados, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo.” (ROMAGNOLI, 2009, p. 169). O campo, mais do que concebido de maneira fechada, foi surgindo: no trabalho, em encontros na universidade, em entrevistas, em visitas institucionais, em leituras. Complexo e não linear, sem uma separação auto-evidente entre pesquisador/a e campo – cartográfico. E entendendo que essa escolha tenciona o modo clássico de “fazer ciência”, cheio das claras dicotomias coloniais (D’ANGELO; DE GARAY HERNÁNDEZ; UZIEL, 2019). Essa pesquisa foi escrita por uma mulher racializada no sul Global, mas reivindicar a autoria não é reivindicar a genialidade

⁴ Náhuatl era uma língua falada por povos que habitavam a região de parte do México e da América Central quando chegaram os colonizadores europeus no território. Ainda hoje, é falada por mais de um milhão de habitantes (MARTINS *et al.*, 2021).

⁵ Seguindo o raciocínio do artista uruguaio Joaquín Torres García em sua arte *América Invertida* (1943), “Nosso norte é o sul”. Portanto, o ponto pelo qual nos orientamos não é um norte, mas ao contrário, nos des-norteia, reorganizando nossa experiência através do Sul global.

⁶ A professora Ana Cláudia Lima Monteiro, em minha banca de defesa, sinalizou a importância de me nomear e apresentar em minha escrita, para além de meu local de trabalho.

solitária da escrita, pois só foi possível a partir de encontros com outras pessoas do sul Global, em especial mulheres.

Essa pesquisa construiu-se como um território de encontro-fronteira - e também o trabalho da psicóloga e do psicólogo, que foi aparecendo a partir das experiências trocadas e dos textos lidos, evidenciou contradições, dificuldades, alegrias, tensões e diversidade. Evidenciou parcerias e criações possíveis, em territórios por vezes áridos e enrijecidos - o surgimento de um novo que pode ser também chamado de mestiço, por ser fruto da confluência. Glória Anzaldúa nos fornece, nesse momento, a capacidade de nomear e falar sobre a fluidez dessa construção.

Nomear e falar: como se constrói uma fala – e uma escrita – acadêmica? Decerto de mais de uma forma diferente. Nesse texto, situado e não neutro, não me furto a usar a primeira pessoa para lhes contar sobre a pesquisa. Flutuo entre singular e plural, e se não me decido a usar apenas uma pessoa para concordar meus verbos, não é por mera indecisão, mas por entender que, embora existam momentos de ação particular individualizada, a escrita aconteceu sempre em conexões com outras e outros que me deram suporte para pensar e aprofundar análises – inclusive na figura de uma/um eventual leitora ou leitor⁷.

Nesse exercício de escrita, precisamos falar também sobre gênero. Na língua portuguesa, o masculino é usado como neutro. Como afirma Kilomba (2019) no prefácio da tradução em português de seu livro *Memórias da Plantação*, “a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*.” (KILOMBA, 2019, p. 14, grifo da autora). Usar o masculino como sinônimo de representante de todas as pessoas é uma herança colonial. Ao longo do trabalho, procuramos demarcar tanto o feminino quanto o masculino e não assumir nem um nem outro como geral. Não é uma solução definitiva, por permanecer no binarismo colonial masculino/feminino e não abarcar outras possibilidades de gênero, mas foi o possível dentro das relações de poder da língua portuguesa e dos limites de experimentação da escrita acadêmica.

No primeiro capítulo, iremos discutir a metodologia utilizada, e como o diálogo com o conceito de colonialidade foi essencial para o encontro com autoras e autores que formaram o nosso referencial teórico. Contaremos como a cartografia feminista nos orientou ao longo da pesquisa, em especial nos fornecendo uma base para pensar o imbricado encontro trabalhadora-

⁷ Leitores atentos à norma culta da língua portuguesa podem perceber que em alguns momentos os pronomes de meus verbos escapam da gramática normativa. Optei por mantê-los na ordem que me pareceu mais fluida para a escrita, sempre e quando a colocação pronominal culta me soava demasiado artificial. Procurei, contudo, não abusar dessa prerrogativa, alertada por minha atenta família de linguistas que um texto acadêmico escrito não é uma conversa oral.

campo-pesquisadora, e nossa (sobre) implicação. Ao final, apresentaremos as e os profissionais que concordaram em participar da pesquisa.

1 AS FRONTEIRAS COMO MÉTODO

Nós necessitamos, urgentemente, fazer pesquisa, não tanto para ser publicada, mas para ser utilizada como instrumento de mudança social. (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 95)

Ignacio Martín-Baró, psicólogo que atuou em El Salvador em um momento em que o país passava por uma guerra civil, foi um dos primeiros teóricos que conheci após entrar no SUAS. Seu trabalho me pareceu fornecer instrumentos para pensar especificamente a atuação da psicologia na Assistência Social. Ele coloca a questão: a que(m) serve a psicologia que criamos? E defende a importância de um posicionamento profissional crítico e comprometido com o povo (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Sobre o pesquisar, Martín-Baró (2017) afirma uma pesquisa não asséptica, e consciente de que o conhecimento é um instrumento de poder que pode ser usado em prol de uma mudança social: “Somente um contato crítico com os problemas da realidade possibilitará que a educação se oriente para o seu enfrentamento e busque os recursos necessários” (p. 92). Como já contei, essa pesquisa foi iniciada a partir de uma vivência angustiante do trabalho da/do psicóloga/o em uma Unidade de Acolhimento, e se propôs a ser um recurso para se pensar a atuação profissional a partir dos relatos de profissionais que atuam na área e do meu próprio relato – o trabalho delas e deles, o meu, o nosso.

Foi feita uma escolha política-metodológica nesse trabalho, de usar como referências autoras e autores do chamado Sul Global, isto é, que encarnam lugares marginalizados na distribuição geopolítica do mundo, mesmo sendo, por exemplo, cidadãos europeus ou estadunidenses. Isso não significa que nossas referências não dialogam em proximidade com nomes acadêmicos renomados que são, por sua vez, brancos e europeus. Anzaldúa (2021), estadunidense racializada de ascendência mexicana, diz que os muros dos campos do estudo são feitos para deixar a *mestiza*⁸ de fora, ou a deixar cativa, se ela consegue entrar. Esse texto é um exercício de não ser “esmagada por discursos de alta teoria” (ANZALDÚA, 2021, p.187),

⁸ No Brasil, a ideia de mestiçagem pode nos remeter às estratégias discursivas do mito da democracia racial e do embranquecimento da população brasileira que, como afirma Abdias Nascimento (1978) são parte do genocídio contra a população negra. A palavra *mestiza* (mestiça) causa um incômodo não apenas no Brasil, mas também no México. Contudo, Anzaldúa (1987, 2021) não usa o termo de maneira romantizada para falar de um encontro harmônico de raças, mas como uma proposta epistêmica encarnada para falar do lugar fronteiro de onde ela escreve e para onde ela orienta a sua escrita: a autora se apropria da palavra justamente propondo um deslocamento, para explicitar e sustentar conflitos, inclusive raciais, e não como uma tentativa de invisibilizá-los.

e por isso não nos sobrecarregaremos aqui com a discussão de se autores brancos europeus podem ou não ter contribuições válidas para se pensar colonialidade.

Como afirma de Garay Hernández (2017), não é sobre negar que “homens, brancos, do norte político e econômico, heterossexuais, cis, judeu-cristãos” (p. 62) possam ter se questionado sobre a sua posição nas relações de poder, mas sobre seguir a pista que a cartografia feminista nos dá, de expandir as nossas referências para produção de conhecimento e tornar explícito o lugar geográfico e político das pessoas com quem estamos dialogando (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2017).

Colonialidade, termo cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, será um conceito importante para se pensar políticas públicas e atuação profissional, ao longo do trabalho. O termo diz respeito a uma matriz de poder estabelecida a partir do processo de colonização europeu, que anda de mãos dadas com a modernidade (MIGNOLO, 2021; QUIJANO, 2005) - em que os europeus ocidentais “imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie.” (QUIJANO, 2005, p.122).

Contudo, para que os europeus se colocassem como os mais avançados, necessariamente todos os outros povos precisavam ser não apenas diferentes, mas colocados, dentro da referida trajetória civilizatória, como inferiores e atrasados. E como reforça Quijano:

O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (QUIJANO, 2005, p.122)

As consequências desse pensamento, longe de estarem relegadas ao passado colonial, se fazem atuais e presentes em nossa organização social e compondo nossas subjetividades⁹. Decolonialidade não se refere a uma volta ao passado, mas a uma disputa de como se experienciar o presente e o que a modernidade chama de “progresso” (OLIVEIRA, 2022).

...poderíamos dizer que a colonialidade se relaciona a um regime de temporalidade no qual o passado colonial se mantém como latência sempre prestes a irromper no presente, ou melhor, pode ser acionado como uma espécie de “retorno do recalado” ou de tudo aquilo que queremos silenciar e esquecer porque julgamos ter superado com a saída da condição de colonizados para a de cidadãos dos estados-nação emancipados, mas que se manifesta inadvertidamente com força e violência redobradas. (OLIVERA, 2022, p. 68)

⁹ Por exemplo, Mignolo (2021) diz que a matriz colonial de poder é definida por quatro níveis inter-relacionados: o controle da economia, controle de autoridade (que inclui as formas de governo, tema interessante para se pensar políticas públicas), controle de gênero e da sexualidade e controle do conhecimento e da subjetividade.

As autoras e autores com que procuramos trabalhar se colocam em uma perspectiva crítica quanto à colonialidade, questionando o silenciamento das violências e opressões sofridas: “O que está em questão, portanto, não é tanto o julgamento no sentido de uma decisão que consignará o mal ao passado, mas a demanda pelo reconhecimento de que o passado não passou, de que as narrativas lineares progressivas são insustentáveis porque representam equivocadamente a história” (OLIVEIRA, 2022, p. 72).

1.1 O *nosso* trabalho: trabalhadora-pesquisadora

Ser psicóloga no SUAS me fez pesquisadora do SUAS, e, entretanto, para ser pesquisadora não me basta atuar no campo. Ao contrário, pesquisar meu campo de trabalho me desloca das certezas construídas, me faz repensar decisões, me faz questionar meus próprios posicionamentos. Gonçalves (2016) diz que o lugar do/a pesquisador/a demanda renúncia, ou mesmo humildade, diante do que queremos pesquisar. Mas e quando ocupo, eu mesma, os locais de “objeto” de pesquisa e pesquisadora, simultaneamente? Assim eu me apresentava para possíveis participantes: “me chamo Clara, sou psicóloga de uma Unidade de Acolhimento e quero pesquisar sobre o *nosso* trabalho”.

Implicação: palavra que apareceu e reapareceu durante o processo de escrita do projeto, para pensar os diários de campo, para pensar as entrevistas. Implicação é o que nos conecta com o campo de pesquisa, com a instituição para o qual olhamos: é inescapável, não se pode presumir absoluta neutralidade apolítica do/a pesquisador/a, que sempre será uma presença no campo escolhido (ROMAGNOLI, 2014). O que pode e deve ser feito, a partir de uma perspectiva cartográfica, é, ao se analisar as relações de poder que inevitavelmente aparecerão na pesquisa, olhar também para aquelas que perpassam o/a pesquisador/a. Análise de implicação é um compromisso ético com a própria pesquisa.

O que o conceito de implicação também nos aponta é que esses lugares de sujeito/objeto são uma separação útil do ponto de vista didático, mas que na prática, a linha entre eles não está dada de uma maneira tão óbvia. Ao contrário, tem algo de difuso e misturado nessas posições. E isso não é um erro da pesquisa ou da pesquisadora, mas uma provocação inerente ao ato de pesquisar: “o desafio institucionalista concentra-se em desmontar as dicotomias sujeito-objeto,

teoria-prática, opondo-se a fronteiras rígidas na definição das disciplinas, de seus métodos e objetos de pesquisa.” (ROMAGNOLI, 2014, p. 45).

Trabalhar as fronteiras como método! Nos remetemos novamente ao trabalho de Glória Anzaldúa, e tentamos não temer a ambiguidade e indeterminação, mas abraçá-la como caminho possível de criação de uma escrita situada, contextualizada, cartográfica. As linhas da implicação, as linhas de interesse e poder que perpassam a figura da/o pesquisador/a não dizem de uma individualidade, mas da produção de algo sempre em relação com o coletivo, seus valores, crenças, desejos...

O que pode acontecer, e desde o início esse foi um ponto sobre o qual me foi preciso atenção, é o risco da sobreimplicação. Sobreimplicação, quando nossas linhas estão tão emaranhadas com as que queremos estudar e conhecer, que já não conseguimos perceber que linhas são essas. A sobreimplicação é um polo possível da implicação, mas que justamente a impede (ROMAGNOLI, 2014): a partir de uma aproximação grande e intencional com o trabalho, não se percebe o quanto da nossa própria ideologia e desejo estão em jogo naquela relação.

Sobreimplicação é um risco que eu corria e que eu corro, como qualquer pesquisadora e pesquisador, ainda mais por já estar inegavelmente atravessada pelo tema das instituições de acolhimento do SUAS, antes de a pesquisa tomar forma. Como se trabalhar isso? Um dos modos possíveis foi fazer um diário de campo de minhas idas ao campo, que em sua maioria eram também meus dias de trabalho.

Por que era importante falar sobre esse cotidiano? Porque na instituição estão presentes afetos, contextos históricos, situações macro e micropolíticas, que fazem o cotidiano (ROMAGNOLI, 2014). E se a escrita do diário de campo é uma escrita minha, nem por isso ela é sobre mim, mas pode ser um instrumento para tornar visível linhas que, sim, me perpassam, mas não apenas a mim, também à unidade de acolhimento, ao SUAS, aos/às usuários/as, enfim, ao nosso contexto social.

Além do diário de campo, usou-se da pesquisa bibliográfica para explorar o conhecimento que está sendo produzido no campo das instituições de acolhimento do SUAS. Sabendo da impossibilidade temporal e material de abarcar *todo* (assim, completo e absoluto) o conhecimento, foi feita a escolha de analisar o material publicado em periódicos científicos brasileiros. Entendemos, ainda, que as políticas de Assistência Social se desenham no Brasil de uma forma particular que diz do que foi possível a partir de suas características históricas e geográficas. Não analisamos, portanto, relatos de instituições de acolhimento localizadas fora do território brasileiro, ainda que publicados em periódicos científicos nacionais.

A pesquisa se deu também através de entrevistas semiestruturadas com psicólogas e psicólogos que trabalhavam ou haviam trabalhado em instituições de acolhimento do SUAS para adultos e/ou famílias. Procurei o contato com profissionais da Psicologia que atuavam em regiões diferentes do Brasil, buscando fugir da centralidade do Sudeste nas produções acadêmicas. Glória Anzaldúa (2005) afirma quão enriquecedor é cruzar fronteiras e misturar experiências:

Na confluência de duas ou mais cadeias genéticas, com os cromossomos constantemente ultrapassando fronteiras, essa mistura de raças, em vez de resultar em um ser inferior, gera uma prole híbrida, uma espécie mutável, mais maleável, com uma rica carga genética. A partir dessa “transpolinização” racial, ideológica, cultural e biológica, uma consciência outra está em formação – uma nova consciência *mestiza*, *una conciencia de mujer*. Uma consciência das Fronteiras. (ANZALDÚA, 2005, p. 704)

Na linha da autora, ponderamos que, historicamente, no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo foram centros de referência e conhecimento - inclusive sobre conhecimento relativo às instituições de acolhimento, conforme discutiremos mais adiante - ainda que para realidades diversas e distantes. Isso se mantém nos dias de hoje: Sul e Sudeste detêm, por exemplo, 78% das Bolsas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CLEMENTINO *et al*, 2022).

Se fez então importante sair do Rio de Janeiro e explorar experiências de fronteiras como uma aposta política, e descobrir que no Amazonas e no Pará, como no Rio de Janeiro, como no Rio Grande do Norte, somos todas e todos atravessadas/os e compostas/os em nossa prática por linhas duras que pedem movimentos (ou estacionamentos) muito similares. E, contudo, as linhas de fuga que surgem a partir daí são singulares (pois particulares a cada situação) e plurais (pois dizem de estratégias relativas a um todo). São experiências ricas para se compartilhar e pensar, coletivamente, sobre a atuação psi. É nesse sentido que posicionamos a fronteira como método.

Diante disso, foram entrevistadas/os 7 profissionais: 1 psicóloga e 1 psicólogo que atuavam no Rio de Janeiro, 1 psicólogo e 1 psicóloga que atuavam no Rio Grande do Norte, 2 psicólogas atuavam Pará e 1 psicóloga que atuava no Amazonas. As entrevistas foram realizadas de maneira presencial, com os profissionais que moravam nos estados do Rio de Janeiro e do Pará, e de maneira virtual, com profissionais que moravam nas outras localidades. Cabe mencionar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da UERJ e aprovada (Parecer 5.606.948), e todas/os as/os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Filho e Têti (2013) afirmam que o método cartográfico no campo das ciências sociais e humanas desenha diagramas de agenciamentos, articulações. Assim, a busca por profissionais a serem entrevistadas/os inicia com o contato com profissionais que eu já conhecia, através do meu trabalho no SUAS e da participação em um curso sobre o atendimento à população em situação de rua aberto a profissionais de todo o Brasil. A partir daí, perguntou-se a esses/as profissionais, com quem já havia sido feita uma articulação, se eles/as recomendariam outra pessoa para participar da pesquisa, em uma amostragem conhecida como cadeia de referência ou o método da “bola de neve”.

A amostragem bola de neve, usada em pesquisas qualitativas, é uma amostra não probabilística (VINUTO, 2014), ou seja, em que as/os participantes são escolhidas/os de forma deliberada, não aleatória. Assim, as articulações se expandem a partir de uma rede de referência: um/a participante da pesquisa recomenda outra pessoa para ser convidada. Dessa forma, é possível acessar pessoas diversas, a quem a pesquisadora não teria inicialmente acesso. No caso dessa pesquisa, a escolha pela bola de neve deu-se pela facilidade em acessar entrevistados/as de um grupo com poucos membros (psicólogas/os que atuam em instituições de acolhimento que recebem adultos do SUAS) e espalhados em uma grande área (todo o território brasileiro).

Apenas as profissionais baseadas no Pará foram acessadas através de um contato inicial com a instituição a que os seus equipamentos faziam parte, a partir de contato disponibilizado na internet. Embora o planejamento inicial da pesquisa não previsse o contato institucional, e sim diretamente com os/as profissionais, eu tinha uma viagem marcada para o Pará – embora seja criada no Rio de Janeiro, minha história e a de minha família é paraense. Por que não aproveitar a ocasião para realizar entrevistas presencialmente? Foi feito contato com as unidades de acolhimento a partir de telefone disponibilizado online, através dos quais as coordenações deram a sua aprovação para a realização da pesquisa, desde que sua gestão também a aprovasse. A partir daí, contatou-se a FUNPAPA, que administra as Unidades de Acolhimento, para obter a permissão formal para a realização das entrevistas, que foi concedida. A Secretaria de Assistência Social para a qual eu trabalho também forneceu a sua anuência para a realização da pesquisa.

1.2 Passar uma chuva

Vamos parar um momento. Passar uma chuva, diz Ima – uma das entrevistadas –, expressão paraense para “dar um tempo” que escuto com carinho: tudo dando certo, chove todo dia em Belém, e “passar uma chuva” simplesmente faz sentido. Precisamos parar para que eu apresente as e os participantes da pesquisa, profissionais que se dispuseram a conversar sobre o seu trabalho e trocar ideias. Vou apresentá-los/as por nomes fictícios, resguardando assim a identidade de cada um/a, conforme prometido no tal TCLE. Embora saibamos que o anonimato não é uma escolha dada na pesquisa, e traga consigo as suas complexidades (DESPRET, 2011), inclusive na assimetria da relação pesquisador/a-pesquisado/a (MONTEIRO; RAIMUNDO; MARTINS, 2019), optou-se por manter o anonimato para que as/os profissionais se sentissem mais confortáveis a tecer críticas sobre o seu ambiente de trabalho, se fosse de sua vontade. Os pseudônimos foram escolhidos por mim, com exceção de Giovana, que quis escolher seu nome.

Começando por Ima, que já foi citada. Ela é uma psicóloga de 52 anos, negra, do estado do Pará, que atua há 28 anos como psicóloga na Assistência Social – o mesmo tempo que tem de formada. Quanto a instituições de acolhimento, ela já trabalhou em unidade para adolescentes homens, como coordenação em acolhimento para adolescentes mulheres, em acolhimento para mulheres vítimas de violência e atualmente trabalha em uma unidade para homens adultos. Tem um horário de trabalho de 30 horas semanais e vínculo empregatício estatutário.

Paloma também atua no estado do Pará, tem 57 anos e se identifica como uma “preta parda” (sic). Ela entra na Assistência Social com um cargo de nível médio e quatro anos após se formar realiza um concurso público para entrar como psicóloga – como psicóloga atua há 27 anos na Assistência. Inicialmente atua no núcleo de apoio à família, depois do Projeto Sentinela¹⁰, e em seguida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Na época de nossa entrevista ela atuava em uma unidade para mulheres adultas e famílias há aproximadamente 1 ano e 2 meses. Seu vínculo empregatício é estatutário, e realiza 30 horas semanais.

Giovana é uma mulher branca, de 28 anos, do estado do Rio de Janeiro. Ela atua como psicóloga há cinco anos, desses, três na Assistência Social. Trabalhou em uma unidade de acolhimento para homens adultos, e atualmente trabalha em uma unidade para mulheres adultas e famílias. Seu vínculo empregatício é estatutário, e trabalha por 30 horas semanais.

¹⁰ Sentinela foi um programa do Ministério da Previdência e Assistência Social, lançado em 2001, e, portanto, anterior ao SUAS, cujo objetivo era atender crianças e adolescentes vítimas de violência, em especial a sexual, e as suas famílias. (BRASIL, 2001b).

Raoul já trabalhou com Giovana no estado do Rio de Janeiro, em uma unidade de acolhimento para homens adultos. Ele tem 34 anos e se identifica como branco. Tem 11 anos de formado e atuou 3 anos na Assistência, sendo dois anos na Unidade de Acolhimento, e um ano Centro Pop¹¹. Seu vínculo empregatício era estatutário e de 30 horas semanais.

Renato é um psicólogo que atua no Rio Grande do Norte, branco, de 33 anos. Ele trabalha na Assistência Social há seis anos, mesmo tempo que tem de atuação como psicólogo. Seu vínculo empregatício é estatutário e trabalha por 30 horas semanais em uma instituição de acolhimento para adultos e famílias, antes já havia trabalhado em outro acolhimento para adultos, como coordenador.

Ravena é branca, tem 43 anos e atua como psicóloga no Rio Grande do Norte. Formou-se há dezesseis anos. Ela atua na Assistência Social há quinze anos, inicialmente no Projeto Sentinela, depois em CREAS. Na época de nossa entrevista, ela havia começado a atuar na Unidade de Acolhimento há pouco menos de dois anos. Trabalha por 30 horas semanais e seu vínculo empregatício é estatutário.

Alice é uma psicóloga de 47 anos, branca, formada há 22 anos. Ela atuou na Assistência Social estado do Amazonas por quatro anos, sendo dois em CRAS e dois em instituições de acolhimento: como coordenadora em unidade para população em situação de rua e como psicóloga em unidade para indígenas venezuelanos Waraos¹². Foi contratada por CLT e fazia uma carga horária de 40 horas semanais.

O único critério para participar da pesquisa era ser psicóloga/o que atuava ou havia atuado em instituição de acolhimento que atende adultos, mas olhando para as informações de todas/os as/os entrevistadas/os assim, juntas, algumas informações chamam a atenção.

Por exemplo, Renato, Ravena, Giovana, Paloma e Ima – cinco das/os sete entrevistadas/os – começaram a trabalhar na Assistência tendo menos de cinco anos de formadas/os. Esse dado está em consonância com o publicado pelo Censo de 2022 do CFP, que afirma que a área Social¹³ é a segunda maior área que reúne psicólogos/as formados

¹¹ O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua é um equipamento que atende jovens, adultos e idosos que utilizam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência (BRASIL, 2009). Diferente de uma Unidade de Acolhimento, não é um local de moradia, e funciona apenas em dias úteis, em horário comercial (BRASIL, 2009).

¹² Os Waraos são um povo originário da Venezuela, a sua segunda maior etnia. Eles têm sofrido diversas intervenções em seu território a partir do século XX, resultando em seu deslocamento para grandes cidades (AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS [ACNUR], 2021). Sua presença é registrada no Brasil desde 2014, se intensificando em meados de 2016 com o agravamento da crise econômica e política na Venezuela. Em Manaus, desde 2017 existem ações de abrigo para essa população (ACNUR, 2021).

¹³ Embora a área Social não tenha uma definição específica no Censo SUAS, entende-se que é uma área de atuação separada da Saúde e Educação, e é dito que ela se consolida com a implementação do SUAS, seus profissionais atuando tanto dentro das políticas públicas do SUAS quanto em organizações do terceiro setor (CFP, 2022b).

recentemente - com até 5 anos de carreira – atrás apenas da área Clínica (CFP, 2022b). Eu mesma, que comecei a atuar no SUAS com três anos de formada, também me encontro nesse grupo.

Outro fato interessante é que Ima, Paloma e Ravena começaram a atuar na Assistência Social em um período anterior à institucionalização do SUAS – Paloma sinaliza o ano de 2005 como marcante, ano de início do processo de implementação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2009a). Então elas não apenas trabalharam no SUAS, mas contribuíram com seu trabalho para o início da criação de uma práxis da/o psicóloga/o em seus equipamentos. Paloma narra como foi esse início:

Na época ainda havia uma, uma, confusão do olhar do psicólogo, desse olhar clínico dentro da Assistência, depois com o SUAS começou a dividir as coisas, não é. (...) E aí a gente começou a vivenciar uma experiência de fazer terapia de grupo comunitária, em que nós fizemos em, é... salões de paróquias em escolas, em centro espíritas. Teve um período em que a gente, é, buscou, é, também, centros comunitários. (...) A gente começou a fazer parcerias com várias políticas públicas. Né. E... Aprendendo a trabalhar com grupos diversificados de indivíduos, e às vezes grupos de famílias, dentro da, do serviço público. (...) Começar a olhar de maneira diferenciada pra essas famílias empobrecidas (...) famílias pobres, famílias às vezes em situação de... abaixo da linha de pobreza, mas que também têm, assim como aquela família que mora na Doca de Souza Franco¹⁴, também têm os seus sofrimentos. Então aprender a ouvir esse sofrimento, essa subjetividade, dentro da Assistência, sem fazer, começar a fazer a terapia. **Inicialmente a gente usava toda uma linguagem, é, da clínica. O setting terapêutico, né, e aí aos poucos, a política vai te apontando outros caminhos, e você vai tendo que redimensionar inclusive essa, esse, esse espelho que tu usas, essa lente que tu usas, principal, para ler o que aparece na tua frente. E... e aí foi me levando nessa descoberta de outras coisas, né.** (Paloma)¹⁵

Ao longo dos próximos capítulos, discutiremos como está sendo para as e os profissionais esse caminho que a política aponta. Paloma nos dá aqui algumas dicas do que aparecerá mais adiante, como por exemplo o trabalho com outras políticas públicas, que segue sendo um ponto importante na atuação profissional. Como atuar com uma população abaixo da linha de pobreza – ou em vulnerabilidade social – também é uma questão que será discutida.

Um parêntesis: “vulnerabilidade social” é um termo muito usado no SUAS, e o discutiremos em momentos diferentes ao longo do texto. De início, cabe pontuar que Fonseca e Sandim (2022) definem estar vulnerável como:

¹⁴ Refere-se à Avenida Visconde de Sousa Franco e seu entorno, em uma área de Belém, capital do Pará, conhecida pelos/as belenenses como Doca. Antiga região de palafitas, com higiene precária, por onde passava o Igarapé das Armas, ou das Almas. Suas/seus moradoras/es foram desapropriadas/os para a realização de obras de saneamento básico na década de 60 e jamais puderam retornar: a região se elitizou com a valorização da área, que atualmente conta com o metro quadrado mais caro de Belém (TELES; CAMARA, 2019).

¹⁵ O trabalho de transcrição das entrevistas não foi uma tarefa óbvia: como transpor a fluidez da linguagem oral para a linguagem escrita? Optei por manter os traços da oralidade nas transcrições, entendendo que ela faz parte do modo de se expressar das/dos entrevistadas/os e traz consigo particularidades que dizem também das diferentes regiões brasileiras de onde se está falando.

estar exposto a riscos, estando, portanto, em perigo, o que depende de um conjunto de variáveis específicas; ter maior probabilidade de que algo lesivo lhe possa ocorrer; deter poucas capacidades e/ou condições de se defender ou de ser defendido/protegido; e estar e/ou sentir-se desprotegido, indefeso. Entre outras perspectivas, esses aspectos parecem definir genericamente o conceito de vulnerabilidade para pessoas, grupos ou situações específicas. (FONSECA; SANDIM, 2022, p.55)

Tendo dito isso, os autores argumentam que não basta uma pessoa ou grupo estar em uma situação de risco para ser reconhecido com em vulnerabilidade, essa depende de uma construção de legitimidade social para ser reconhecida (FONSECA; SANDIM, 2022). Afinal, as interferências de Estado são definidas como sendo de interesse geral, mas esse interesse é delimitado não a partir da neutralidade, mas dos conflitos e disputas que permeiam e compõem o Estado (AUGUSTO, 1989).

Sendo assim, Fonseca e Sandim (2022) estudam como o aparato estatal pode mitigar ou fortalecer situações de vulnerabilidade a partir das políticas públicas, chamando a ação vulnerabilizante do Estado de “vulnerabilidade institucional” – e relacionando “vulnerabilidade” não à (in)segurança, mas à escassez de recursos em certo contexto social e local.

Historicamente, a Clínica é a área de atuação que mais reúne psicólogas e psicólogos no Brasil, fato que se mantém nos dias de hoje (CFP, 2022b). O trabalho nas políticas públicas, contudo, requer uma linguagem – e uma prática – que não é a mesma de um consultório particular. Paloma nos diz o quanto o trabalho no SUAS fez as e os profissionais questionarem o seu próprio referencial teórico, majoritariamente clínico, e buscar outras bases para as suas práticas. Da parte de nossas/os entrevistadas/os, os referenciais teóricos citados foram diversos: Psicanálise, Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), Teoria Sistêmica, Histórico-cultural, Gestalt... Por si só, isso não diz se suas práticas são mais ou menos pensadas para o trabalho em políticas públicas, mas nos mostra como podem ser diversas as bases que sustentarão o trabalho da/o profissional na Assistência. O que indica o caminho para essa ou esse profissional?

No próximo capítulo, discutiremos o histórico da atuação da Psicologia na Assistência Social, e como as instituições de acolhimento se constroem no Brasil. Veremos que o período colonial marcou o início de ambas, e que a colonialidade perpassa e compõe tanto a atuação profissional como a instituição, nos tempos atuais. Em seguida, discutiremos que público é atendido nas instituições de acolhimento, e retomaremos o conceito de vulnerabilidade social.

2 *ESTOY NORTEADA POR TODAS LAS VOCES QUE ME HABLAN SIMULTÁNEAMENTE*

Porque eu, uma *mestiza*,
 continuamente saio de uma cultura
 para outra,
 porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo,
 alma entre dos mundos, tres, cuatro,
 me zumba la cabeza con lo contradictorio.
 Estoy norteada por todas las voces que me hablan
simultáneamente.
 (ANZALDÚA, 2005, p. 704, grifos da autora)

Glória Anzaldúa nos conta que a *mestiza* passeia entre mundos diferentes, estando em todos ao mesmo tempo: o contraditório zumba em seus ouvidos. O contraditório também falará com insistência às e aos profissionais da Psicologia que trabalham na Assistência Social. Na cacofonia de vozes que falam à *mestiza*, iremos conversar com algumas, que dizem da Psicologia em sua atuação voltada para a área Social, quanto da instituição que nos interessa – os acolhimentos institucionais para adultos e/ou famílias - e qual foi o público historicamente atendido (construído) por ambos.

2.1 Herança da atuação psi na Assistência Social

De acordo com o Censo da Psicologia Brasileira, lançado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2022, 20,1% das psicólogas que de fato atuam na psicologia, atuam na área Social, percentual aproximado que se mantém em todas as regiões do país. Isso significa que é o segundo maior campo de atuação de psicólogas no país, ficando à frente inclusive da Saúde (CFP, 2022b). Ao comparar com estudos anteriores, a área Social aparece crescendo e se solidificando em especial a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (CFP, 2022b). Entretanto, a literatura que trata sobre o trabalho da psicóloga na Assistência Social costuma mencionar a falta de preparo acadêmico durante a formação profissional para atuar nesse campo (CORDEIRO; CURADO, 2017; SENRA; GUZZO, 2012; SILVA; CORGOZINHO, 2011).

Então, o que orienta o trabalho da psicóloga na Assistência Social? Quais são essas vozes que lhe falam, simultaneamente? Pode-se afirmar, sem medo, que mesmo que não tenham

tido experiências com a Assistência Social na graduação, as profissionais que lá trabalham chegam com sua própria bagagem. Bagagem do que foi, sim, visto em graduação, bagagem da sua cor, sua idade, seu corpo, dos lugares que percorreram dentro e fora do que se chama de campo ‘psi’.

E esse campo ‘psi’ entrelaçado com a Assistência Social, que bagagem ele carrega? Como ele recepciona as profissionais que lá chegam para trabalhar? O campo tem também a sua própria história, anterior às profissionais que atuam no presente - embora essas estejam constituindo esse campo no agora e sendo também constituídas por ele. Ao pontuar sobre campos disciplinares, Barros (2010) afirma que uma de suas características é serem construídos a partir da singularidade, em relação a outros campos de saber, embora possam compartilhar interesses em comum. Há uma delicadeza nisso: essa diferenciação significa que campos de saber surgem, não em um limbo, mas em conexão com outros saberes, em convergências e divergências (BARROS, 2010). Ademais, essas linhas de aproximação e separação não são escritas rígidas, mas uma dança: mudam, atualizam, disputam e se transformam.

Reflexões sobre processos mentais, perceptivos e comportamentais existiam no pensamento filosófico de diversas culturas e em muitas épocas, porém só a partir do século XIX a Psicologia se forma como campo, na Europa, em aproximação com a Medicina (BARROS, 2010). Oliveira, Costa e Yamamoto (2022) nos lembram que pesquisadores/as da história da Psicologia no Brasil dizem de uma época “pré-institucional” e “pré-profissional”, ou seja, anterior, respectivamente, à inserção universitária e à institucionalização do saber psicológico.

Por exemplo, Pesotti (1988), pontua que as raízes da Psicologia no Brasil são encontradas no Brasil Por exemplo, Pesotti (1988), pontua que as raízes da Psicologia no Brasil são encontradas no Brasil colonial: escritos da elite da época, em favor de um projeto de colonização. É patente como todos os assuntos elencados como sendo de interesse da elite cultural na época são temas encontrados, talvez com outras roupagens, em diferentes áreas da psicologia atualmente. A saber:

Esses textos coloniais versam explicitamente sobre política, teologia, medicina, pedagogia, moral e outros assuntos, mas tratam de questões como métodos de ensino, controle das emoções, causas da loucura, diferenças de comportamento entre sexos e raças, controle político, formação da juventude, persuasão dos selvagens, condições do conhecimento, percepção, etc. (PESOTTI, 1988, p.18)

É afirmado também que a própria Assistência Social existia no Brasil colônia, a partir de uma perspectiva assistencialista de dever moral e religioso (PEREIRA, 2007), pautada pelo cristianismo português - e, portanto, como parte do projeto genocida da colonização. Como afirma Santos (2018), a Questão Social no Brasil precisa ser fundamentada teórica e

historicamente junto com a “Questão Colonial”, e não a partir da formação do capitalismo europeu.

A Psicologia só foi regulamentada como profissão no Brasil em 1962. Tendo em vista o Golpe civil-militar de 1964, que instaura um período ditatorial no Brasil até 1985, significa que os primeiros anos da profissão no Brasil e a sua institucionalização concreta com a criação dos Conselhos Regionais e Federais de Psicologia e o Sistema Conselhos, ocorreram em um contexto autoritário e conservador (OLIVEIRA; COSTA; YAMAMOTO, 2022).

Os períodos da ditadura e do pós-ditadura foram um marco importante para as políticas de Assistência Social. Com o período de reabertura política no país, instaurou-se uma Constituinte para a criação de uma nova Constituição. Embora esse documento não tenha trazido todas as mudanças pautadas por movimentos sociais na época (OLIVEIRA; COSTA; YAMAMOTO, 2022), é apenas em 1988, com a Constituição que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, que a Assistência Social entra expressamente, pela primeira vez, nas políticas públicas brasileiras como um dever do Estado a ser prestado a quem dela necessitar, tendo como um de seus objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice (BRASIL, 1988).

Na mesma época, o campo da Psicologia no Brasil também vai tomando novas formas, para incluir discussões que pautam a importância do contexto social e político para a atuação profissional, assim como seu compromisso com as classes subalternizadas (OLIVEIRA; COSTA; YAMAMOTO, 2022). Além disso, embora ainda com grande prevalência do trabalho na clínica individual, os campos de trabalho da psicóloga se expandem nas políticas públicas e organizações do Terceiro Setor (OLIVEIRA; COSTA; YAMAMOTO, 2022), inclusive - dessa vez oficialmente - para a área da Assistência Social, conforme visto anteriormente.

Mencionamos acima algumas das vozes que falam com e para a psicóloga que atua na Assistência Social. Essas vozes não falam todas sempre na mesma altura, ou na mesma frequência. Algumas podem ser baixas como um suspiro para algumas psicólogas, e forte grito para outras. Ou podem ser sussurros e berros, alternadamente, em diferentes momentos, com tudo que há entre um e outro. As vozes são relações de força. Adiante escutaremos, com mais atenção, as que dizem especificamente das instituições de acolhimento do SUAS.

2.2 Unidades de Acolhimento e seu público

E onde se dá a nossa pesquisa, nesse cenário? Especificamente no trabalho profissional em Unidades de Acolhimento para adultos e famílias do SUAS. As Unidades de Acolhimento são equipamentos das políticas públicas de Assistência Social, previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais como um serviço de alta complexidade, que atende indivíduos ou famílias com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, visando garantir sua proteção integral (BRASIL, 2009b).

O termo “Serviço de Acolhimento Institucional”, utilizado na Tipificação (BRASIL, 2009b), refere-se ao que era anteriormente chamado apenas de “abrigo”. Ou seja, de acordo com o dicionário, “Instituição social onde se recolhem idosos, órfãos, pobres e desamparados” (ABRIGO, 2023). Considerando que nosso interesse de pesquisa são instituições que atendem adultos, temos aqui dois grupos (ou seria o mesmo?) de pessoas atendidas por essas instituições: as/os pobres e as/os desamparadas/os.

Retomando o discutido anteriormente, da mesma maneira que as origens da Assistência Social no Brasil remontam à época da colonização, também lá encontramos as primeiras instituições de acolhimento (BRASIL, 2008). Sem pretender entrar em detalhes sobre a complexidade e mudanças dessas instituições ao longo do tempo, cabe mencionar que os abrigos eram organizados por instituições católicas e atendiam principalmente crianças e jovens mestiças/os, filhas/os de senhores de engenho com indígenas ou africanas escravizadas, e tinham como objetivo a docilização e colonização (ARANTES, 2022; MEDEIROS *et al.*, 2020) – embora disfarçado de uma lógica da caridade e da benesse.

...durante a colonização portuguesa, a prática em relação à criança indígena era a de separá-la de sua família para moldá-la aos costumes ditos civilizados e cristãos, e em relação às crianças negras era a de sua incorporação como força de trabalho escrava, tão logo atingisse a idade dos sete anos. Quanto à assistência, limitava-se ao recolhimento de expostos e órfãos em instituições caritativas administradas pelas irmandades leigas como a Santa Casa da Misericórdia¹⁶. (ARANTES, 2022, p.8)

Arantes (2022) nos lembra que tanto os povos indígenas originários quanto os povos africanos escravizados não eram considerados verdadeiramente humanos. Sendo o Brasil um território voltado para a produção colonial escravocrata, “não se podia nestas terras edificar

¹⁶ As Irmandades da Santa Casa da Misericórdia tiveram um papel de destaque na assistência no Brasil, inclusive no cuidado de crianças recém-nascidas de qualquer origem, que eram depositadas no mecanismo da roda de expostos, surgido no Brasil a partir do Séc. XVIII (ARANTES, 2011).

escolas, fábricas ou quaisquer empreendimentos que significassem ameaças aos interesses portugueses” (ARANTES, 2011).

Ainda que não possamos afirmar que exista uma linearidade inquestionável entre as diversas instituições ao longo do período colonial e as instituições de acolhimento atuais, cabe perguntar se podem ser observadas linhas de poder similares compondo-as ao longo do tempo.

O trabalho da consciência *mestiza* é o de desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida. (ANZALDÚA, 2005, p.707)

Quem é sujeito e quem é objeto? Quem é usuário/a e quem é trabalhador/a das Unidades de Acolhimento? Mencionamos que o SUAS é um sistema que deve servir “a quem dele necessitar” e visa proteger, amparar. Ora, se seu objetivo é a proteção e ele serve a quem dele precisa, subte-se que uma parte da população precisará do SUAS e outra não. Essa população que fará uso do sistema, os/as usuários/as, formam o grupo que será chamado de “em vulnerabilidade social”. Não raro, estar “em vulnerabilidade social” significa não ter acesso ao mercado de consumo, ou seja, população sem acesso ou de baixa renda (REIS *et al.*, 2014). Se antes os abrigos atendiam “pobres e desamparados”, hoje a Assistência Social atende “pessoas em situação de vulnerabilidade”.

E embora o termo “vulnerabilidade social” vise, em algum nível, pontuar a atuação do social e do político na situação de vulnerabilidade – em oposição a localizá-la dentro do indivíduo – não se pode negar que ao tomar certos grupos como objeto de trabalho e/ou pesquisa, a Psicologia constrói verdades sobre eles (REIS *et al.*, 2014), em algum nível os essencializando. Ao mesmo tempo, é justamente a criação de marcadores identitários e as discussões sobre condições de vulnerabilidade que vão embasar políticas públicas e permitir que recursos sejam destinados ao atendimento dessas populações – políticas públicas, aqui sendo “apresentadas como instrumento de promoção de melhoria nas condições de vida” (REIS *et al.*, 2014, p.589).

Por exemplo, para as políticas públicas brasileiras, os/as usuários/as de unidades de acolhimento são englobados como parte do grupo maior entendido como “população em situação de rua”. A Política Nacional para a População em Situação de Rua a define como:

...o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a, p.1)

Ou seja, para ser considerado “população em situação de rua” não é necessário estar de fato dormindo na rua - ou sequer já tê-lo feito alguma vez na vida. Na Unidade de Acolhimento recebemos por vezes pessoas que nunca passaram uma noite na rua, porém, por terem perdido suas residências por diversos motivos - por exemplo, interditadas pela Defesa Civil, tomadas pelo tráfico, ou milícia locais, ou conflitos familiares - acabam acessando o acolhimento institucional.

Essa informação aparece também em dados oficiais. Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome lançou o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (IBGE, 2009). Sobre o acolhimento institucional, chamado de “albergue” (a pesquisa foi realizada em 2008, sendo anterior à Tipificação dos Serviços do SUAS), a maioria dos/as entrevistados/as prefere dormir nas ruas (46,5%) do que nos albergues (43,8%) (IBGE, 2009) - o que sugere que, embora intimamente relacionadas e com alguma sobreposição, o público atendido em acolhimento e a população em situação de rua não é totalmente equivalente. Dados de pesquisa do município de São Paulo corroboram essa perspectiva: 24,3% das pessoas entrevistadas nas ruas afirmaram nunca ter dormido em um acolhimento, enquanto 19,2% das/os entrevistadas/os nos acolhimentos afirmaram nunca ter dormido nas ruas (QUALITEST, 2019).

Cabe mencionar que esse censo de 2009 é o primeiro e único censo nacional sobre a população em situação de rua feito pelo IBGE, e é uma pesquisa que não se propõe a cobrir toda a extensão do território brasileiro, sendo realizada em 71 municípios localizados nas quatro grandes regiões do país (IBGE, 2009). Ademais, a população em situação de rua não é contabilizada nos censos demográficos brasileiros, uma vez que eles possuem coleta de dados domiciliar (IBGE, 2009): ou seja, catorze anos depois do censo inicial específico sobre população em situação de rua, ainda não se sabe quem compõe essa parcela da população brasileira.

Existe atualmente um projeto de lei, PL 4.498/2020, do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que determina a inclusão da população em situação de rua no censo demográfico do IBGE, visando subsidiar políticas públicas para essa população, mas esse PL ainda está em tramitação (AGÊNCIA SENADO, 2023). Paralelamente a isso, o IBGE pretende fazer um Censo Nacional da População em Situação de Rua no final de 2024 e iniciou em dezembro de 2023, junto com outras instituições, um estudo preliminar em algumas cidades pelo Brasil, para referenciar o funcionamento do Censo Nacional (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA [SMASES], 2023).

Em Niterói/RJ, cidade onde eu trabalho, distribuíram folhetos para informar a população em situação de rua sobre a pesquisa e quando ela seria realizada. Me chama a atenção que o desenho escolhido para o ilustrar seja o desenho de duas pessoas negras/pardas (aparentemente um homem e uma mulher), sentados no chão, com o rosto triste. Eles não se tocam. A mulher está com um cobertor em suas costas, e o homem veste uma touca, estando com a roupa rasgada [ANEXO A]. Essa imagem deixa explícito o imaginário sobre a população em situação de rua, antes mesmo de efetivamente conhece-la: pessoas tristes, sozinhas, com frio e malcuidadas. Surpreendentemente, é a imagem escolhida para ser compartilhada com a própria população em situação de rua.

Ainda que os dados existentes sobre a população em situação de rua (e a população em acolhimento institucional) sejam escassos, as informações parciais que estão disponíveis nos permitem traçar linhas que conectam estas representações com a formação do Brasil enquanto país.

Se utilizando de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)¹⁷, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou uma nota técnica com a estimativa da população em situação de rua no Brasil entre setembro de 2012 e março de 2020, em que indica que a população em situação de rua cresceu em todas as regiões do país e em todos os municípios, em especial nos municípios de grande porte (IPEA, 2020).

Alguns dados da pesquisa do IBGE realizada em 2008 chamam a atenção: há a predominância de indivíduos do sexo masculino (82%) e 39,1% dos/as entrevistados/as se declararam pardos/as - o que equivaleria ao observado na população brasileira, 38,4%. O contraste com a população brasileira aparece para os/as que se declararam brancos/as (29,5% para 53,7% da população em geral) e para os/as que se declararam negros/as (27,9% para 6,2% da população em geral) (IBGE, 2009). Ou seja, negros/as (categoria do IBGE que reúne pretos/as e pardos/as), contabilizam 67% da população em situação de rua, enquanto na época contabilizavam apenas 44,6% da população brasileira (IBGE, 2009). Não é mencionada a percentagem equivalente às categorias indígena e amarela.

Esses dados são equivalentes ao encontrado em pesquisa censitária da população em situação de rua realizada em 2019 no município de São Paulo/SP, em que 85,5% eram do sexo masculino e pretas/os e pardas/os eram 68,6% da população em situação de rua na cidade

¹⁷ O CadÚnico é um sistema criado pelo Governo Federal e operacionalizado gratuitamente no nível municipal, pelas Prefeituras, “que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil” (BRASIL, 2023b, s/n). Através das informações prestadas nele, as famílias são consideradas aptas ou não para receber os chamados “benefícios sociais” ofertados pelo poder público.

(QUALITEST, 2019). O Censo da População em Situação de Rua realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2020 também afirma que 81% eram do sexo masculino, e 79,6% negras/os (sic) ou pardas/os (RIO PREFEITURA, 2020). Na população geral, temos dados de 2010 apenas, em que homens eram 46,8% da população do município, frente a 53,2% das mulheres (IBGE, 2010). Quanto à raça/cor, o censo não disponibiliza essa informação junto aos demais dados do município (IBGE, 2010), e não foram encontradas outras pesquisas que providenciem essa informação.

Com base nesses dados, dois pontos chamam a atenção. Primeiro, pessoas negras estão mais representadas na população em situação de rua do que na população brasileira em geral. Esse fato não é neutro, mas historicamente construído no país. Após a abolição da escravidão, a população recém liberta foi deixada à sua própria sorte, isto é, sem políticas de educação, trabalho, moradia, transporte, uso de terra, dentre outras, que visassem garantir a cidadania plena. A sociedade brasileira mantinha (como mantém até hoje) o privilégio da raça branca de maneira explícita, inclusive apostando no “branqueamento da população” através da importação de mão de obra branca europeia (GONZALEZ, 2020). “Frente à priorização da força produtiva branca, os negros ficavam associados à vagabundagem, ao não-trabalho, marcados como a mais baixa classe trabalhadora” (CUNDA; SILVA, 2019, p.7).

A nova Assistente Social (branca) estava me contando o que aconteceu quando ela e a outra psicóloga (branca) estavam saindo na terça-feira. Elas estavam descendo a escada, e uma usuária, negra, usuária também da [rede de] saúde mental, comentou, em tom de elogio: “olha, vocês me lembram uma novela que eu gostava muito! Escrava Isaura¹⁸. Vocês são as sinhazinhas”. (Diário de Campo, 28/07/2023)

A população atendida na instituição de acolhimento em que eu trabalho é majoritariamente constituída por mulheres e crianças – e alguns homens – pretas/os e pardas/os. Paralelamente a essa sobrerrepresentação de pessoas negras entre a população em situação de rua ou acolhida, 63,9% das/dos psicólogas/os se identificam como brancos (CFP, 2022a), enquanto representam apenas 42,8% da população brasileira geral, de acordo com dados de 2022 (IBGE, 2022). No trecho de diário de campo acima, a usuária não enuncia, mas deixa, de toda forma evidente que, enquanto as duas profissionais técnicas brancas eram as “sinhazinhas”, ela, negra, seria uma pessoa escravizada na novela. E não está enganada. Inclusive, já mais de uma vez atendi mulheres adultas que me contaram ter sido “vendidas para” ou “adotadas por”

¹⁸ Escrava Isaura foi uma telenovela de 1976, que contou com uma nova adaptação em 2004, e fez um enorme sucesso, chegando a ser exportada para outros países. Baseada em um romance homônimo de Bernardo Guimarães escrito durante a luta abolicionista do Brasil, seu enredo narra a história de Isaura, uma mulher escravizada branca e seu caminho até a liberdade (SEABRA, 2019).

uma família na infância, para realizar trabalhos domésticos em troca de moradia e comida, em uma clara violação de direitos, que poderia ser uma situação de trabalho análoga à escravidão.

A usuária, Elza, está nomeando, tornando explícito, os lugares das profissionais e das usuárias, ambas vivendo o legado histórico da colonialidade – o que, normalmente, costuma ser apagado: “A temporalidade escravidão/abolição coloca a escravidão colonial em um passado histórico e, assim, ignora o fato de que as estratégias de racialização e sexualização continuam projetando suas sombras em nosso tempo” (VERGÈS, 2020, p.52). Essa é uma herança que o SUAS recebe: a herança de um país escravocrata, em que a população pobre, indígena, preta e parda foi historicamente – e continua sendo – presa, morta e despojada de direitos, em um movimento de contínuo genocídio.

Fonseca e Sandim (2022), ao discorrer sobre a vulnerabilidade institucional, a associam ao conceito de necropolítica do teórico camaronês Achille Mbembe. Mbembe (2018) discute formas contemporâneas através das quais a vida é subjugada à morte e o papel do Estado como máquina de provocar mortes. O poder de decidir quem é ou não descartável, quem é (in)digno de viver, toma forma não apenas através de tiros e balas, mas também da negação de acesso à Saúde, Educação, Assistência Social... E, ainda que existindo o acesso, devemos nos perguntar como se dá a sua implementação, sabendo que “...as intervenções do Estado são, portanto, formas de reatualização ou de manifestação do padrão de domínio existente na sociedade.” (AUGUSTO, 1989, p. 108).

Uma das participantes da pesquisa, Ima, diz que teve colegas, mesmo gestores/as, que se referiam aos/às usuários/as como “vagabundos” e “sem valor”. Um problema sem solução, e, portanto, alguém que não mereceria os esforços das/os trabalhadoras/es:

É, eu não posso trabalhar com a população de rua acreditando que eles são vagabundos, são vadios, que eles não valem nada, que eles estão passando uma chuva, e que na hora que eles saírem, vão voltar para a mesma condição anterior que eles estavam. Que eles não, abre aspas, “que eles não têm jeito”. Se eu, enquanto trabalhador, da Assistência, já me vejo acreditando em tudo isso que eu te falei, eu não tenho condições de trabalhar aqui. (Ima)

Cunda e Silva (2019) escrevem um texto citando nomeações da figura que habita as ruas. Lá, mencionam a figura do “desgraçado”, atendido/a por frades e freiras durante a Idade Média na Europa, alimentado desde que trabalhasse, sendo a produtividade uma condição para a dignidade. Citam também o “mendigo”, que seria assistido/a pela caridade desde que comprovasse a necessidade de dependência. Já no século XVIII, com o crescimento das cidades na Europa e América, surge o “vagabundo”: “Sob a mácula da improdutividade e do perigo, a

figura do “vagabundo” adquire nesse nevoeiro uma afirmação do que precisava, sem misericórdia, ser erradicado” (CUNDA; SILVA, 2019, p. 4).

Não à toa percebemos atualmente a representação do “vagabundo” associada à população em situação de rua, majoritariamente negra, e entendida como um problema individual e privado de quem não quer ser produtivo, e escondendo uma questão histórica e coletiva. “Dessa maneira, a pobreza é concebida como responsabilidade individual. Com isso, à identidade social de pobre é acrescentada o papel social de culpado pela sua situação.” (MOURA; XIMENES, 2016, p.78). O que diferencia o “vagabundo” - o improdutivo sem solução - da “pessoa em situação de vulnerabilidade” - objeto das políticas públicas de Assistência? Talvez seja crucial na criação dessa diferenciação o modo como o Estado medeia a questão social (CUNDA, SILVA, 2019), em sua grande máquina, e também em suas/seus servidoras/es, nas relações em nível micro, que também efetivam (ou não). Está associado a isso uma tensão, presente no SUAS, entre Assistência e assistencialismo, que discutiremos mais adiante.

Retornando aos dados censitários, em segundo lugar, o que chama a atenção é a maioria absoluta de homens em situação de rua, quando comparado às mulheres¹⁹. Diz Rachel Gouveia Passos: “Destacamos que tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturantes e estão interseccionalizados com a organização econômica, logo, não podem estar descolados da classe social” (PASSOS, 2018, p.12). Quando Esmeraldo e Ximenes (2022) falam sobre mulheres em situação de rua, elas pontuam como o gênero caracteriza mais um fator que agrega complexidade à sua situação, por lhes colocar em um local ainda mais fragilizado para lidar com as relações de dominação e opressão presentes na sociedade.

Neste capítulo, a partir de fontes diversas, procuramos montar um mosaico que nos traga informações para pensar quem é a/o usuária/o de uma instituição de acolhimento para adultos no SUAS e qual lugar a Psicologia é a historicamente chamada a ocupar, em relação a esse público e à assistência social. No próximo capítulo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, será discutida a criação de conhecimento acadêmico sobre instituições de acolhimento, quem o cria e de qual lugar.

¹⁹ Outras possibilidades de gênero não são sequer mencionadas nas pesquisas censitárias, pelo que não é possível saber se a pesquisa engloba mulheres trans no quantitativo de homens e homens trans no quantitativo de mulheres, nem se pessoas não binárias fizeram parte da pesquisa.

3 UM PADRÃO DE TECELAGEM

Eu faço minhas oferendas de incenso e quirera de milho, acendo minha vela. Em minha cabeça, as vezes eu faço uma oração – uma afirmação e enunciação de intenção. (ANZALDÚA, 1987, p. 67)

Antes de começar a escrever, Glória Anzaldúa se prepara e prepara seu ambiente para receber as palavras que estão por vir. O texto não chega sem esforço, sem o trabalho de criar um ambiente propício para a sua recepção. Da mesma forma, a pesquisa requer um trabalho de (re)conhecer o território. Para isso falamos sobre a história da Assistência Social, a primeira trama que usamos.

Glória diz que seu livro vai surgindo para si própria como um grande mosaico, um padrão de tecelagem Azteca. Esse capítulo trará outros padrões para a nossa pesquisa. Não direi que eles *antecedem* a pesquisa de campo, mas que já fazem parte de sua escrita e cartografia – também literalmente, pois irei falar sobre regiões do país.

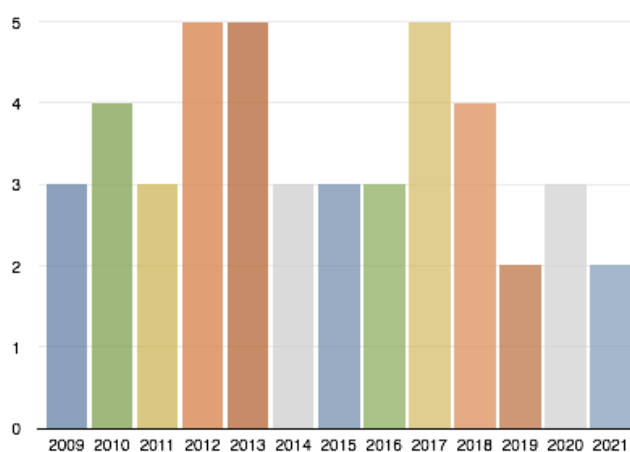
Se a nossa prática de trabalho e pesquisa sempre se insere dentro de um contexto social, econômico, político, esse contexto não deixaria de ser também acadêmico (MARTÍN-BARÓ, 2017). Torna-se importante, então, questionar: quem anda escrevendo e publicando sobre unidades de acolhimento? Onde são feitas essas pesquisas?

Para trazer algumas respostas para essas perguntas, realizei uma pesquisa bibliográfica na plataforma Scielo, biblioteca científica digital de acesso aberto que reúne grande parte dos periódicos científicos brasileiros. Foram buscados artigos publicados entre 2009 – ano de publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – e 2022 – ano em que pesquisa foi realizada – com as palavras chave “abrigo” e “acolhimento”. Outros critérios de inclusão foram ser pesquisas realizadas dentro do território brasileiro e referirem-se ao acolhimento institucional.

3.1 Sobre o que se escreve?

Foram encontrados 168 resultados de artigos científicos publicados com a palavra-chave “abrigo”. Foram descartados os artigos que faziam parte das áreas de conhecimento das ciências biológicas, agrárias, exatas e da terra, restando 80 resultados. Desses, 42 foram na área temática das ciências humanas, 29 nas ciências da saúde, 7 multidisciplinares, 3 ciências sociais aplicadas e 3 linguística, letras e artes. Foram descartados os 32 artigos que se encontravam fora do perfil esperado - não se referiam a população em situação de rua e/ou acolhimento institucional e os que se referiam a pesquisas realizadas fora do Brasil, restando então 48 artigos dentro do perfil buscado.

Figura 1 - Artigos sobre abrigo separados por ano de publicação



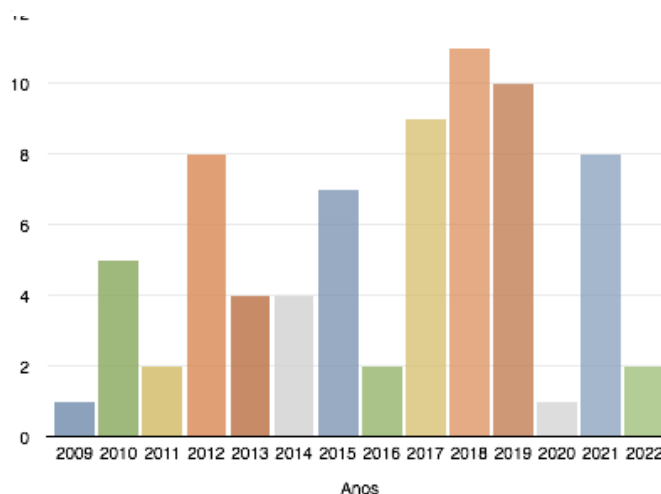
Fonte: elaborado pela autora (2023)

A figura 1 mostra a distribuição dos artigos, de acordo com o ano. Pode-se observar que até o limite final do levantamento, julho de 2022, nenhum artigo havia sido publicado no ano corrente. De 2009 a 2021, as publicações variam de 2 a 5 artigos por ano. Os anos com mais publicações foram 2012, 2013 e 2017, com 5 publicações cada. Os anos com menos publicações foram 2019 e 2021, com 2 publicações cada.

Quanto à palavra chave “acolhimento”, inicialmente buscou-se o termo “acolhimento institucional”, porém essa pesquisa não trouxe nenhum resultado. Em seguida, optou-se por usar apenas “acolhimento”. Essa pesquisa trouxe 871 resultados totais, pela amplitude do termo escolhido. Foram descartados os artigos que faziam parte das áreas de conhecimento das ciências biológicas, agrárias, exatas e da terra, assim como o da área de Linguística, Letras e Artes, por não se referir a acolhimento institucional. Restaram 773 artigos publicados entre 2009 e 2022. Desses, apenas 75 eram sobre acolhimento institucional. Foram descartados 2

artigos cuja pesquisa acontecia fora do território brasileiro, restando então para análise 73 artigos. Dos 73, 4 já haviam aparecido anteriormente na busca com o termo “abrigo”.

Figura 2 - Artigos sobre acolhimento separados por ano de publicação



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Na figura 2, os artigos com a palavra chave acolhimento foram separados em relação ao ano de publicação. Cabe observar que a data de corte para a publicação dos artigos foi agosto de 2022. 2009, 2016 e 2020 foram os anos com menos artigos publicados, apenas 1 cada. O ano de 2018 teve mais artigos, com 11 publicações.

Somando as duas palavras-chave, temos um total de 117 artigos sobre acolhimento institucional. Contudo, esse número se reduz drasticamente se observamos o tipo de acolhimento institucional sobre o qual estamos nos referindo: entre os 48 artigos encontrados entre 2009 e 2021 com a palavra-chave “abrigo”, 37 eram sobre unidades de acolhimento de crianças e/ou de adolescentes. Dos 11 artigos restantes, 2 eram sobre acolhimentos de adultos/as, 2 sobre acolhimento de idosos/as, 2 sobre unidades que atendem mães adolescentes, 2 sobre abrigos de proteção para mulheres vítimas de violência, 1 para mulheres grávidas e/ou no puerpério, e 1 para a população LGBTI e refugiados/as.

Com a palavra abrigo, a proporção de artigos sobre acolhimento institucional de adultos/as é ainda menor. Entre os 73 artigos, 61 eram pesquisas realizadas em acolhimentos infanto-juvenis. 12 artigos eram sobre outras instituições de acolhimento, que abrangiam: acolhimento de adultos/as (2), idosos/as vítimas de violência (1), acolhimento para adultos/as usuários/as de álcool e drogas (2), juvenil e adulto/a (2), comunidades terapêuticas (2) e acolhimentos não especificados (3).

Chama atenção aqui o acolhimento para adultos/as com necessidades decorrentes do uso abusivo de crack, álcool e outras drogas, que é uma instituição pública, porém não da

Assistência Social, e sim do Sistema Único de Saúde (SUS), como parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (BRASIL, 2012).

Também as Comunidades Terapêuticas, representadas nas escritas, são equipamentos cujo público é a população adulta usuária abusiva de álcool e outras drogas, de iniciativa privada sem fins lucrativos (BRASIL, 2023a). Cabe mencionar que essas instituições têm um modo de funcionar muito criticado por trabalhadores/as da saúde e defensores da luta antimanicomial (CFP, 2018). De lógica asilar, são equipamentos frequentemente denunciados por uso de internações involuntárias e compulsórias, restrição à comunicação e laborterapia (CFP, 2018) – em claro desrespeito à Lei 10216/2001, que versa sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, *suleando* o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). Após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o governo federal tem investido nas Comunidades Terapêuticas, em detrimento das vitórias conquistadas pela Reforma Psiquiátrica (GOUVEIA PASSOS, 2018). A precarização da RAPS e favorecimento das comunidades terapêuticas continuou prevalecendo no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022) (MACHADO, 2022) e mesmo o presidente Lula, no início de seu mandato, tem sido criticado por criar o Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas (VARGAS, 2023).

Embora o termo “acolhimento”, palavra usada majoritariamente nos documentos atuais do governo sobre o SUAS, tenha trazido uma quantidade maior de resultados (73 artigos) do que o termo “abrigo” (48 artigos), conclui-se que não há publicação expressiva em periódicos científicos sobre o acolhimento institucional no território brasileiro, especialmente quando considera-se o acolhimento institucional que *não* se refere a crianças e adolescentes: no período de quase 14 anos entre janeiro de 2009 e julho/agosto de 2022, foram encontrados um total de 23 artigos que se referem ao acolhimento de adultos/as.

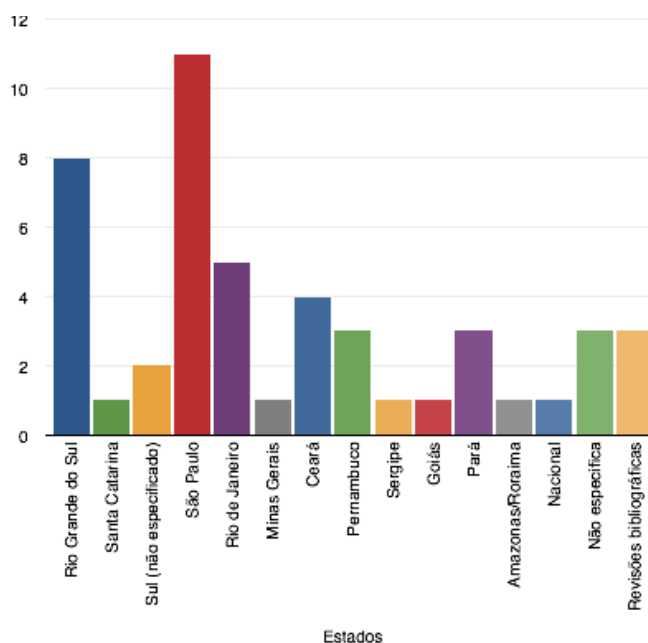
3.2 De onde se escreve?

Mesmo enquanto escrevo isto, me sinto perturbada porque sou a única escritora mulher do terceiro mundo neste livro. (ANZALDÚA, 2000, p.231)

Na fala acima, Anzaldúa se refere à desigualdades entre o Norte e Sul global que aparece em ambientes acadêmicos, mesmo que feministas. Dentro do recorte desta pesquisa, entendendo que cartografar as linhas que envolvem, perpassam e criam as unidades de acolhimento também se distribuem geograficamente no território brasileiro, fez-se a seguinte

pergunta: quais são os locais pesquisados por quem está publicando em periódicos científicos sobre acolhimento institucional?

Figura 3 - Artigos sobre abrigo separados por Estado



Fonte: elaborado pela autora (2023)

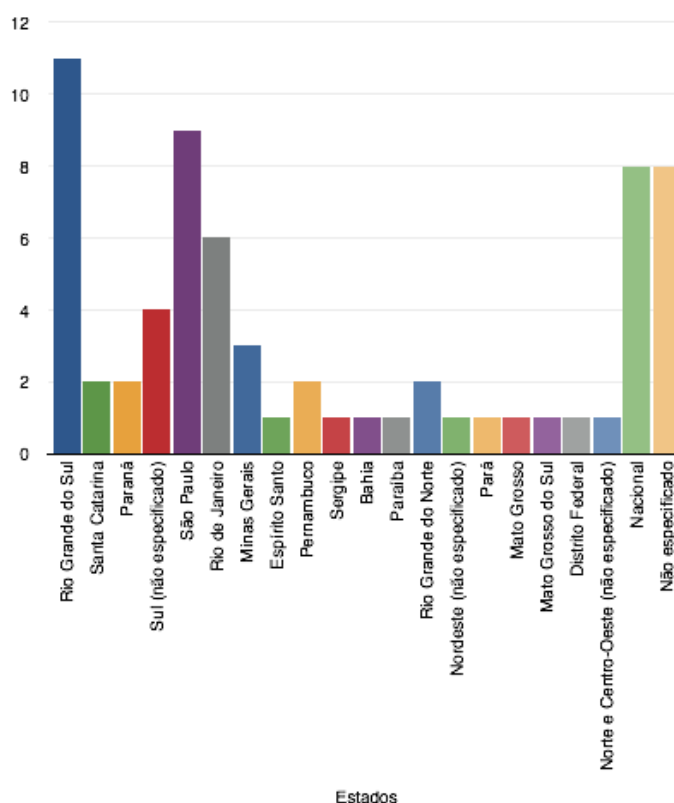
A figura 3 mostra a separação dos artigos sobre “abrigo” de acordo com o Estado onde a pesquisa foi realizada. Observa-se que São Paulo tem a maioria absoluta dos artigos publicados, com 11 textos, sendo seguido pelo Estado do Rio Grande do Sul, com 8 artigos. Os Estados com menos artigos publicados são Santa Catarina, Minas Gerais, Sergipe e Goiás, cada um com 1 artigo. Um artigo também descreve pesquisa realizada em dois Estados da região norte, Amazonas e Roraima. A região Sudeste do Brasil compreende 17 artigos e a região Sul, 11 artigos. Enquanto isso, a região Nordeste tem 8, a região Norte 4 e a região Centro-Oeste apenas 1 artigo. Ademais, 1 artigo falava sobre o Brasil de maneira geral, 3 eram revisões bibliográficas e 3 artigos não especificavam a região onde havia sido feita a pesquisa.

Na figura 4, as publicações estão separadas por estado onde a pesquisa foi realizada. O estado com mais publicações foi o Rio Grande do Sul, com 11 artigos, seguido de São Paulo, com 9. As regiões Sul e Sudeste contam com 19 artigos cada, para 8 da região Nordeste, 4 do Centro-Oeste e 2 da região Norte. 8 artigos foram pesquisas que abrangeram todo o território nacional e 8 artigos não especificaram a região de sua pesquisa.

No total, somando as duas palavras-chave, temos 30 artigos publicados na região Sul, 36 na região Sudeste, 5 na região Centro-Oeste, 16 na região Nordeste e 6 na região Norte.

Há a predominância absoluta das regiões Sul e Sudeste nas publicações, embora o SUAS enquanto política pública seja um sistema nacional. Alguns estados brasileiros, em especial do

Figura 4 - Artigos sobre acolhimento separados por Estado



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Norte e do Centro-Oeste do país, sequer estão representados. Isso reflete a formação histórica do Brasil, em que o Sudeste e o Sul foram construídos enquanto potências econômicas e culturais, em detrimento do resto do país. Pesquisa realizada por Antunes, Rodrigues e Brandão (2019) indica que o poder científico ancorado no Sul e no Sudeste se retroalimenta, uma vez que instituições já renomadas academicamente têm mais condições de adquirir bolsas científicas, principal meio de fomento à pesquisa, que as mantenham em posições de destaque. Por exemplo, a Universidade do Estado de São Paulo (USP), uma das universidades mais antigas do Brasil, recebeu em 2019 mais do que o dobro de Bolsas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do que o segundo colocado, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (NEIVA *et al.*, 2022). Note-se que as duas primeiras universidades que mais recebem bolsas de produtividade (USP e UFRJ) estão localizadas no Sudeste.

O meio acadêmico é descrito como uma “disputa”, competitiva e hierárquica (ANTUNES; RODRIGUES; BRANDÃO, 2019). Além disso, cabe observar que mesmo entre regiões do Brasil há discrepâncias. Por exemplo, enquanto São Paulo em ambas buscas é uma das regiões que mais conta com publicações, o Espírito Santo, outro estado da região sudeste, é pouco representado, tendo apenas um artigo.

Glória diz da dificuldade em sentir-se escritora e permitir-se escrever, por ter um certo corpo, uma certa cor, uma certa história *por vir de um certo lugar* (ANZALDÚA, 1987; 2000). O lugar de onde se escreve está intimamente ligado à nossa história, ao trajeto que nos permite pesquisar, o que nos leva a outra pergunta: quem escreve?

3.3 Quem escreve?

No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

Se escrever é um modo de ordenar o mundo, cabe-nos perguntar quem está escrevendo sobre e organizando o mundo das Unidades de Acolhimento – ou pelo menos, a parte desse mundo que é acessível e acessada através de periódicos científicos. De acordo com o Censo Psi, realizado em 2022, 7,3% das psicólogas e psicólogos que atuam na área Social relatam atividades de pesquisa (tema central de periódicos científicos), assim como 3% dos profissionais que atuam dentro da Assistência Social (CFP, 2022b).

Contudo, nos artigos de nossa revisão bibliográfica, poucas/os autoras/es de fato trabalhavam em instituições de acolhimento, sendo em sua maioria pesquisadores/as de universidades que realizam pesquisas *in loco* ou acessando bases de dados sobre acolhimento institucional. Na pesquisa sobre “abrigo”, três artigos são identificados como escritos por colaboradoras/es²⁰ ou trabalhadoras/es da instituição de acolhimento – um deles de uma instituição de acolhimento que atende adultos/as. Quanto à palavra-chave “acolhimento”, apenas dois foram escritos por trabalhadoras/es ou colaboradoras/es das instituições, nenhum desses em instituição de acolhimento para adultos/as.

Ou seja, em quase catorze anos, temos o total de um (1) artigo escrito por uma pessoa que trabalha em uma instituição de acolhimento para adultos. Não se pode deduzir daí que trabalhadores/as das instituições de acolhimento não estejam refletindo, escrevendo e compartilhando seu trabalho, apenas que o local e a forma onde isso acontece não é através da publicação em periódicos científicos. Mesmo teses e dissertações de Mestrado e Doutorado são escritas que podem ocorrer sem necessariamente ter como produto um artigo científico, sendo

²⁰ A colaboradora se descreve como alguém que participa de campanhas e visitas na instituição com certa frequência, embora não faça parte do corpo de trabalhadores/as da instituição.

acessadas não em periódicos, mas através do banco de teses e dissertações de cada instituição de ensino superior.

Após começar a participar de eventos científicos e compartilhar com outros/as profissionais do SUAS sobre o trabalho em instituição de acolhimento, sou procurada por uma Assistente Social de um município no Paraná, Sul do Brasil: ela conta que trabalha em um acolhimento institucional que foi criado neste ano e, ao buscar referências para o trabalho, ficou de mãos vazias. Está buscando uma conversa comigo e com sua equipe para trocar experiências e referências. Antes disso, quando fui ao Pará, a coordenadora de um dos equipamentos em que entrevistei uma psicóloga me pede que retorne no dia seguinte, com o mesmo objetivo de troca de experiências. Em nossa pesquisa, duas psicólogas, sem artigos publicados em periódicos científicos sobre seu trabalho, compartilham que participaram de eventos locais e internacionais, tendo um resumo expandido e um capítulo de livro publicados.

É, é que eu lembrei [...] de um trabalho que a gente escreveu, eu falei bastante que, enfim, que as mulheres, tem muitas mulheres aqui vítimas de violência, e uma coisa importante daqui [...] é uma possibilidade de... de espaço para poder parar para pensar. E refletir. Por que é isso também que **move** o trabalho e isso que **muda** o trabalho. Se a gente só trabalhar no automático, marcação de documento, marcação de...! A gente não para para refletir. [...] E aí a gente parou para pensar e olhou os números. Que é uma coisa **importante**, porque isso norteia o nosso trabalho a partir de agora. [...] A gente precisa mudar o... o PAC que a gente faz no começo, que é o Plano de Atendimento Continuado, a gente precisa abordar isso no PAC também, de alguma maneira... Porque... E só foi possível a partir desse momento em que a gente parou, se juntou e refletiu sobre o nosso próprio trabalho. Então, isso foi um momento de alegria. (GIOVANA)

Se para Glória Anzaldúa escrever é colocar uma alça no mundo, para Giovana também a escrita e a reflexão sobre a prática é o que sustenta o trabalho: o **move** e o **muda**! Essencial, não necessariamente para a publicação externa, mas para uma reflexão interna da equipe, que a partir daí pôde, ao refletir sobre as suas práticas, perceber que seus instrumentos não abordavam um aspecto importante do seu trabalho, sobre violência doméstica e que, portanto, deveria ser modificado.

Cabe mencionar também que entre 2009 e julho de 2022 não foi encontrado nenhum artigo publicado por alguém que tenha estado em uma Unidade de Acolhimento como usuário/usuária. Mas ressaltar a discrepância entre quem publica conhecimento dito científico e quem exerce o trabalho “da ponta” na Assistência, ou mesmo reside em uma Unidade de Acolhimento, não significa dizer que uma escrita de alguém que está como funcionário/a ou usuário/a na rotina de uma instituição de acolhimento vai ser melhor – um juízo de valor que nada descreve. Contudo, em nosso exercício cartográfico, nos serve para pensar quem tem o poder da escrita, o poder de escrever para ser lido, compartilhado, usado como referência em

outros trabalhos. Quem disputa, e onde se disputam, as narrativas sobre instituições de acolhimento? E pensar também o que significa ser acadêmico: é possuir um doutorado, pré-requisito para publicar em certos periódicos científicos? É ter curiosidade e interesse em conhecimento, e conseguir organizá-lo para poder passar adiante o aprendido, o criado?

Relembrando o mencionado acima sobre a matriz colonial descrita por Mignolo (2021), retomamos o último nível: controle do conhecimento e da subjetividade. Nele aparecem as universidades, mas não apenas: além das instituições de ensino, diz também do ensino dito “informal” e quais concepções de mundo são consideradas válidas ou não na sociedade (MIGNOLO, 2021) – quais conhecimentos são (des)valorizados e quem os produz?

Sem nos aprofundar mais nessa análise, nos cabe aqui apenas pontuar que o modelo de universidade, e de Academia, que seguimos no Brasil tem suas origens na Europa, assim como a Assistência Social e a Psicologia. Esse fato não é neutro, sendo mais uma das linhas que conectam o campo que compõe esta pesquisa com a colonialidade.

Romagnoli (2014) pontua que a cartografia pode ser um método para pesquisar o que é complexo e heterogêneo na atuação dentro das políticas públicas, e que essa complexidade é encontrada nas situações cotidianas. A partir dessa perspectiva, quem está no dia a dia das instituições e está disposta/o a olhar para o desafio e complexidade do que parece rotineiro tem uma posição privilegiada para produzir ciência. Seguindo com o trançado de nossa tapeçaria, continuaremos no próximo capítulo trazendo três tramas tecidas a partir da atuação em instituições de acolhimento, em sua complexidade cotidiana.

4 AS FRONTEIRAS DA ATUAÇÃO

O que fazem as/os psicólogas/os em Unidades de Acolhimento do SUAS? Iniciamos com essa pergunta, e chegamos em um ponto em que temos dados para tecer algumas respostas. Descobri ao longo das entrevistas, do trabalho, da pesquisa bibliográfica, que os fazeres são múltiplos e diversos. Que tem pontos de similaridade e de discordâncias. E que, inclusive, o fazer de um/a mesmo/a profissional não é sempre uniforme, e pode mesmo ser contraditório: são as fronteiras que constituem nossa atuação. Em princípio, isso pode ser inesperado, considerando que a atuação de todas e todos os profissionais acontecem em equipamentos similares.

O SUAS emerge como forma abstrata instituída e verdadeira, como se houvesse um único sistema e como se todos os seus serviços fossem iguais e imutáveis, em todos os níveis de proteção e complexidade, não apresentando diferenças entre eles e abarcando todos os casos particulares e singulares. (ROMAGNOLI, 2012, p. 125)

Contudo, entendemos que o instituído do SUAS é feito na articulação da macro e micropolítica (ROMAGNOLI, 2012). Diz Romagnoli: “Nesse processo, as linhas macropolíticas determinam as normas de funcionamento e administração dos equipamentos do SUAS e as linhas micropolíticas dizem respeito tanto a capturas quanto à produção de soluções pontuais no exercício singular de cada equipe.” (ROMAGNOLI, 2012, p.123). Ou seja, a Assistência Social se constrói concretamente nos equipamentos, nos ambientes de trabalho, nos encontros cotidianos. O SUAS é feito pelas/os profissionais que nele atuam, e é tão múltiplo quanto são múltiplos suas/seus profissionais e usuárias/os. Múltiplo, mas não desconectado.

Digo isso para afirmar que, em meio à floresta de dados que cultivamos, conjuntamente, é mais difícil separar um assunto do outro, do que pode parecer à distância. Se de longe alguns assuntos-árvores chamam a atenção, de perto descobrimos que cada árvore é um universo e serve de substrato para outros o serem, crescerem e – talvez – prosperarem. Ademais, por baixo da terra, mesmo corpos distantes raízes que se encontram – em linguagem cartográfica, nos remetemos ao conceito de rizomas, termo emprestado da botânica que se refere a um emaranhado de conexões-raízes, sem início, meio nem fim, sem ponto central: uma multiplicidade de pontos heterogêneos que se conectam, não hierarquicamente (BARRETO; CARRIERI; ROMAGNOLI, 2020).

Traremos então, a seguir, três categorias analíticas para nos ajudar a pensar o fazer de psis em instituições de acolhimento para adultos/as e famílias. Em um rizoma, a separação

definitiva é impossível, pois o sistema está em constante reconfiguração (BARRETO; CARRIERI; ROMAGNOLI, 2020): aqui, pode ser por vezes difícil perceber onde começa uma categoria e termina outra. A separação que faremos é didática, em termos de escrita da dissertação, porém não apenas isso. Separar e nomear os fios de nossa tecelagem é uma estratégia política para colocar em análise a política do SUAS e o que a Psicologia como campo de saber e as/os psicólogas/os fazem no campo das políticas públicas de Assistência Social. Contudo, cada uma das categorias mapeia uma linha de ação possível do trabalho psi no SUAS, com suas consequentes diferenças na prática – no cuidado - profissional. São elas: Ajudar, Controlar e Defender. Ao longo do texto, essas palavras serão grafadas com a letra inicial em maiúscula sempre que se referirem às categorias analíticas.

4.1 Ajudar

Alice, uma das entrevistadas, menciona, em suas histórias, uma instituição de acolhimento masculino em Manaus chamada Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) Amine Daou. Querendo conferir a escrita correta do nome, acabo buscando na internet e descobrindo um pouco mais sobre quem foi Amine Daou. Amine Daou Lindoso foi esposa de um senador e governador do Amazonas. Segue um trecho de seu obituário, publicado em jornal:

Nascida em Manaus, ela estudou em um colégio de freiras e entrou em uma escola de serviço social ainda na adolescência. Apesar da vontade de ajudar os outros, não chegou a atuar como assistente social. Mas o tempo a encaminhou à assistência. (...) Também se dedicou a projetos voltados a jovens que trabalhavam nas ruas, como engraxates e vendedores de doces. Criou para eles um lugar para banho, alimentação, e descanso, e para encaminhá-los profissionalmente. A carreira do marido a fez mudar algumas vezes para Brasília, onde se dedicava a costurar e tricotar para pessoas carentes. Eram panos, sapatinhos e casaquinhos. (NEVES, 2016, p.1)

É interessante a história contada em seu obituário, assim como a escolha do seu nome para um equipamento público da Assistência Social, pois valoriza a sua trajetória como alguém que, **apesar** de não ter cursado Serviço Social, dedicou-se a projetos voltados a “pessoas carentes”, pois tinha vontade de ajudar os outros. “Um lugar para banho, alimentação e descanso”: essa descrição poderia referir-se a qualquer instituição de acolhimento do SUAS.

O Ajudar enquanto categoria analítica refere-se ao significado da palavra Assistir dicionarizado como “ajudar”, “socorrer” (ASSISTIR, 2023). O próprio dicionário Michaelis dá

o seguinte exemplo para o uso na palavra com esse significado: “Dona Matilde sempre assiste às pessoas necessitadas.” (ASSISTIR, 2023, p.1). Dona Matilde e Dona Amine existem no mesmo universo de significado da assistência: elas ajudam. E trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Social também podem trabalhar no cuidado a partir da Ajuda. O motivo “desejo de ajudar as pessoas” é significativo para psicólogos e psicólogas na sua escolha pela profissão, de acordo com o Censo da Psicologia (CFP, 2022a).

Por exemplo, Paloma nos conta da tentativa de desacolhimento de uma acolhida, usuária também da rede de saúde mental. A família não quis fazer parte desse processo, mas a usuária queria sair da instituição e morar sozinha. Considerando seu desejo, a instituição articulou-se com a rede do território onde ela queria ir: Saúde, Assistência, e mesmo Justiça.

Se alugou, se mobiliou, minimamente, com as condições, mas a... a experiência não foi exitosa. Não foi, porque ela passou a não tomar as medicações nos horários que tinham que ser tomado, aí os primeiros reflexos foi na... na questão da saúde mental dela. (...) Passou cada vez mais, a gente observou que a limitação de autonomia começou a agravar, não é? Então... assim, para ela limpar o banheiro, ela tinha que sentar no chão para lavar o vaso sanitário, né? Aí começou a sentir dor de dente, **aí às vezes a assistente social, na época que a gente tinha aqui, às vezes no final de semana ia lá fazer a, verificar como ela estava, acabava fazendo a faxina na casa dela.** [risadas] No sábado. [risadas] (Paloma)

Em que pese a luta social por direitos que tornou possível a existência e estruturação do SUAS, a Assistência Social é uma política privilegiada para ser compreendida a partir do significado da Ajuda. Saúde e Educação, por exemplo, são direitos de todos (todas, todes) e dever do Estado (BRASIL, 1988). A Assistência, por outro lado, “será prestada a quem dela necessitar” (BRASIL, 1988, p.122), ou seja: a quem falta algo. Por que não ajudar alguém em sofrimento? Independente da compreensão da estrutura do SUAS, de sua história e da função de seus equipamentos, a atuação de um/a funcionário/a que está na ponta se dá no contado direto com a/o usuária/o, de pessoa para pessoa. Afetos estarão, é nítido, presentes. O que custa auxiliar, mesmo que durante nosso tempo livre, alguém desorganizada/o demais para limpar a própria casa, se já estamos ali?

Assim, sutil, mas decididamente, a questão desloca-se de um trabalho (ou desamparo do poder público), para uma ação de empatia, ou bondade do/a trabalhador/a. As/os entrevistadas/os contam que arrecadam dinheiro entre as/os trabalhadoras/es para realizar festas e passeios com os/as usuários/as, pois não recebem verba para essas atividades. Giovanna conta que em sua unidade realizam festas a partir de doações recebidas e trabalho de voluntários. Na minha experiência profissional, as “vaquinhas” ou “ratatás” são comuns e mesmo esperadas – o incomum é alguém se recusar a participar de uma. Uma antiga coordenadora, psicóloga, me contou, certa vez, que no Natal do ano anterior os/as funcionários/as haviam compartilhado

entre si o custo de uma passagem de ônibus para certa usuária retornar ao convívio familiar em outro município – processo denominado “recâmbio” e para o qual, teoricamente, existe uma verba específica, mas na época demorava um tempo considerável para a passagem ser comprada.

Assim é o Ajudar: um presente para a/o usuária/o, dado em datas comemorativas. É um movimento feito de uma pessoa **para** outra, e não **com** outra. Ao usuário ou usuária, cabe o papel passivo de receber – e ser grato.

Ah, eu conto várias boas experiências! (...) Mais de um acolhido que consegue um trabalho **e sai daqui muito agradecido...** (Giovana)

Na história mencionada acima, a usuária que recebeu a passagem fruto do custeio entre os trabalhadores, retornou à instituição de acolhimento poucos meses depois, para a frustração das/os trabalhadoras/es que haviam tirado dinheiro de seu bolso para que ela voltasse à sua família. Em que pese a boa intenção das/os funcionárias/os, quando a/o usuária/o – ou sua rede de apoio - não se comporta da maneira esperada, as expectativas criadas no ato de Ajudar são decepcionadas.

Se retomarmos a discussão sobre o público atendido em instituições de acolhimento, veremos que isso não é por acaso. Lélia Gonzalez (2020) já denunciava o quanto a população negra é falada por outros e outras, sendo ao mesmo tempo impedida de falar por si – é um movimento intencional de apagamento da história e memória. Ao ser falada, está sujeita a ser colocada e mantida em uma posição inferior, subalterna, que pode ser dependente da Ajuda - retirando-se assim sua possibilidade de autonomia e autodeterminação.

Então eles conseguem, alugar um, um local pra eles, (...) um quartinho pra eles, eles conseguem ganhar autonomia, né, mas, ah, é de... de 50? Vou falar para você que **a gente consegue resgatar**, [...] E aí eles caem de novo em situação de rua, caem de novo em situação de rua, porque tudo que eles construíram, é, eles vendem, eles trocam, pela droga. E aí isso, isso, **a gente consegue só resgatar um**. (Alice)

Para Alice, embora o objetivo do trabalho esteja referenciado pela autonomia do/a usuário/a, quem faz o trabalho de atingir o objetivo não é o/a usuário/a, mas a equipe, que “resgata” as pessoas para que possam viver fora da instituição de acolhimento e fora das ruas. Se o/a usuário/a não consegue sustentar, individualmente, o ser domiciliado/a²¹, é devido a um problema supostamente interno – o vício no crack, que é a droga a qual ela se refere na fala acima. Cabe aqui lembrar, contudo, que

O “crackeiro” seria apenas o sucessor, na linha evolutiva das substâncias vitimadoras, do “cachaceiro” e do “maconheiro” que lhe antecederam nesta história de violência e

²¹ Se a população em situação de rua é quem, entre outros, não possui moradia convencional regular (BRASIL, 2009a), ser domiciliado/a é ter uma referência fixa de domicílio, e fazer uso dele como espaço de moradia de maneira habitual.

dominação, na qual a miséria econômica associada à marca de raça e de classe, antecipa o risco do desenvolvimento da miséria moral, condição de uma desqualificação plena daqueles indivíduos que não foram “fortes o bastante”, “resilientes” e “sucumbiram ao mal”. (CFP, 2013, p. 24)

Gesser (2013, p.69) nos alerta sobre práticas da psicologia pautadas no modelo biomédico, “que reduz a compreensão de fenômenos complexos e multideterminados a questões de ordem biológica e individual, focalizando as práticas de intervenção nos indivíduos e retirando a responsabilidade do Estado na resolução de problemáticas que acometem a população brasileira”. Indo em direção contrária, em sua resolução quanto à atuação de psicólogos/os em políticas públicas de álcool e outras drogas, o Conselho Federal de Psicologia orienta que o cuidado com usuárias e usuários de drogas deve partir do social para recuperar a dimensão subjetiva do fenômeno das drogas, tendo o sujeito como ativo e a subjetividade como fluida e mutável (CFP, 2013):

Desta forma, este paradigma propõe fixar-se no sujeito que delas se serve, oferecendo explicação para o caráter diferenciado dos modos como distintos sujeitos delas se aproximam e com ela se relacionam, fazendo radicar aí a chave para o tratamento daqueles para os quais este uso se revela como problemático e nas razões pelas quais isso se dá dessa maneira (CFP, 2013, p. 61).

Conforme mencionado anteriormente, outro vocabulário frequentemente associado ao uso de drogas e que permeia a caracterização da/do usuária/o no SUAS é o da vulnerabilidade social:

Nesse PIA [Plano Individual de Acolhimento], a gente vai tentar traçar estratégias junto com essa pessoa que está acolhida, pra que ela venha a **superar a condição de vulnerabilidade social** e a condição de situação de rua, né? Venha superar aquela condição de precisar estar acolhido na instituição. (Renato)

Para Guareschi *et al.* (2007) e Reis *et al.* (2014), a vulnerabilidade social seria um conceito que não remete ao indivíduo, à condição de vulnerável, mas refere-se a que oportunidades e condições de acesso a bens materiais e de serviço são ou não possíveis a um certo grupo social: “Todavia, essa dificuldade de mover-se socialmente não pode ser reduzida às questões de pobreza ou de populações carenciadas. Vulnerabilidade não se restringe à categoria econômica, passando por organizações políticas de raça, orientação sexual, gênero, etnia.” (GUARESCHI *et al.*, 2007, p. 19) – lembrando que diversos modelos de Estado também cumprem um papel de sustentar e aumentar desigualdades, ou, ao contrário, atuar para a sua diminuição.

Contudo, na fala de Renato, a ideia de “superar” a condição de vulnerabilidade parece colocar a responsabilidade no indivíduo que, por meio de suas ações, é capaz de sair das ruas - estar em situação de rua visto como um comportamento não desejável, e não uma possibilidade

de existência no sistema neoliberal capitalista em que vivemos²², e que diz respeito ao funcionamento do próprio sistema.

Tendo dito isso, é necessário pontuar também o contexto em que se inscreve essa fala. Nas instituições de acolhimento institucional há um prazo máximo para acolhimento – varia de 3 a 6 meses, nos equipamentos das/dos profissionais que entrevistei. Ainda que se trate com flexibilidade esse prazo, restam as informações de que o acolhimento institucional de adultos/as e famílias é tipificado como provisório (BRASIL, 2009b), e que a saída da/do usuária/o do equipamento é um dos objetivos do trabalho da instituição. Sabendo que toda uma estrutura social não será alterada em alguns meses, o que é possível mudar, ainda que de maneira pequena, em prazos menores, é a articulação da/do usuária/o com o seu entorno: contactar membros da família, referenciar em equipamentos da Saúde e Educação, tirar um documento de identificação... Ou seja, o SUAS, no modo como é estruturado, facilita uma perspectiva de responsabilização do indivíduo e de sua família para o funcionamento de seus serviços.

25 de Dezembro - pleno Natal - e me contam a seguinte história. Alguém disse que uma acolhida, Simone²³ (mulher negra) está passando mal: ela tem pressão alta, relata estar sem medicação, está com dor de cabeça, as mãos formigando. A resposta da coordenação passa por dizer: “se ela tem essa questão, **é muita irresponsabilidade dela ficar sem medicação.**”. Alguns minutos depois, uma das educadoras que acompanha a questão das medicações das usuárias informa que Simone tentou buscar esse remédio, porém está em falta na rede. (Diário de campo, 25/12/2023)

Linhas de segmentaridade dura, dizem Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020), são linhas que se referem a um dado naturalizado, linhas que funcionam de modo classificatório, que tende a afastar o questionamento e a problematização. No exemplo acima, a primeira reação da coordenadora é localizar exclusivamente na usuária a responsabilidade (a culpa) por estar passando mal, a classificando como irresponsável – uma avaliação não apenas individualizante, mas também moral, de Simone. Na sequência, se desvela que a possibilidade de agir não estava unicamente nas mãos da usuária, que havia tentado buscar seu remédio – foi a política pública da saúde que havia falhado em fornecê-lo. São essas linhas duras que têm direcionado grande parte do trabalho no SUAS.

²² Uma história ouvida bem no início da minha atuação no SUAS, em uma capacitação, me marcou: o Centro Pop recebia pedidos frequentes de “retirada” de um “morador de rua” de Icaraí, “bairro nobre” de Niterói. Isso acontecia porque, além dos moradores do bairro serem hostis com a população em situação de rua, esse homem jogava latinhas e garrafas na cabeça de quem passeava pelo calçadão da praia, os xingando de “burgueses safados”. Quando as assistentes sociais iam conversar com ele, dizia: “Você acha que é livre? No apartamento pagando aluguel, luz, condomínio, água? Eu sou livre. Eu não preciso pagar nada disso.”.

²³ Os nomes das/dos usuárias/os que aparecem nos diários de campo são todos fictícios e foram suprimidos também quaisquer outras informações que permitissem a identificação das/dos usuárias/os. Entendemos que nomes carregam afetos, assim, para nomear as/os usuárias/os, escolhemos nomes de cantoras e cantores brasileiros.

Em consonância, Schuch (2013) afirma, após estudo sobre intervenções sociais no campo da infância e adolescência, que aparece “um funcionamento da ‘família’ enquanto instrumento para a promoção de novas racionalidades neoliberais que investem na responsabilização individual como mote das transformações sociais mais abrangentes” (SCHUCH, 2013, p. 314). Fonseca (2005), em seus estudos sobre a prática profissional no SUS, também critica como políticos sugerem que limitações e ausências do serviço público de saúde devem ser resolvidas com políticas de fortalecimento das famílias, em detrimento do investimento no setor, como se fossem duas alternativas mutuamente excludentes. Cida Bento lembra que o fato de a população negra ser colocada como “grupo perdedor” da “luta” colonial a deixa “culpabilizada por suas condições de subalternidade política, econômica, educacional e social e, por essa razão, políticas de ação afirmativa são taxadas de protecionistas” (BENTO, 2022, p. 121).

Embora tanto Schuch (2013) quanto Fonseca (2005) se estejam referindo à responsabilização da família, em específico, entendemos que as autoras trazem que o modo de governo contemporâneo no Brasil promove um raciocínio neoliberal, e, portanto, que privilegia o indivíduo e ideais burgueses de maneira mais ampla, não apenas os relacionando ao conceito de família. Aliás, Fonseca (2005) também observa que aos/às trabalhadores/as do sistema público de saúde cabe o papel conflituoso de mediar a relação – a fronteira - entre Estado e famílias pobres. Acreditamos que sua fala se aplica também aos/às trabalhadores/as do SUAS:

[O trabalhador] É sensível à lógica de ambos os “mundos”. Conhece as limitações do sistema de saúde e procura conter a demanda para garantir a qualidade de atendimento. Por outro lado, reconhece as limitações e necessidades das famílias. Seu desafio é caminhar nessa “corda bamba” sem resvalar inteiramente para um lado ou outro, isto é, zelar pela qualidade do sistema, sem encampar a lógica estatal que vê as famílias como culpadas por não assumir total responsabilidade por seus membros, que as rotula de “heterônimas”, criticando suas demandas “exageradas” de ajuda. (FONSECA, 2005, p. 58)

Essa citação nos remete à questão que orienta essa dissertação: como é o fazer profissional, frente às inúmeras e complexas demandas trazidas por usuárias e usuários? Frente à lógica que orienta o sistema de Assistência Social? Pode ser que Ajudar, num sentido de caridade, não seja necessariamente a premissa na qual as/os profissionais baseiam conscientemente o seu trabalho, mas, historicamente, a Assistência Social foi assim construída no Brasil, conforme discutimos no Capítulo 2. Ravena usa para isso o termo herança:

Quando a gente trabalha com políticas públicas da Assistência, é herança da questão politiquêira, né? A Assistência tem isso. (...) Então, época de campanha, tem a distribuição de cesta básica, a gente sabe os fins, né? E então não tem como estar desatrelado disso. É um ranço que a gente ainda tá convivendo, e enfrentando os

desafios e as limitações que ele impõe. Na elaboração e na execução da política. (Ravena)

Então, Ajudar não é apenas uma possibilidade de atuação de psis em sua prática singular, mas uma possibilidade de atuação do SUAS como um todo, respondendo não às normativas previstas na LOAS e Tipificação, mas com fins eleitoreiros. Maria Helena Augusto (1989) afirma que “políticas públicas” é um termo sem muita força transformadora, referindo-se a um rearranjo de setores, o que é possível, ou não, para a intervenção estatal. A partir daí, faz sentido pensar que a mera instituição da Assistência Social como SUAS, como política pública, não anula séculos de herança assistencialista.

Em conclusão, Ajudar se coloca como uma possibilidade de atuação profissional e de estruturação do SUAS, e traz consigo algumas características: primeiramente, é um movimento pontual feito de indivíduo - ou instituição - para outro indivíduo. O Ajudar é individualista. Em segundo lugar, situa a vulnerabilidade nas “pessoas necessitadas” – como diz o dicionário (ASSISTIR, 2023) - e não questionando coletiva e socialmente o motivo de existirem pessoas “necessitadas” - termo que, inclusive, situa as pessoas que recebem a ajuda em um local de falta, deixando de lado suas histórias e potencialidades. Ou seja, Ajudar é desconectado tanto da História social e coletiva, quando da história de cada sujeito. Por fim, Ajuda-se por um ato de vontade e não uma obrigação, ou um direito da pessoa que está recebendo a ajuda. A partir do momento em que a vontade encerra, a Ajuda também pode ser encerrada. Não há garantia da sua continuidade.

Contudo, as vozes que falam a Assistência Social são múltiplas e o Ajudar convive com outras propostas de atuação. A seguir, discutiremos uma proposta que busca contrapor-se ativamente ao Ajudar: o Defender.

4.2 Defender

Mas a gente busca fazer o que de melhor a gente tem, busca **garantir os direitos e os acessos** deles. É isso. (Ima)

Em 2015, a manchete do jornal do Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) dizia: “Psicologia e Assistência Social: diálogo para a garantia de direitos?” (CRP-RJ, 2015, p.1). É corrente dizer, no SUAS, que trabalhamos com “garantia de direitos”. Não à toa: a proteção à

família, maternidade, infância, adolescência e velhice é prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em seu primeiro capítulo, como um dos objetivos da assistência social, e um de seus princípios é a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993/2009). A atuação baseada no princípio da garantia de direitos é uma orientação também da “Nota técnica com parâmetros para atuação das e dos profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, publicada pela Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do Conselho Federal de Psicologia (CONPAS/CFP, 2016). Esse entendimento da prática profissional como garantia aparece explicitamente entre as/os entrevistadas/os, como exemplifica a fala de Giovanna:

O trabalho de pensar que **isso aqui não é uma ajuda**. Isso aqui é uma política pública. **Tou garantindo o direito para essas pessoas.** (Giovana)

Há, portanto, um aspecto do trabalho da/o psicóloga/o em Unidades de Acolhimento que não é o Ajudar (ligado à caridade), e que busca intencionalmente contrapor-se a ele. No dicionário, “garantir” é uma palavra com diversos significados, mas aqui nos interessam dois: dar como seguro (assegurar) e dar proteção segura (GARANTIR, 2023). Nomearemos a garantia de direitos nesses dois sentidos, relativos a dar segurança a outrem, Defender.

De que modo, na prática, aparece essa defesa de direitos? Para além do quanto o acolhimento como instituição que fornece comida e um local de moradia, ambos direitos sociais previstos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a atuação da/o psicóloga/o contribui ou não para que outros direitos sejam garantidos, como direito à documentação, saúde e educação.

...há mais ou menos essa história que eu soube, há uns seis anos atrás, sete anos atrás, em que parou um carro na frente do [Centro] Pop, abriu-se a porta e disseram assim: “aqui vão cuidar de ti. Entra.” [barulho de estalar os dedos] E foram embora. E pronto. Tá aqui, Assistência, isso aqui pra você. Cuida de quem precisa de você. Né? Então esse é um cidadão que precisa dessa política pública. (Paloma)

“Tudo vai parar na Assistência”, “a gente lida com que os outros não querem lidar” são frases que se escutam nos locais onde trabalhadores/as da Assistência se reúnem. A ideia é que, enquanto as outras políticas públicas poderiam “escolher” não lidar com um caso, a Assistência precisa dar conta de tudo – inclusive com o que as outras políticas públicas não querem lidar. Talvez por isso o trabalho de Defender esteja tão presente nos momentos de articulações com a rede intersetorial.

A articulação com a rede, nesse aspecto da garantia de direitos, está prevista no artigo 4º da LOAS, no princípio da “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (BRASIL, 1993/2009, p.8). Em suas orientações gerais, o CONPAS também afirma que a/o psicóloga/o deve integrar o campo

de intervenção com outras políticas públicas e fortalecer espaços de reunião e articulação das redes (CONPAS/CFP, 2016).

Contudo, Ima, Giovanna e Ravena mencionam um trabalho difícil com a rede, que está sobrecarregada, ou em que não foram estabelecidos fluxos institucionais que deem conta do trabalho. Para garantir um atendimento para a/o usuária/o, é necessário conhecer pessoalmente quem está “do outro lado”:

Com as necessidades dos usuários a gente acompanha algumas situações, vai conhecendo os atores, né, que estão, algumas vezes fala por telefone, e aí devagarzinho a gente vai estabelecendo, né. Mas assim, **nessa questão de encaminhamento da população, claro, quando você conhece, a pessoa que tá do outro lado, tudo facilita, né.** (Ravena)

“Do outro lado” é uma expressão interessante se pensarmos que ela enuncia uma divisão clara entre lados diferentes: uma fronteira entre serviços distintos bem delimitados. Porém, na atual concepção de organização de políticas públicas, a/o usuária/o é sujeito do território, do campo de atuação de todas as políticas, não pode ter sua complexidade compartimentalizada. Romagnoli (2017) pensa o trabalho intersetorial a partir do conceito de rizoma, e pontua essa rigidez na separação de papéis como uma das dificuldades para o funcionamento efetivo da rede:

Nos processos de totalização que usualmente impedem que a intersetorialidade se exerça em seu dia a dia, as linhas se encontram duras, estratificadas, formatadas nas representações instituídas de assistência social, de saúde, de educação, de pobreza, dos papéis e lugares de cada um dos profissionais, das famílias extremamente vulneráveis que compõem casos graves e complexos discutidos pelas equipes. (ROMAGNOLI, 2017, p. 429)

A partir dessa perspectiva, o contato pessoal entre profissionais ou equipes para fazer um encaminhamento acontecer pode ser visto como um agenciamento dentro do rizoma, uma relação transversal entre setores, privilegiando a singularidade das conexões e a heterogeneidade dos encaminhamentos (ROMAGNOLI, 2017). Contudo, não pode deixar de ser observado que o modo fragmentado como ocorrem os movimentos intersetoriais são um empecilho para o trabalho (Dias *et al.*, 2014). A questão de relacionamentos pessoalizados já foi discutida em outras pesquisas sobre serviços públicos, tanto no campo do SUS quanto do SUAS (CARMO; GUIZARDI, 2017; PERES; GRIGOLO; SCHNEIDER, 2017; RAMOS, 2022). Depende-se do esforço individual do/a profissional que está ali, de esforçar-se para conseguir uma aproximação com alguma pessoa do outro lado da rede. Mesmo Alice, que afirma que o trabalho com a rede funcionava muito bem, realça o quanto ele depende da vontade das/os profissionais envolvidas/os:

Eu sou uma profissional, assim, bastante ativa. **Se você me der um pouco de abertura, eu consigo.** Entendeu? Eu consigo chegar até você, por mais difícil que se, que seja. Então, é, assim, justiça, é... saúde, é... emissão de documentos, a gente tinha facilidade, a gente corria as vezes pra conseguir, [...] por causa do acesso, aí isso ia, mas nós conseguíamos. (Alice)

Giovana traz em sua fala o modo como a rede é construída, e o quanto ela depende do interesse profissional, porém conta também como ela e sua equipe agem para tentar coletivizar esse processo:

Eu sinto que ainda é muito pessoalizado. Então assim, o trabalhador X que por conta própria decide procurar o equipamento Y, ou a Secretaria tal, e aí vai pegando o contato e... Isso é legal, porque mostra também do trabalho de cada um, do que a pessoa quer construir dentro do próprio trabalho, mas eu acho que tem coisa que deveria ser pensada como um fluxo mesmo, de... institucional. E não tanto uma coisa que vai de cada profissional, porque às vezes esse profissional, principalmente se ele não for concursado, por exemplo, ele... depois de um tempo esse vínculo se perde, e aí tudo que ele construiu vai embora junto com ele. E aí eu acho que a tentativa de, de permanecer... Por exemplo, a gente tem esse livro de rede. Nesse livro de rede a gente coloca todos esses contatos que a gente faz de articulação de rede, numa tentativa de conseguir manter essas articulações, porque se ficar vinculado a uma pessoa ou a um profissional isso fica ali... parado e... centralizado naquela pessoa que fez aquela articulação. (Giovana)

A falta de continuidade na construção dos fluxos é uma das dificuldades de um trabalho em políticas públicas fragmentadas (CARMO; GUIZARDI, 2017) e com vínculos empregatícios frágeis. O interessante é como, diante dessas condições, os/as profissionais tentam criar estratégias de articulação visando à defesa de direitos. Nesse exemplo, Giovana fala sobre coletivizar os dados entre sua equipe, para que todos/as possam buscar um contato por conta própria, caso preciso. Renato, em sua experiência, traz outro aspecto da prática visando à garantia de direitos: a informação às/aos usuárias/os:

Então, a gente fez umas oficinas, para que eles entendam onde eles estão, que serviço é esse, né, de onde é que vem isso, o que é SUAS. Desde o que é SUAS até chegar na Unidade de Acolhimento, e... [...] e o PIA deles. Então atualmente a gente tá com umas oficinas, são quatro oficinas, onde a gente vai discutir tudo isso. (Renato)

O PIA (Plano Individual de Acolhimento) é um documento comum às instituições de acolhimento, no qual são pensados, junto com a/o usuária/o, quais são suas demandas para a instituição, como é possível nos organizarmos para atingir essas demandas, e quais seus planos para o futuro – de preferência conectando com uma porta de saída do acolhimento institucional, lembrando que esse é, teoricamente, temporário. Contudo, o fluxo de preenchimento apresentado por Renato chama atenção por ser diferente do das outras instituições, inclusive

aquela na qual eu trabalho. Em minha instituição, somos solicitadas pela gestão a preencher o Plano de Acolhimento com o usuário o mais cedo possível – em uma cobrança que soa mais como uma burocracia que precisa ser realizada para se provar que o atendimento da/o usuária/o aconteceu, do que qualquer outra coisa.

Garantir direitos não é apenas agir em prol de outra pessoa, mas também cuidar para que ela possa agir por contra própria. Nesse sentido, na instituição de acolhimento de Renato, PIA é apresentado não isoladamente, como uma proposta interna do acolhimento, mas como integrante de uma rede maior, composta pelas políticas públicas da assistência de maneira geral. Assim, supõe-se que, ainda que a/o usuária/o inicialmente chegue na instituição de acolhimento sem conhecer o SUAS, a partir desse encontro ela ou ele podem ter mais instrumentos para observar se há uma falha no atendimento de suas demandas. Ravena, colega de Renato, também conta como o PIA é construído conjuntamente:

Porque aqui a gente estruturou também algumas oficinas, né? Em que a gente apresenta o serviço, faz uma apresentação do que é Assistência, faz uma, ah, os serviços da Assistência, o serviço... E aí vai acumulando pra, pra construir esse, esse, esse PIA, né. Não é assim, chegou hoje, amanhã faz. Faz uma gradação aí. Até porque tem pessoas que vêm, não consegue passar nem um mês. Logo que chega a gente faz esses encaminhamentos iniciais, a partir da, da entrevista inicial, que a gente tem um roteirinho, e aí a gente vai desenvolvendo, ao longo do acompanhamento. Né? Tem, tem pessoas que a gente chama, num momento, pra conversa, outras nos procuram. Tanto que nos procura, a construção vai acontecendo naturalmente. Né, assim, “ah, hoje é o dia de elaboração do PIA” pra alguns, alguns usuários a gente até faz algo dessa natureza, mas pra outros a coisa é solta, surge, ocorre de modo mais, mais suave assim, digamos assim, sem menos, ah, eles mesmos já vão trazendo e a coisa vai fluindo, né. (Ravena)

Gesser (2013) aponta que uma prática profissional que privilegia a participação das/dos usuárias/os deve ser feita pautada em objetivos escolhidos *a posteriori*, ou seja, conversados e encontrados com as/os usuárias/os apenas após o início do trabalho, como fazem Ravena e Renato, contribuindo para a sua autonomia. Traçar os objetivos antes seria incidir no risco de homogeneizar as pessoas atendidas e mesmo mantê-las em uma posição passiva.

A participação das/os usuárias/os é diretriz da Assistência Social (BRASIL, 1993/2009), contudo, a PNAS e a LOAS discutem o assunto em um âmbito amplo, mais de controle social da gestão político-administrativo-financeira do que técnico-operativa (BRASIL, 1993/2009, 2009c) – o que faz sentido tendo em vista que o escopo dos documentos é relacionado à gestão do Sistema e não ao fazer técnico. Entretanto, mesmo a Política Nacional cita a baixa participação dos usuários nos Conselhos da Assistência Social e aponta quanto a isso a necessidade de investimento físicos, financeiros, operacionais e políticos, em espaços de formação e capacitação visando envolver as/os usuárias/os.

Por exemplo, as Conferências da Assistência Social, em seus âmbitos municipal, estadual e federal, seriam espaços privilegiados de participação popular, por serem momentos de avaliar e pensar mudanças para o SUAS. Como diz o governo federal: “São espaços de caráter deliberativo que permitem o debate e avaliação da Política de Assistência Social e a proposição de novas diretrizes, no sentido de consolidar e ampliar os direitos socioassistenciais dos seus usuários” (BRASIL, 2020). Nessa perspectiva, Renato conta que já participou de várias e gosta de estar presente nelas:

Enfim, é um momento super importante, né, que os profissionais devem participar, a população também, que é de muita coisa, é realmente decidida daí, né. As vezes para a gente conseguir implementar alguma coisa, alguma mudança, é... Existe um caminho, uma burocracia a ser seguida. E a Conferência é isso aí, então a gente tem que tá presente, tá opinando, muitas vezes a gente quer mudar alguma coisa, e... Enfim, através dessas conferências que as coisas devem e podem acontecer. É, enfim, importante demais, de participar. (Renato)

Contudo, embora nenhum profissional vá afirmar ser contra a participação e autonomia das/dos usuárias/os, a tensão sobre quem tem o poder de falar e ser ouvido está presente na rotina da atuação e inclusive durante as Conferências - mesmo em sua convocação. No nível Federal, em especial, as Conferências têm sido motivo de conflitos entre a comunidade de política do SUAS e o governo federal, desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. A XI Conferência Nacional de Assistência Social, em 2017, viu suas deliberações (que mostravam a insatisfação com o governo Temer) questionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (PINHEIRO; DIREITO, 2023). Posteriormente, em 2019, no governo Bolsonaro, após um processo decisório conflituoso, não foi convocada uma Conferência Nacional²⁴ (PINHEIRO; DIREITO, 2023).

Uma cena me foi narrada por dois colegas psicólogos que atuam no estado do Rio de Janeiro: durante a pandemia, o município onde trabalhavam realizou uma Conferência Municipal da Assistência Social de maneira virtual. O então secretário municipal da Assistência fez uma fala considerada linda, clamando pelos direitos da população e dizendo da importância dos/as usuários/as para as políticas públicas. Na sequência, um usuário tomou a fala, e começou a descascar a gestão e o secretário, dizendo de uma situação em que havia se sentido injustiçado pela atuação do secretário, antes de ele assumir a Secretaria. O gestor, obviamente desconfortável e ligeiramente em pânico, desligou o microfone do usuário e seguiu com a reunião, fingindo que nada tinha acontecido.

²⁴ Segundo Pinheiro e Direito (2023), embora a LOAS preveja a convocação de uma Conferência Nacional a cada 4 anos, desde a I Conferência Nacional elas eram convocadas, de maneira extraordinária, a cada 2 anos.

Na primeira Conferência de que eu participei, pré-pandemia, também houve um momento de mal-estar em que, precisando fechar as propostas do grupo de trabalho, a assessoria da secretária começou a digitar no documento final tudo o que ela dizia (sem passar o microfone para mais ninguém), antes que houvesse a deliberação sobre a sugestão. Apenas com muita gritaria da plateia o movimento foi interrompido. As Conferências de Assistência Social teoricamente seriam espaços em que se discutiriam as melhores formas de ampliar o Defender, estando todos/as os/as presentes orientados/as por direitos previstos em lei. Pensar a Assistência Social como fronteira de disputa de poder entre discursos diversos nos auxilia a entender como esse pensar políticas públicas é farto de, como diria Ravena, atritos e barganhas:

Então... quando eu entrei eu era mais atuante; no sindicato, participava das conferências, das Pré-Conferências, eu participava dessas etapas todas. Hoje eu não participo mais. (...) Não gosto muito de ficar em atritos. Porque gasta muito. Fica num nível de estresse muito elevado. Mas assim... no início você vem com um gás, tá com aquela, tipo, de mudança e tal. Mas hoje eu já tou um pouco... não tou mais com a mesma energia, não. Se você me chamar hoje pra ir pra uma Conferência, eu não vou. Porque é um ambiente de muitos embates, né? Cê tá ali só pra embates, pro ego, assim, então... Pode ser que eu volte essa minha fase de querer embates, mas [inaudível] quero paz! [risadas] Quero sossego. Quero seguir o fluxo. Não que eu não esteja, não... Assim, aceitando qualquer coisa. Não é nesse sentido. Mas eu não tou pra ir barganhar. É, eu me imponho nas situações cotidianas, mas... quando eu vejo que... um aspecto abusivo de autoridade. Tensiono. Ah, o aspecto crítico. Tá na lei, cumpriu. (Ravena)

Se o Ajudar é focado no indivíduo, em detrimento de seu contexto social, o Defender articula-se para além da dicotomia indivíduo/sociedade, entendendo que eles se compõem mutuamente e, por isso, a atenção profissional deve também tecer com ambos. Além disso, Defender, ao contrário do Ajudar, situa-se historicamente, tanto em relação à história da/do usuária/o – como aparece no relato de Ravena, na observação de que cada usuário terá o seu ritmo de criação de seu plano de acolhimento, que diz respeito também ao uso que ele fará do acolhimento institucional – quanto à história do Brasil. Ima, por exemplo, conta dos passeios que a instituição realiza com seus usuários, inclusive para museus:

Hoje, tá, é, tá tendo uma amostra da, da Revolução Cabana. (...) Mas o que foi a Revolução Cabana? (...) Que tá mostrando que foi, que na realidade naquela época a população indígena e população negra, era uma população de maior quantidade, mas eram escravizados, que não tinham acesso, e isso era a Revolução Cabana. Eles se revoltaram contra a realidade. Contra aquela situação. **Era o proletariado dizendo: eu existo, então eu tenho que ter garantia de direitos. Olha o SUAS sendo construído lá atrás.** Então fazer esse link, e não é ir e olhar lajota. É entender por que que aquela lajota, por que que existe aquilo ali? Quem é o colonizador? Como é que isso se deu? Então a gente busca fazer esses passeios com eles. (Ima)

A Cabanagem, ou Revolução Cabana, é um acontecimento histórico presente na identidade paraense - meu pai me contava sua história na mesa do almoço. É representada em quadros e monumentos por Belém, nomeia a sede do Legislativo paraense (Palácio Cabanagem)

e um de seus idealizadores, Batista Campos, é nome de bairro e rua em Belém (ALEXANDRE, 2022). “Cabano” era o termo usado para se referir a quem morava em casas simples cobertas de palha, ou para um chapéu de palha comum entre a população com menos poder aquisitivo da Amazônia (RICCI, 2006). A Revolução Cabana foi, como bem pontua Ima, uma revolta de origem popular, iniciada em Belém em 1835, mas que se espalhou pela província do Grão-Pará, tomando uma ampla proporção e chegando a tomar o poder da província. Punha-se contrária tanto ao jugo português, quanto ao despotismo da regência do Rio de Janeiro (RICCI, 2006). Meses depois da entrevista de Ima, lembrei de sua fala quando, em um evento científico de Psicologia Social, em um grupo de trabalho sobre a Assistência Social, uma das organizadoras do grupo, Maria Aline Gomes Barboza, afirma que o SUAS é “reparação histórica”.

4.2.1 Costurar uma rede furada

O termo “reparação histórica” traz consigo a ideia de corrigir injustiças “passadas” e a própria responsabilidade do Estado como produtor dessas violências, que continuam tendo efeitos no aqui e agora (OLIVEIRA, 2022). Se reparar “erros históricos”, como diz Oliveira (2022) é uma tarefa possível ou utópica, é uma pergunta que deixaremos em aberto. Contudo, nos remetemos novamente ao conceito de colonialidade e na sua centralidade, para se pensar políticas públicas e a atuação da/do psicóloga/o, pois ele afirma que o processo histórico de colonização não está em um passado distante, mas perpetuado em nosso presente (OLIVEIRA, 2022).

Há que se pensar que a necessidade da/o psicóloga/o de Defender, garantir os direitos de suas/seus usuárias/os acontece não apenas por falta de informação, ou dificuldade de articulação intersetorial, em que os atores agem para e têm o interesse de se conectar. Os direitos que estão sendo buscados nas instituições de acolhimento para as/os usuárias/os, não são apenas novas demandas que não haviam aparecido antes, ou que estavam sendo deixadas de lado pelas/os próprias/os usuárias/os, ou por sobrecarga nos serviços. A **Defesa** da garantia de direitos se faz necessária também, porque os direitos estão sendo ativamente **atacados**.

Não é por acaso que a rede é desarticulada e depende de uma criação pessoal do profissional que está ali. Ima diz que os/as trabalhadores/as “costuram todo dia uma rede furada”. Mas se eles/as precisam costurar a rede, é porque o material com o qual ela foi feita não está sendo adequado. Isso diz do contexto político em que se encontram as políticas de

Assistência. Segundo, como discutido anteriormente, o público atendido em instituições de acolhimento é o público historicamente escravizado, encarcerado, marginalizado e morto no Brasil. Isso diz da postura como ele é atendido em diversas instituições, inclusive no próprio acolhimento institucional.

... e a gente lida também, a gente não pode esquecer que a gente lida também com as decisões do Governo Federal²⁵ quando ele diminui esse aporte da execução da política pública. Principalmente da Assistência Social. Então cada vez mais existe aqui, serviços que têm que ser executados, existe uma demanda, mas não se faz política pública sem dinheiro, isso é falácia, né. Então a gente tem que conviver com esse corte, com essa diminuição, da fonte que... que dá suporte para a execução dessa política, minimamente, para a reposição de camas, né... (Paloma)

Porque eu te diria que, nesses últimos... oito, dezesseis anos, de gestão municipal²⁶, e mais quatro de presidência, a Assistência perdeu muito. Perdeu muito da sua qualidade, perdeu muito do seu foco, e se hoje a gente tem as condições que a gente tem, é... com braços fortes das equipes. Né? Quando eu falo Gestão mesmo, são as cabeças, por quê? Porque nós vimos as coisas é... desaguarem, nós vimos não ter recurso para absolutamente nada, né? (Ima)

Raoul diz que teve momentos no trabalho em que faltava folha de papel para escrever nos prontuários. Giovana relata que a instituição depende de doações para realizar atividades, enquanto Ravena informa que a compra de novos materiais pela Prefeitura não corresponde à necessidade da instituição. Ima conta a instituição em que trabalha tem quartos interditados, por falta de estrutura física. Renato descreve como às vezes não tem carro para acompanhar usuária/o em demandas. Paloma narra como não há a contratação de novas/os profissionais, e as/os funcionárias/os ficam esgarçadas/os em várias instituições. Por fim, Alice conta como tinha uma equipe técnica de cinco (5) profissionais para acompanhar uma instituição de acolhimento emergencial com incriveis cento e sessenta (160) usuárias/os.

Resumindo, todos as/os profissionais entrevistadas/os tinham algo a declarar sobre as condições de trabalho, seja em termos de materiais de trabalho, estrutura física, ou de pessoal. E a declaração é: não recebemos o suficiente para atender as necessidades do serviço. Essa informação está de acordo com o Censo Psi, em que foi observado que os/as profissionais que atuam na área Social são os/as que mais sofrem insegurança em relação ao seu trabalho, tendo sido analisados os aspectos da manutenção do vínculo de trabalho, risco de acidentes, exercício das habilidades/aplicação dos conhecimentos e possibilidade de defesa dos direitos como

²⁵ Essa entrevista foi realizada em janeiro de 2023. Os últimos chefes do Governo Federal haviam sido Jair Bolsonaro (presidente de 2019 até 2022) e Michel Temer (presidente entre agosto de 2016 até 2018), em duas gestões marcadas pela redução de verba e conservadorismo na Assistência Social (COSTA, 2016; SILVA, 2018; SHALDERS, 2020; SCHIAFFARINO, 2022).

²⁶ Entrevista realizada em janeiro de 20023. Buscando resguardar a identidade da entrevistada, não serão mencionados os últimos gestores de seu município.

trabalhadoras/es (CFP, 2022b). Guimarães, Oliveira e Silva (2020), afirmam que condições precárias e insalubres de trabalho, expondo trabalhadores a acidentes e adoecimentos é um dos modos como se configura a violência do trabalho.

Como Paloma e Ima apontam, têm sido noticiados, ao longo dos anos, cortes progressivos nas verbas do SUAS (COSTA, 2016; SCHIAFFARINO, 2022; SHALDERS, 2020), o que impacta diretamente a qualidade dos serviços oferecidos e mesmo a sua viabilidade. Tanto no Pará, quanto no Rio Grande do Norte, os/as profissionais dizem de uma redução das vagas das instituições de acolhimento, por falta de estrutura física que permita acolher o máximo permitido na Tipificação para acolhimento de adultos/as, de 50 pessoas (BRASIL, 2009). O sistema ou não é feito para funcionar, ou é feito para não funcionar.

Nas instituições de acolhimento, no processo de tentar garantir o direito das/os usuárias/os, presenciamos momentos em que, intencional e violentamente, seus direitos são violados. Às vezes dentro da instituição, às vezes fora. Um momento marcante, para mim, foi acompanhar uma usuária, que chamarei aqui de Iza, a uma emergência hospitalar. Ela havia sofrido um acidente cerca de um ano antes, operado e quando chega no acolhimento traz sequelas dessa operação, que pioram a ponto de ela ficar com um pino saindo de seu joelho. Fomos inicialmente em uma emergência geral, em que a jovem médica que nos atendeu informou que aquele hospital não tinha a especialidade de ortopedia e cirurgia que ela necessitava. Recomendou ir em outro hospital da rede, aquele no qual Iza havia realizado a operação, mas com um alerta: explicitar a gravidade do problema e que ela havia sido operada lá, pois o atendimento na emergência ortopédica era “difícil”. Iza também já tinha mencionado algo parecido, em um momento anterior. Fomos.

Cheguei no hospital com Iza: emergência ortopédica, a única do SUS da cidade. (...) o espaço da maca (que estava vazia), e as mesas dos médicos. Dois médicos, brancos, de meia idade, sentados em suas mesas na frente de seus computadores. Uma cadeira vazia atrás deles.

Chamam o nome de Iza. Vamos juntas. Os médicos mal se mexem: não se levantam, não dão bom dia. Nos olham de maneira entediada, em silêncio. Iza fala o problema. Silêncio. Ela começa a desenfaixar o joelho para mostrar o pino: se abaixa, apoiando na parede. Ela que estava mancando e com um pino saindo da perna! Falam em marcar uma data para ela no ambulatório. Eu digo que aquele resultado deve ter sido um erro médico da operação de seu acidente - realizada naquele hospital. Os médicos reagem: Agora é tudo erro médico! (...) Iza segue desenfaixando a perna. Se apoia na parede para se abaixar mais. As faixas e as saídas de pus vão até seu tornozelo.

A maca vazia! A cadeira vazia! Os médicos sem se mexer!

- Não é melhor ela se sentar para mostrar? Posso pegar a cadeira?

Os médicos não respondem. Seguem com suas expressões entediadas. (...) Sinto que é tarde demais para eu passar por cima dos médicos e puxar a cadeira para ela: Iza está praticamente sentada no chão.

(...) Quero berrar no meio da sala, mas tenho receio de prejudicar Iza ao invés de ajudá-la. O comportamento de Iza beira o subserviente, muito diferente da mulher faladeira que era no carro. Os médicos se conformaram em não nos mandar voltar

semana que vem para o ambulatório: pediram raio x, exame de sangue e passaram uma medicação. Para depois voltar lá com o resultado dos exames. Saímos da sala, eu a acompanho ao local do exame de sangue e medicação. Iza me agradece:

- Obrigada! Se eu estivesse sozinha, tinham me mandado embora, que nem da última vez. (Diário de Campo, 12/05/2023)

O colonialismo funciona a partir da desconsideração de pessoas racializadas como humanas: essas pessoas, uma vez colocadas em um lugar inferior, não merecem os mesmos tratamento e cuidado que as outras (FANON, 2020), ao contrário, podem ser compradas, doadas, vendidas, mortas (ARANTES, 2022). Cida Bento (2022), ao discutir a branquitude²⁷, diz que ela se constituiu no processo de colonização europeu, sendo, portanto, parte intrínseca da colonialidade.

No hospital, estávamos lidando com profissionais que, em oposição a garantir o direito à saúde, agiram inicialmente desconsiderando Iza como uma cidadã detentora de direitos. Tudo na posição dos dois homens exalava poder: a sua postura de detentores absolutos do conhecimento, o estar sentados enquanto nos mantinham em pé, o olhar (branco e colonial) de desinteresse, o poder oferecer um conforto para a usuária e se negar.... Nessa ocasião, eu me senti frustrada e irritada por ter achado que poderia ter feito mais para que Iza tivesse um atendimento digno. Um dos obstáculos da atuação cotidiana no SUAS é lidar com microfascismos normalizados (ROMAGNOLI, 2012), e seu racismo intrínseco – Guimarães, Oliveira e Silva (2020) chegam a afirmar que a violência é um dos objetos de trabalho de quem atua no SUAS e que indiretamente seus trabalhadores e trabalhadoras vivenciam a violência sofrida pelas/os usuárias/os. Ima também comenta sobre o assunto:

Porque a gente sabe que muitos deles [usuários], quando tão na rua, não se cuida. Não têm condições de ser cuidados, porque quando eles vão na unidade, eles não são sequer atendidos, né, eles não existe, eles não têm documento. (...) Me causa desconforto, me causa asco, né, então quando eles vão à unidade, ninguém quer eles perto. Que eles tão fedendo. Ele não tem documento, “como é que eu vou te atender?”. Aí eu quero o cartão do SUS, comprovante de residência, identidade. Então eu já tou naquele momento fazendo uma triagem contigo. Tu não vai ser atendido, tu não tens nada disso. (Ima)

Sabemos que a população em situação de rua e vulnerabilidade no Brasil é majoritariamente negra – se pensarmos que “vulnerabilidade”, embora seja um conceito que não se limita à renda, porém entendendo a importância de, numa sociedade capitalista, ter acesso ao capital, podemos nos lembrar que Sueli Carneiro diz: “pobreza tem cor no Brasil”

²⁷ Cida Bento chama de branquitude o fenômeno de pacto não dito entre pessoas brancas visando sustentar seus privilégios, que aparece em instituições através de um modo de funcionamento “que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e brancos” (BENTO, 2022, p. 18).

(CARNEIRO, 2011, p. 57). Negar o atendimento à população em situação de rua é negar também o atendimento de pessoas negras: o genocídio da população negra acontece não **apesar** das instituições públicas, mas **no interior** das instituições (BENTO, 2022; CARNEIRO, 2011). De acordo com a lei nº 13.714/2018, que altera a lei nº 8.742, de 1993 (a LOAS), para assegurar o acesso ao SUS de pessoas em situação de vulnerabilidade social, a atenção integral à saúde deve ocorrer independente da apresentação de documentos (BRASIL, 2018). Contudo, os atendimentos são negados, estando a documentação presente ou não, e eu não sou a única a acompanhar usuárias/os em uma tentativa de, com a minha presença como profissional, tentar corporificar e explicitar o direito que aquela pessoa tem de ser atendida:

Todos os procedimentos externos, o usuário é acompanhado do educador. Mesmo que ele tenha autonomia, mas está sempre o educador. Junto. **Pra garantir, muitas vezes, a efetivação desse serviço.** (Paloma)

Por outro lado, acompanhar usuárias/os em seus atendimentos pode ser também construído, dentro da perspectiva do Defender e para além de um embate com a rede, como um movimento voltado para aquele indivíduo que está sendo atendido no momento, escutando o que é necessário e possível para ela ou ele naquele momento.

...eu acho que a psicologia tem muito a contribuir nessa... nessa construção, nessa identificação dos elementos da individualidade, né, distinguir um sujeito e do outro. Não tá fazendo um acompanhamento, ah, não é um doc, não é só um documento. Não é só uma consulta, né?! Porque assim... tem usuários que conseguem ir pra uma consulta sozinho e dizer o que... o que expressar com clareza, mas outros não têm. Então é isso da gente identificar essas... essas fragilidades também, né? O... identificar [...] as potencialidades também pra tar dialogando. (Ravena)

Ravena está dizendo sobre ser capaz de perceber que ações de rotina da instituição talvez não o sejam para as/os usuárias/os (“não é só um documento, não é só uma consulta”). Diz de olhar as pessoas que chegam para nosso atendimento e não as tratar como sendo todas iguais, mas perceber as fragilidades e potencialidades de cada sujeito. Como exemplo, ela cita pessoas que são capazes de ir a uma consulta médica, mas teriam dificuldade de expressar o que foram fazer ali. Acrescento que as dificuldades nem sempre dizem respeito a algo individual.

A título de exemplo, certa vez eu tive um usuário, que chamarei de Danilo, um jovem de 20 e poucos anos, negro. Ele tinha questões com a justiça que precisava acompanhar com a Defensoria Pública – como ele evitava lidar com o assunto, não sabia em que pé estava e ao chegar na UA pediu o acompanhamento da instituição para se informar sobre os processos. Marcamos de ir à Defensoria juntos, mas ele desmarcou no dia. Essa situação se repetiu várias vezes, até que eu, já desconsertada, resolvi parar de reagendar e esperar que ele me trouxesse a demanda novamente. Depois de um período de ausência, Danilo nos procura mais uma vez, e finalmente conseguimos ir à Defensoria, que fica no prédio do Fórum novo de Niterói.

Chegando lá, a surpresa: Danilo conhecia o local todo, sabia se localizar no prédio muito melhor que eu, que tinha ido algumas poucas vezes para discutir casos e acompanhar pessoas.

...e lá estava ele: já conhecia o local, mas estava sentado com postura tensa, olhando tudo. Pergunto se está nervoso, e ele se abre: diz do medo, real, de ser preso. Seus processos são: desacato à autoridade (guarda municipal) e dano ao patrimônio público (no caso, uma viatura de polícia, e essa história é uma história à parte). Conta de mil violências sofridas de guarda [municipal] e polícia [militar] quando morava na rua, contra ele, contra a companheira, dentro de delegacia (“a [informação omitida para não identificação]? Conheço aquele lugar todinho”). (Diário de campo, 05/07/2023)

Foi só quando cheguei de fato ao Fórum com Danilo e percebi a tensão com que ele se mostrava ali dentro, que finalmente entendi o que talvez, se não estivesse tão consumida pela rotina da instituição de acolhimento, eu teria percebido antes: aquela demanda não era meramente burocrática para ele - como era para o equipamento, apenas mais uma tarefa para cumprir. As desmarcações constantes já apontavam nesse sentido. Ir à Defensoria envolvia ir ao Fórum e ir ao Fórum, para um homem jovem, negro, com vivência de rua e com muitas histórias para contar sobre abuso de poder, envolvia o medo concreto de ser encarcerado – um medo situado na realidade, há que se mencionar, considerando que 95,75% das pessoas encarceradas no Brasil são homens e, desses, a maioria são negros (pardos e pretos) (SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAS [SENAPPEN], 2023).

Em uma avaliação superficial, Danilo talvez não fosse considerado como alguém que precisasse de companhia para cumprir com uma demanda, por ser alguém sem nenhuma deficiência física e/ou mental e que tinha o hábito de se deslocar sozinho pela cidade, independente. Contudo, Danilo marcava com a equipe técnica para acompanhá-lo, pois queria a nossa companhia e apoio para ir, frente a uma situação que lhe gerava receio e insegurança, por mais que tivesse conhecimento do funcionamento da Defensoria e do Fórum. A presença técnica era uma aliada, uma Defesa.

Identificar fragilidades e potencialidades e dialogar com elas: talvez passe por isso o Defender. Mas não fragilidades e potencialidades meramente individuais, intrínsecas ao sujeito. Quando Danilo tem medo do Fórum, é porque ele sabe que a Justiça não está a seu favor, independente do que ele tenha ou não feito e isso diz respeito não a ele, mas a todos, todas e todes nós: o Estado brasileiro é reprodutor das desigualdades raciais em sua ação e funcionamento (BENTO, 2022; CARNEIRO, 2011) e age para a manutenção da colonialidade. É na vida concreta das pessoas que as linhas duras do poder se farão presentes, não é possível sustentar a dicotomia indivíduo/sociedade.

Mas queremos enfatizar o quanto é esclarecedor mudar a ótica e ver a saúde ou os transtornos mentais não de dentro para fora, mas de fora para dentro; não como a manifestação de um funcionamento individual interno, mas como a materialização em

uma pessoa ou grupo do caráter humanizador ou alienante de uma trama de relações históricas (MARTÍN-BARÓ, 2017, p.255)

Olhar para a diversidade que se coloca em cada caso não pode ser, como diria Anzaldúa, reduzi-la a uma nota de rodapé na psiquê da pessoa (ANZALDÚA, 2021), mas entender que essa diversidade diz da fronteira em que estamos, que ela não é neutra nas tensões dos conflitos e atravessamentos de poder. Não falar pela pessoa, mas estar presente no encontro. Atentar para as dinâmicas de poder que o perpassam e constituem, inclusive quando nesse encontro estão presentes outros atores: a rede está furada, mas o modo de costurá-la não é óbvio.

Dia 19/08/2022 é o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, e fomos convidados por um equipamento da rede para uma “Roda em Ato” em homenagem ao dia, que aconteceria de forma virtual no dia 17/08. A equipe foi convidada para não apenas participar, mas para fazer uma fala “de 5 a 10 minutos”.

Quando recebemos o convite, no meio de uma reunião da equipe técnica, estranhámos. [...] A equipe que vai falar pelos usuários? Não parece ter lógica isso. Ou tem, mas não uma que concordemos. [...]

Rapidamente decidimos o que íamos fazer: convidar uma usuária para participar e falar. Uma, porque o laptop que tínhamos na Unidade quebrou, então não poderíamos colocar um telão no refeitório (único espaço coletivo) com mais gente. A escolha da usuária que seria convidada também foi rápida, a primeira pessoa que nos veio à mente: Ivone, uma usuária que é minha referência, mulher negra, já em seus cinquenta e algo anos, que desde o seu primeiro atendimento me perguntou se eu conhecia a luta anti-manicomial. É alguém que é atendida pela rede de saúde mental faz muitos anos, e costuma fazer comentários de crítica e sugestões aos equipamentos que a atendem.

Na semana seguinte convidei Ivone, e ela topou participar. Anotei as ideias dela, o que ela gostaria de falar, para lembrarmos no dia.

- *Ajuda: posto de saúde, abrigo, CAPS (banho, roupa, comida) = acesso à rede.*
- *Pop Rua tem direitos!*
- *Preconceito que sofre*
- *Frio: se agasalhar*

No dia, [...] revimos a lista e perguntei:

- Você quer que eu te apresente antes de passar a fala para você?
- Não, prefiro me apresentar sozinha.

Quando entramos na reunião, ela olhou para todas as telinhas de pessoas, viu os rostos (quase todos brancos), e perguntou se ela era a única usuária ali. Sim, ela era.

- Mas isso é um absurdo! Vocês já sabem tudo. É quem está na rua que precisa ouvir. Ivone teve um estranhamento que ressoou com o nosso - mas como usuária, ela podia falar coisas que eu, como funcionária, não podia. Sugeri que ela mencionasse esse incômodo em sua fala.

Segui a reunião, com pessoas do SUAS, do SUS, [...] da UFF. Enfim, a chamada “rede”. [...] Mas dessa vez foi especialmente agonizante, porque era um dia nacional de luta sem a população em situação de rua, mas a população estava sendo falada o tempo todo. [...]

A melhor parte da reunião com certeza foi a fala de Ivone. Ela falou que aquilo tinha que estar sendo projetado para a rua, que são as pessoas lá que precisam ouvir, e não a gente. Falou que ela não conhecia o abrigo e foi o CAPS que contou para ela, que nós precisamos informar as pessoas para que conheçam seus direitos. Ela falou dentro do tempo estipulado, e ainda terminou com “e eu teria mais coisa para falar, mas sei que tem mais gente, então vou parar aqui”.

Por dentro eu estava vibrando! (Diário de campo, 17/08/2022)

Olhar para a diversidade precisa ser romper com o conforto (ANZALDÚA, 2021). Lembro de contar para minhas colegas de equipe como foi o evento com Ivone, como eu tinha ficado encantada com a fala dela e o incômodo que ela causara – as falas subsequentes tentavam lhe responder, justificar a falta de usuários/as naquele espaço... Lembro de dizer que eu achava que não seríamos convidadas nunca mais para um evento desses. De fato não fomos (mas pode ser que o evento tenha parado de ocorrer depois desse ano, pois eu não soube mais dele).

Macerata (2009) diz que há dois sentidos na prática da assistência social. Um deles é a possibilidade de cultivo de insurgências: “Podemos considerar estas insurgências como micro-insurgências, silenciosas ou não, criativas. Uma prática de ampliação do campo do possível, que desencadeie um campo de possibilidade para outras insurgências de formas, bloco de devir, porque comprometida com o coletivo.” (MACERATA, 2009, p.9). O outro sentido diz respeito justamente sobre contra o que se está insurgindo: a docilização da população. Junto com o Ajudar, a tentativa de docilizar é composta por ações que visam Controlar.

4.3 Controlar

Não são as pessoas individualmente que decidem que a violência é a resposta; são as instituições ao nosso redor que estão saturadas de violência. (DAVIS, 2017).

No início desse texto, contei como a violência foi a primeira coisa que me chamou a atenção em meu local de trabalho. “Línguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser cortadas” (ANZALDÚA, 1987, p. 54), diz Glória, sobre o fato de a sua *língua bifurcada* - nem inglês, nem espanhol - ser censurada, tanto por anglos, quanto por latinos. Ela conta de receber, dentro da escola, punição por falar espanhol no intervalo, ou por tentar ensinar o/a professor/a a pronunciar seu nome (ANZALDÚA, 1987). Instituições permeadas por violência agredem para controlar e impor a sua cultura – colonizar. Esse controle nem sempre aparece de forma nítida e evidente. Por vezes, o Controle acontece em nome de outras ações, como o próprio Defender direitos. Mas estou me adiantando.

Gostaria de começar a falar sobre Controlar contando sobre a rotina das instituições de acolhimento, em particular de um aspecto que irá influenciar diretamente as atribuições da/do psicóloga/o: as normas do equipamento.

De maneira bastante homogênea entre as/os profissionais entrevistados, descobri que as instituições de acolhimento são organizadas a partir de regras, ou normas de convivência. As normas orientam a rotina do acolhimento (ex. horário das refeições, horário de abertura/fechamento de portão), o cuidado com o espaço coletivo e os bens públicos (ex. limpeza dos ambientes comuns, cuidado com os móveis) e os relacionamentos dentro da instituição (ex. proibida a agressão física e verbal). O que não é homogêneo é o modo como as normas são criadas, que variam desde um processo que ninguém sabe como surgiu (já estavam ali quando o profissional chegou), a algo criado apenas pela equipe, a algo criado junto com os/as usuários/as.

Confesso que eu cheguei aqui e as normas já estavam aqui. A gente é... Uma coisa que eu acho que... que seria importante ter mais aqui seria o debate dessas normas em assembleia. Acho que a gente precisaria debater essas normas com os próprios acolhidos, porque eu acho que isso também é uma maneira de fazer com que eles cumpram as normas. Porque essas normas também precisam ter sentido. Então a gente precisa discutir elas pra entender porque elas existem. (Giovana)

- Então, o... o regimento, a gente pegou uma base do regimento que existia já, do albergue municipal, né, e... Procurou adaptar, à... à rotina daqui. Então foi... é... um pouco das... muito da experiência dos colegas que tiveram nesses abrigos provisórios, e a gente foi... é... se adaptando, ajustando às realidades do cotidiano. Foi algo que foi construído sem um... um assessor jurídico, então foi, né, tem umas complementações [inaudível] né, mas enfim, a gente foi tentando estabelecer regras de convivência, né. Boas regras de convivência, buscando uma boa relação de convívio.

(...)

- A discussão aconteceu entre a equipe?

- Entre a equipe.

- ...Ou os usuários também participaram?

- Não. Aí eles não participaram. Eles foram comunicados só.

- Entendi.

- E depois foi publicado. Não participaram. Não teve isso de... abrir um processo de diálogo, de construção conjunta com os usuários não. Foi só a equipe, depois mandou para a assessoria técnica da Secretaria, assessoria jurídica, mexeram lá, publicou. (Ravena)

Ah, nós, é... elas foram construídas coletivamente com eles, né, e fala tudo aquilo que ele tem direito e quais são os deveres dele. (...) E essa rotina, ela foi, como existiam muitas discordâncias, elas foram construídas. Nós fizemos uma reunião geral, construímos ela com... com os usuários, os servidores, mas mesmo sendo construída, o que a gente observa é que anualmente, quando a gente faz o nosso projeto pedagógico, elas têm alterações. (...) Então, a gente sempre tá revendo essas regras. (Ima)

Na época nós realizamos o regimento interno, né, e aí a gente faz a, é... A reunião com eles [os usuários], pra... pra ler, pra que eles possam, pra ver que tava de acordo com aquilo que a gente tava planejando, tava colocando, eles também deram ideia, de como ia, que... que eles queria realmente, pra gente adequar junto com eles. Foi aprovado, também por eles. E aí a gente, nós colocamos no Conselho [Municipal de Assistência] [...] Apresentamos ao Conselho, o Conselho aprovou e aí nós colocamos em prática. Foi dessa forma que foi feito, a regra e as normas. Da instituição. (Alice)

Agora, estando as regras criadas, o que acontece quando elas são rompidas também é bastante homogêneo: são aplicadas sanções, que podem ir desde uma simples conversa, a uma advertência ou o desacolhimento, dependendo da gravidade do feito. São considerados feitos graves: violência física contra outros/as usuários/as e/ou equipe e ser pego usando ou portando drogas dentro do acolhimento, entre outros.

Mas se eram pegos com drogas, que é uma... uma, uma situação grave, vamos dizer, grave né, dentro da instituição, dentro do acolhimento, não tinha advertência, eles já eram suspensos, eles já eram desacolhidos, entendeu? Brigas, também, é desacolhidos, são desacolhidos, se tiver briga dentro da instituição, roubo, furto também, é, tem vários tipos pra descumprir regras, várias partes. (Alice)

O número máximo de advertências varia entre 3 e 4: quando se chega na última, também há o desligamento da instituição de acolhimento. A equipe técnica composta de assistentes sociais e psicólogas/os é a responsável por aplicar as sanções em cada caso.

Então olhem que nó para a atuação profissional e o vínculo com a/o usuário/a: ao mesmo tempo em que se espera que as/os psicólogas/os escutem cada pessoa, visando conhecer sua história e seus sonhos, pensando na garantia de seus direitos e uma estruturação para seu futuro fora do acolhimento temporário, é inescapável que a/o psicóloga/o está em uma posição de poder muito bem delimitada sobre os/as acolhidos/as. E a aplicação das regras não ocorre de uma maneira necessariamente óbvia, como exemplifica uma história contada por Ima:

“Ah, eu... eu almoço de 11 até meio dia e 30. Mas eu fui pro médico e eu não sei que hora eu vou sair desse médico.” O quadro de servidores que tá aqui sabe que ele foi pro médico. Ele chegou duas horas, ah, e eu que sou mauzinho, digo: “Não, eu vou deixar ele com fome, pra ele aprender que ele tem que tá até meio dia e 30”. De maneira nenhuma! “Você tava no médico, pode ir lá, vá comer.” Ele foi só, ele conseguiu esperar, ele conseguiu ser atendido, tá dando continuidade na saúde física dele, trabalhou a paciência, então tu tem que reforçar. Tu não pode punir. Ao contrário, ele quando começa a andar com as pernas dele. Então beleza, vá lá e almoce. Aí, é o educador que quer punir, é a cozinheira que diz que aquele não é o horário mais de servir comida. Porque se eu servir, servir comida, eu vou me atrasar. Não, é *um* prato de comida, né? Então, são esses pequenos micro poderes, que a gente tem que combater. (Ima)

Nessa história, Ima entende que embora a regra sobre o horário da refeição tenha sido rompida, o almoço deve ser servido, pois o usuário havia avisado e estava fora justamente realizando uma atividade que diz respeito a sua saúde e autonomia, que o acolhimento institucional deve fortalecer. Ela então intervém junto a sua própria equipe, mediando a situação, de maneira que o usuário possa se alimentar. Não se está questionando que regras que orientem a convivência coletiva no espaço devam existir – elas existem de maneira explícita e/ou implícita em qualquer residência. Se está dizendo que a posição de poder fazer cumprir regras pode ser usada com o objetivo de punir e subjugar o outro e isso requer uma atenção da/do profissional.

- O que acontece quando as normas são quebradas?
 - [suspiro] Então, **aí que tá a parte que eu falo de escutar e também a importância de ser um trabalho técnico né, de não ser só vigiar e punir**²⁸ [risos]. Porque... Bem. A gente tem as medidas: a gente pode conversar, a gente pode dar uma advertência verbal, a gente pode dar uma advertência por escrito, dependendo da gravidade do, da norma que foi descumprida, um desligamento direto. **Se a gente for seguir linha por linha da norma, sem escutar, esses usuários, a gente vai sair dando advertência e desligamento o tempo inteiro.** Então daí a importância de ser uma avaliação técnica e a importância do técnico estar de fato disponível para escutar essas pessoas. (Giovana)

Mesmo o modo como as normas são compartilhadas ou não diz do controle dos usuários, entendendo que informação é poder. Quando fui à instituição de acolhimento de Ima para entrevistá-la, vi que eles mantinham logo na entrada um enorme banner com as principais regras do acolhimento, em português e espanhol. Também dispunham de folhetos nas duas línguas, com um pequeno texto sobre a instituição de acolhimento e as regras. Renato conta que assim que as pessoas entram em sua unidade, são informadas por escrito das regras:

E a gente tem um termo de responsabilidade, que a gente usa, que eles assinam, né? É onde a gente resume as principais regras e a gente repassa para eles no momento de acolhimento, né? Que é... E pede para eles assinarem, né, que estão cientes daquelas regras e tal, funcionamento do serviço. (Renato)

Algo similar ocorre na instituição em que eu trabalho, em que a ficha de entrada inclui um termo sobre as normas que também precisa ser assinado pela/o usuária/o. Raoul, no entanto, compartilha uma experiência bem diferente das/dos outras/os profissionais em relação às normas. Ele identifica a sua antiga coordenação como abusiva e afirma que o acesso às normas da unidade era dificultado. Além disso, Raoul faz uma pergunta importante: a equipe de trabalhadores e trabalhadoras da instituição também tinha regras para seguir?

- É, e a unidade de acolhimento, tem normas?
 - Tem. Mas aí é que tá também, assim... Essas normas não eram, é... Explícitas pros usuários e se usava disso... e a coordenação fazia com que não fosse explícito para poder manobrar isso também. [...] Nuances de falar: “Não pode entrar droga”. Mas aí você... Qual a consequência pra isso? Pra... pra quem é pego com droga? Ah, como provar que é da pessoa? Não pode agredir, mas parece que já teve caso de... educador agredir acolhido. Como se vai provar isso?
 - As normas valem só pros usuários, ou valem pra equipe também, a questão da agressão?
 - Pois é, exato, né? Deveria valer, né? Mas aí não tem, enfim, uma coisa óbvia né? É, mas... Não tem especificado, né? As normas pra equipe não tavam colocadas em papel, por exemplo. Pros usuários saberem.
 - Mas as dos usuários eles também não sabiam? Por que não tava explícito pra eles as normas deles mesmos?

²⁸ Vigiar e punir: Giovana se refere ao livro homônimo de Michel Foucault, pensador (FOUCAULT, 1987), branco, francês, que é uma grande referência no mundo acadêmico para se falar de controle – ao contrário das outras referências que tenho trazido aqui, essa me foi ensinada durante a graduação em psicologia. Sem desmerecer a importância de seu trabalho, sustentamos a escolha política de manter o diálogo com autoras/es do Sul global, sabendo que algumas e alguns dessas/es autoras/es mantêm sua própria conversa com Foucault.

- É, exatamente. Eu tentava colocar isso pra eles no atendimento individual, mas isso não era... Não era, publicizado para eles de maneira institucional, né. E aí, por exemplo, faltava impressora, eu falei que não tinha, não tinha, é... teve muito tempo dificuldade até pra ter papel de evolução lá, né, então era feito de uma maneira que isso fosse dificultado, para eles terem essa noção. (Raoul)

Françoise Vergès (2021) afirma que o neoliberalismo, para além de um programa econômico, visa à transformação cultural do “eu”, na qual o sistema escolar e a socialização teriam grande impacto. Acrescentamos a essa lista as políticas públicas de assistência social, que também visam transformar e controlar:

O governo biopolítico terá na família a porta de entrada para o problema da população e do indivíduo ao mesmo tempo operando por saberes que regulam a relação indivíduo e sociedade. A família ao mesmo tempo é colocada como lócus de todos os desvios e modelo básico para toda a correção. (MACERATA, 2009, p.4)

Vergès segue dizendo: “Os neoliberais não querem a destruição do Estado, mas a sua submissão, sua transformação em uma ferramenta ativa e central de fabricação de subjetividades, relações sociais e representações coletivas”. (VERGÈS, 2021, p. 138). Uma política de Assistência Social neoliberal não quer de fato agir para que não existam mais pessoas em situação de vulnerabilidade, porque o sistema exige que existam pessoas vulneráveis para que existam também as pessoas super ricas detentoras de capital. A nossa Assistência Social provê os “mínimos sociais” (BRASIL, 1993/2009): provê o mínimo para se sobreviver (às vezes nem isso), não para se ter uma vida próspera (o que vai para além do dinheiro, mas o envolve também).

É preciso falar isso, pois quando uma instituição de acolhimento público age no sentido da subjugação, está agindo não apenas para manter um Controle dentro da instituição, mas uma certa forma de Controle do ordenamento social também.

Mas aí, de novo, a coordenação muitas vezes forçava uma advertência por escrito pra promover, ou pra ameaçar aquela, pra controlar mais aquele usuário, que... com quem ela tinha uma implicância pessoal. Porque tinha isso também. Ela usava os usuários pra ser delatores de outros, fingindo uma proximidade, mas quando aquele usuário pro... cometia um erro, ela era a primeira a... às vezes protegia, às vezes como não tinha como proteger, quando era um erro muito evidente, né, ela, é... desligava. (Raoul)

Eram coisas... Forjadas contra eles. Contra esses, esses acolhidos. Pra que fossem... É, forjadas e, inclusive, até provocadas, né, assim... porque você vai criando uma tensão com esses acolhidos, que em algum... eles vão chegar a explodir, e aí isso era usado: “Ah, então você fez isso, você vai embora” né, então assim, eu vejo, ainda, essa relação de poder muito complicada. Dentro dessas instituições de acolhimento. Muito, muito complicado, assim. (Raoul)

No dia 21 de novembro de 2023, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, postou em sua rede social uma mensagem que defendia a internação compulsória de usuários

de drogas. Um excerto da mensagem: “Não é mais admissível que diferentes áreas de nossa cidade **fiquem com pessoas nas ruas que não aceitam qualquer tipo de acolhimento** e que mesmo abordadas em diferentes oportunidades pelas equipes da prefeitura e autoridades policiais, acabem cometendo crimes.” (PAES, 2023, grifo meu).

Nesse caso, o acolhimento institucional, longe de ser um lugar de suporte para uma pessoa em situação de vulnerabilidade que está tendo seus direitos violados, torna-se um lugar de Controle, cujo objetivo é reduzir a presença de pessoas morando nas ruas, as equacionando com um aumento de periculosidade para as **outras** pessoas, aquelas que, elas sim, precisam ser protegidas.

Tirar pessoas da rua por estarem incomodando não é uma novidade na política brasileira, sendo inclusive prevista na Lei das Contravenções Penais (BRASIL, 1941), promulgada em 1941 e vigente até hoje. Nela, existe a contravenção denominada “vadiagem”, definida como: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (BRASIL, 1941, p. 1). Essa lei é, de maneira literal, um legado colonial: a tipificação penal da vadiagem foi usada, ainda na República Velha (1889-1930), para higienizar as cidades, controlando e punindo a população que havia sido escravizada e agora estava recém liberta, e que buscava os centros urbanos na procura de trabalho, moradia e sobrevivência – pois não houve nenhuma ação de suporte a essa população, nem divisão de terras por parte do Estado (PAULINO; OLIVEIRA, 2020).

O acolhimento institucional, como se entrevê na fala do prefeito, é um depósito de gente. Parece que a presença de pessoas em situação de rua, em espaços específicos que incomodam o prefeito (pois elas não deveriam estar ali) deixa explícito em demasia a fronteira entre o que Fanon (1961) chama de a cidade do colono e a cidade do colonizado, que se excluem mutuamente: enquanto a cidade do colono é limpa, lisa e farta, a do colonizado é um espaço de má-fama, esfomeado, sujo. Nos remetemos a um trecho marcante da entrevista de Raoul:

- Na verdade, boa parte do tempo que eu... que eu trabalhei lá, essa palavra “acolhimento” existia muito mais pontualmente, do que de maneira institucional, como é preconizado, né.
- E o que que existia, se não era acolhimento?
- [silêncio] **Abuso.** [silêncio] (Raoul)

Instituições de controle e manutenção da ordem, claro, não são nenhuma novidade dentro das políticas públicas brasileiras. Uma discussão muito cara para a Psicologia, e que, contudo, parece ainda não ter incluído os acolhimentos do SUAS em seu escopo, é o da luta antimanicomial.

Temos uma acolhida, Elza, que chegou no acolhimento quase junto comigo, em 2019. É uma mulher negra, na casa de seus 40 anos, encaminhada em articulação com o CAPS: morava com parentes, que se apropriavam de seu Bolsa Família e a tratavam como faxineira (houve uma suspeita de abuso sexual também). É triste ver como seu quadro de saúde mental piorou nesses anos, para ela o acolhimento foi muito adoeceador. Faz já um tempo que as referências do caso estão conversando com a Saúde se não seria caso de uma residência terapêutica²⁹: embora tenha depois de dois anos conseguindo o BPC, agora ela não tem autonomia para morar sozinha. A resposta da última reunião de rede (com todas as pessoas importantes) é que só entra na fila da residência terapêutica quem ficou institucionalizado em hospital psiquiátrico por pelo menos dois anos. Mas ela está há mais de 3 anos conosco, isso não é estar institucionalizada também? A verdade é que ela não tem outra porta de saída possível do acolhimento, além da residência terapêutica, só a rua... (Diário de campo, 04/10/2023)

Em que pese o impasse, existe uma publicação de 2004 do Ministério da Saúde que afirma ser público de Residências Terapêuticas também pessoas em situação de rua com transtornos mentais severos, desde que acompanhados em processos terapêuticos no CAPS (BRASIL, 2004): exatamente o caso de Elza. Segue sendo nosso entendimento que ela teria direito a esse serviço, mas uma discussão difícil dentro das políticas públicas é a de que o manicômio não se limita a uma estrutura física, mas social, que nos permeia também (PASSOS, 2018). Isso já era afirmado pelos trabalhadores e trabalhadoras no início da luta antimanicomial no Brasil, visando à reforma psiquiátrica:

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida. (SAÚDE MENTAL, 1987, p.1)

Poderíamos acrescentar as instituições de acolhimento da Assistência Social junto à opressão das fábricas, instituições para adolescentes considerados/as em conflito com a lei, cárceres... Passos (2018) discute como a raça dos que eram internados em manicômios era, em sua maioria, negra, e o quanto práticas manicomiais – e coloniais – são atualizadas nas ações do Estado brasileiro até os dias de hoje, ficando a discussão racial, embora estrutural e estruturante da sociedade brasileira, invisível. E se o manicômio não é um prédio e se efetiva também nas ações do Estado, ele diz respeito à todas as políticas públicas.

Estava atendendo uma usuária (branca), que se queixava do modo como uma educadora (branca) tinha falado com ela, revelando alto na recepção, para novas funcionárias, que ela recentemente havia tido problemas com o uso abusivo de álcool. - **Ela acha que está onde?! Acha que isso não é um abrigo, é, desculpe falar, um hospício?!** Em que ela pode falar dessa forma conosco?! (Diário de campo, 08/11/2023)

²⁹ Residências terapêuticas são moradias para pessoas com transtornos mentais sem suporte familiar e comunitário, que visam constituir uma modalidade assistencial substitutiva à internação prolongada em hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2000).

A Reforma Psiquiátrica marcou as políticas públicas de saúde no Brasil, com a substituição dos modelos asilares para uma rede de atenção psicossocial de base comunitária, composta por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos, os Centros de Convivência e Cultura, entre outros serviços e equipamentos (BRASIL, 2011) mas a Assistência Social também é herdeira dos manicômios e isso aparece tanto em um funcionamento institucional baseado no Controlar, quanto no público que atendemos.

A gente dificilmente não tem um caso aqui que não precise [...] de um auxílio da, tanto da saúde mental ou do... é... saúde mental também, né, mas pensado pra álcool e drogas, e... a gente não pode simplesmente falar “ah, isso é um caso da saúde” encaminha pra saúde e ignora que isso perpassa o nosso trabalho, porque a gente está falando de vulnerabilidade, e a vulnerabilidade não é só uma questão econômica, então isso passa também, e a gente precisa, precisa falar mais. (Giovana)

- E tinha muitos usuários da rede de saúde mental?
 - Muitos. Quase 100%, né. Por conta das drogas também, ou por conta de transtornos, é... psicóticos, né, ou por conta de... de uso de drogas, ou dos dois.
 [...]
 - E era conversado sobre isso? Tinha espaço pra falar sobre saúde mental, sobre drogas, dentro do acolhimento...?
 - Então... Muito pouco. Muito pouco. Porque assim... era ainda... mais ainda por conta da coordenação, muito com um olhar policialesco, né, e... criminalizante, ainda... É... O que levava ainda mais a essas práticas, é... ocultas, de levar drogas para o acolhimento e aí o acolhido era punido por isso... Muito complicado, né, assim... Muito complicado. Esse lance das drogas. Que é um problema... Assim... Endêmico do acolhimento, né, assim, de ter sempre, mas da maneira como era tratado, de uma forma muito... Muito do senso comum. (Raoul)

A questão de receber no acolhimento usuárias/os que precisavam também de um acompanhamento da rede de saúde mental apareceu em todas as entrevistas, principalmente relacionado ao uso abusivo de drogas. O que nos coloca uma questão, se retomarmos o que foi dito acima sobre as normas das instituições de acolhimento: é proibido portar drogas, lícitas ou ilícitas, fazer seu uso, ou entrar sob seus efeitos dentro do equipamento. As instituições de acolhimento funcionam a partir de uma perspectiva da abstinência – não de uma redução de danos, ou ao menos, funcionam na fronteira entre os dois, negociando o que é ou não possível dentro da instituição.

E nós sabemos que as regras elas existem, porque elas têm que ter um direcionamento. Mas, para alguém que tá vindo da rua, que essas regras são outras, tem que trabalhar com essa flexibilidade. Mesmo entendendo que algumas vezes você vai ter que ser punitivo, porque a pessoa não consegue entender que ela não pode adentrar nesse espaço alcoolizada. Aí tu deixaste ela entrar de ressaca na primeira vez. Na segunda ela tinha bebido só um pouquinho. Na terceira, ela vai ficar lá fora. Porque ela sabe que ela não vai mais entrar, né? (Ima)

No trecho acima, Ima reconhece que a instituição de acolhimento pode precisar ser punitiva, mas essa não é a sua primeira alternativa, privilegiando certa flexibilidade e negociação, antes de proibir a entrada de um/a usuário/a na instituição. A lógica da abstinência

é uma lógica curiosa: para tratar seu uso de substâncias, é preciso já ter superado o uso. Ela passa pelo raciocínio de que a droga fala pelo sujeito e, portanto, é necessário retirá-la para que ele possa ser “curado”: o uso de drogas é visto como um problema situado no sujeito, se amparando em um julgamento moral/criminal e na noção de doença (CFP, 2013).

Por mais que eles [os usuários] se... tenham uma doença, mentalmente, que a droga já é uma doença em si, mas eles têm que ter... um espaço, né, de ser tratado como seres humanos. (Alice)

Para Alice, o usuário deve ser tratado como ser humano **embora** tenha uma “doença mental” de uso de drogas. Ao colocar a responsabilidade no uso apenas no sujeito, o proibicionismo silencia o histórico social de como se constroem drogas lícitas e ilícitas em nossa sociedade³⁰ e a autonomia da produção de si, do/da usuário/a – além disso, a criminalização centraliza a narrativa do colonizador como a única verdade sobre certas substâncias, compondo a narrativa de inferioridade civilizatória do colonizado. É na remontagem do sujeito à cena que a redução de danos atuará, retirando a droga do protagonismo (CFP, 2013). Luana Malheiros a define como:

A Redução de Danos é uma estratégia de saúde pública, reconhecida pela legislação atual sobre drogas (11.343/06) que visa reduzir agravos à saúde do usuário, sem induzir o indivíduo à abstinência de drogas, promovendo o acesso a serviços públicos de saúde e assistência social. Com uma metodologia dialógica, a redução de danos preza pela autonomia e singularidade do sujeito: as estratégias de redução de danos devem ser construídas com os seus pares, implicando dessa forma o sujeito no processo de adoção de práticas menos danosas (MALHEIROS, 2013, p. 224).

Se as instituições de acolhimento não podem, por ser equipamentos públicos do SUAS, atender um público que notadamente faz uso de substâncias (como muitos outros), sem recorrer a um modelo de cuidado proibicionista, que não é o orientado pelo próprio Conselho Federal de Psicologia em suas recomendações aos profissionais (CFP, 2013), e se elas têm sua origem em um sistema de funcionamento manicomial, há que se questionar se as instituições de acolhimento são equipamentos que devem ser mantidos, ou se, por fundados de maneira intrínseca e estrutural na lógica colonial, não são passíveis de serem reformados, ainda que as pessoas que lá atuam esforcem-se para divergir dessa lógica.

Fugiria do escopo de nossa pesquisa discutir as vantagens e defeitos de outras possibilidades de organização das políticas públicas para o atendimento ao público das

³⁰ No Brasil, a colonialidade atravessa o que consideramos ou não drogas, desconsiderando o uso que povos originários da América Latina e da África faziam de substâncias alteradoras da consciência antes da chegada dos colonizadores, conforme discutem estudiosos da área (CFP, 2013; MACRAE, 2021).

instituições de acolhimento, mas cabe mencionar que estão sendo experimentadas outras alternativas.

Programas de Moradia Primeiro têm começado a se expandir no Brasil, tanto a partir de iniciativas públicas, quanto de organizações não governamentais (BRASIL, 2019, 2022; RUAS, 2023). Em Salvador/BA, é uma reivindicação do Movimento da População em Situação de Rua (PREFEITURA DE SALVADOR, 2022). A Moradia Primeiro funciona a partir da seguinte premissa: habitação é um direito humano. Em contraponto ao modelo chamado “etapista”, que necessita que a população em situação de rua passe por várias etapas antes de atingir uma moradia definitiva (Centro Pop, acolhimentos institucionais, moradia transitória...), a Moradia Primeiro, como o nome diz, fornece primeiro uma moradia, sem deixar de oferecer acompanhamento na rede intersetorial (BRASIL, 2022). Um de seus princípios é justamente a separação dos locais de tratamento e residência (BRASIL, 2019), criticando a necessidade de um “bom comportamento” para acessar um local de moradia:

Uma boa demonstração dessa lógica [etapista] é, por exemplo, casos de repúblicas e hotéis sociais que funcionam abaixo da capacidade máxima de atendimento em virtude da avaliação de que não há pessoas com “perfil” para aquele tipo de equipamento. Nesses casos, a expressão comumente utilizada é de que determinado indivíduo “não está pronto” ou que “não há pessoas com perfil” para receber determinado serviço, justificando assim a não utilização de vagas. (BRASIL, 2023, p.22)

Quais comportamentos são esperados e valorizados em instituições de acolhimento, e quais sofrem sanções? Quais discursos são usados para justificar a condenação de certo comportamento?

4.3.1 Direito ou denúncia?

Cultura forma nossas crenças. Nós percebemos a versão de realidade que ela comunica. Paradigmas dominantes, conceitos pré-definidos que existem como inquestionáveis, incontestáveis, são transmitidos para nós através da cultura. Cultura é feita por aqueles no poder – homens. Machos fazem as regras e leis; mulheres as transmitem. (ANZALDÚA, 1987, p. 16).

A questão de Ajudar, Defender e Controlar é que, a princípio, eles podem parecer muito diferentes entre si. É tentador pensá-los de uma maneira linear, o Defender como um discurso evoluído em relação ao Ajudar e mesmo ao Controlar. Mas ele não é uma evolução e todos os discursos convivem e compartilham espaço – de maneira harmônica ou não. É uma questão

importante é que, na prática, tanto Ajudar quanto Defender podem ser usados como justificativas para o Controlar.

Passos (2018) conta que no estado de Minas Gerais, mães com histórico de uso abusivo de drogas ou situação de rua tem seus/suas bebês retirados/as de maneira compulsória, sem diálogo, logo após o parto – as crianças vão para diretamente para a adoção ou o acolhimento institucional. Embora lá, em 2017, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente³¹ (CONANDA) tenha vindo a público repudiar as Recomendações da 23ª Promotoria da Infância e da Juventude do Ministério Público de Minas Gerais e a Portaria da Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte, que autorizavam essa retirada (CONANDA, 2017), a verdade é que atitudes como essa continuam acontecendo em diversos estados do Brasil, como São Paulo (LOIOLA, 2022), Rio Grande do Sul (ARNT, 2018) e Mato Grosso do Sul (NICHNIG, 2021), nesse último caso, em relação a crianças de famílias indígenas, cujo modo de cuidar não é considerado válido pelo olhar colonial do Estado.

No Estado do Rio de Janeiro, tive a (infeliz) experiência de acompanhar dois casais cujas crianças foram retiradas das famílias pelo sistema judiciário, com menos de quinze dias de nascidas. Uma das mães não chegou a sair da maternidade com seu filho. Ambas mães desejavam as crianças e tinham companheiros fixos presentes na gestação e no parto, que estavam aguardando aquele nascimento – o direito à paternidade, assim como à maternidade, também é negado³². Passos (2020) pontua o quanto a negação da maternidade de suas próprias crianças constitui perversamente as experiências de mulheres negras desde o período colonial, com o sequestro de crianças de suas mães fazendo parte do regime escravista.

Essa herança, nós a temos no presente de nossas políticas públicas, inclusive nas instituições de acolhimento que atendem famílias: ali, a/o psicóloga/o não apenas está presente na rotina familiar, mas como parte da instituição é convocada/o para posicionar-se quanto ao modo como as mães e pais exercem o cuidado com suas crianças. Nos atendo ao foco dessa pesquisa, que é sobre a atuação de psicólogas/os nas instituições de acolhimento do SUAS: como esse profissional é interpelado para atender essa lógica de judicialização?

... a PSE [Proteção Social Especial] de fato veio [...]. Teve algo que falaram que me deixou encucada: trouxeram o Direito das Crianças (vulgo: ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]) como algo para o qual é preciso estar mais atento nos acolhimentos de família. [...] Em acolhimentos de família, pela criança estar acompanhada de um

³¹ Ao CONANDA cabe, em nível federal, elaborar e fiscalizar a execução das normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e dar apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, entre outras atribuições (BRASIL, 1991).

³² Infelizmente não será possível, nessa ocasião, nos alongar sobre o assunto, mas cabe registrar que no diário de campo apareceram diversas falas de acolhidos da unidade, homens negros, falando tanto sobre seu desejo de paternidade quanto de seu sofrimento por ver sua possibilidade de exercer o papel de pai negada pelo Estado.

adulto responsável, normalmente a mãe, se fala menos em alguns direitos específicos da criança, como o direito ao convívio familiar e ao direito de não estar acolhida. Em casos em que a/o responsável rompeu vínculos com a família, mas a família deseja manter vínculos com a criança, como a Unidade de acolhimento atua? Em situações onde a/o responsável tem oportunidades de sair, mas prefere permanecer na Unidade por qualquer motivo, deveria se pensar que o acolhimento nunca é o melhor lugar para essa criança.

Entretanto... em que contexto surge essa conversa? Sobre um caso que não era acompanhado por mim, mas que eu conhecia por alto: uma mulher jovem, negra, solteira, mãe de uma menina de menos de dois anos. A técnica que a acompanhava entendia que o envio dela para o Acolhimento foi um erro da equipe da Abordagem [Social]³³, pois a mulher não estava em situação de rua e mantém vínculos familiares, ainda que esgarçados [...]. Atualmente este núcleo familiar está chegando no tempo limite de 6 meses de acolhimento e não se vê qualquer movimento da mãe para sair da Unidade. A figura construída é de alguém que se acomodou na Unidade - porque é fácil, tem cama, tem comida, tem “tudo”, não precisa trabalhar. A filha tem um pai com quem passa finais de semana a cada quinze dias, e uma avó, que também lhe recebe periodicamente.

- Temos que falar para essa mãe que a filha dela também tem direitos. Direito de não ser criada dentro de uma Unidade de Acolhimento. Ela está violando os direitos da filha. Quer ficar acolhida? Tudo bem, como mulher solteira.

“Ficar acolhida como mulher solteira” significa ser transferida do Lélia para o Hotel Emergencial, equipamento que acolhe adultos, homens e mulheres, sem família. Mas e a filha nisso tudo? Essa orientação seria para sugerir (ou forçar) a mãe a deixar de criar sua filha para que a avó ou o pai cuidem? Ou ameaçá-la com um acolhimento institucional para a criança? Tudo isso para liberar vaga? (Diário de campo, 29/08/2022)

Maria Helena Souza Patto tem um texto em que pontua como psicólogas e psicólogos podem servir de cães de guarda do sistema, trabalhando para justificar desigualdades sociais a partir de sua posição de saber/poder (PATTO, 2009). Um exemplo no Brasil seria a atuação durante os anos de ditadura militar, em que o apoio ao regime autoritário por parte de profissionais que exerciam o saber psi se deu tanto de maneira direta, legitimando e auxiliando perseguições e torturas, quanto de forma indireta, “mas com a mesma substância funcional: o discurso conservador e autoritário que se baseava na psicopatologia, no familismo e no anticomunismo para legitimar atos institucionais contra outras formas de vida, de posicionamentos políticos e de organização em movimentos sociais” (OLIVEIRA; COSTA; YAMAMOTO, 2022).

Ao retirar do contexto as relações de poder e sua construção histórica, são individualizadas questões sociais, reduzindo a um diagnóstico a realidade social (PATTO, 2009). Como diz Baptista (1999): “Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos

³³ Abordagem Social é um serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS, que envolve a busca e contato, no território, de casos de situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outros. (BRASIL, 2009b)

individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos desses agentes”. (BAPTISTA, 1999, p.46).

Tentaram “cortar a língua” de Glória Anzaldúa em nome de torná-la uma criança “verdadeiramente Americana” (vulgo, Estado-Unidense) (ANZALDÚA, 1987). A violência não ocorre como um fim em si, mas um meio para tornarmo-nos melhores, mais cultos, mais saudáveis, mais modernos... mais colonizados – como já dizia Franz Fanon (1961), as formas estéticas de respeito à ordem criam uma atmosfera de submissão. O Controlar age, na Assistência Social, quando algo parece escapar de sua ordem, do modo como havia organizado o futuro: o futuro do Controlar não prevê para aquela mulher um tempo de acolhimento maior de seis meses, logo, ela deve ser uma “acomodada”, “preguiçosa”, alguém que não se compromete com o seu futuro e o da filha. Se ao menos ela fosse mais “proativa”, “independente”, “responsável”...! Se ao menos ela se enquadrasse no que havia sido previsto para ela...

Em outra situação, recebemos para acolhimento uma família composta de uma mulher (negra), seus dois filhos, e seu companheiro, que não era o pai das crianças. Em um final de semana, que as crianças estavam passando na casa da avó, o companheiro a agride de maneira bastante violenta. Ele é imediatamente desligado da instituição, enquanto ela permanece acolhida. Na semana seguinte, é oferecido para ela irmos juntas ao Centro Especializado em Atendimento à Mulher (CEAM), equipamento da rede de proteção à mulher vítima de violência, mas ela não quer o encaminhamento e nem fazer a denúncia na delegacia. Comentamos sobre o caso com a parte da gestão encarregada da Proteção Social Especial:

E a PSE falou o seguinte: nesses casos de violência doméstica, que é muito agressiva, que é muito violento, que a Promotoria precisa ser avisada, em relação ao direito das crianças.

- Mas nesse caso as crianças não presenciaram, estavam na casa da avó.

- Não interessa. A mãe pode escolher não ir à CEAM, mas as crianças precisam ter seus direitos garantidos.

“Ter direitos garantidos” às vezes parece código para “serem retiradas dessa família”. Agora, o que acontece se a equipe técnica resolve mandar um relatório para a Promotoria dizendo que uma mulher apanhou e não quis ser encaminhada para a rede de atendimento à mulher vítima de violência? [...] O que acontece se essa mulher é negra e em situação de rua? Porque garantir os direitos das crianças soa como denunciar as ações da mãe e não, acolher a família? (Diário de campo, 26/07/2023).

É em nome do Defender que se usa o Controlar. Esther Arantes (2008), ao discutir o conflituoso encontro entre Psicologia e o sistema judiciário, compartilha que a maior parte dos processos de destituição do poder familiar ocorre entre famílias pobres e que a desqualificação da mãe biológica da criança como sendo apta para os cuidados permeia pareceres técnicos. A/O psicóloga/o em uma instituição de acolhimento familiar não exerce certamente o papel de

técnico judiciário, porém pode ser chamado a fornecer relatórios sobre o acolhimento da família em processos judiciais e ocupa um papel incômodo tanto de contato direto com as/os usuárias/os, quanto com instituições de cuidado e vigilância. Paloma narra uma história que exemplifica esse desconforto:

Nós não temos a tutela desse... desse bebê, né? Esse poder familiar é da família. Esse é o grande desafio, por exemplo: ela vai sair com o bebê, ela queria sair cinco da manhã. Se conseguiu com muuuuita conversa, muito diálogo, segurar ela até as seis da manhã, porque tava escuro ainda. Mas o bebê tá com a mãe. E não existe nenhum, nenhum documento de impedimento disso. Ela vai sair, ela vai sair com o filho, né? Mas a gente acionou Conselho Tutelar, nós acionamos Defensoria [Pública], pra que se fizessem as interlocuções necessárias. Não, não temos... nosso objetivo aqui não é tirar filho de ninguém. Mas essa criança estava em uma situação de... de... não só de risco, mas de muitas vulnerabilidades. Não é? Porque essa mãe não se tratava, esse marido, também não se tratava, os dois eram dependentes químicos, né? Então, foi preciso um conjunto de coisas. Até porque hoje, o Conselheiro ele não pode chegar simplesmente e solicitar um acolhimento pra uma criança dessa. É o último recurso, e não o primeiro. (Paloma)

No caso que Paloma narra, a equipe da instituição está preocupada que a criança seja exposta a riscos, caso a mãe, que faz uso abusivo de drogas, saia de madrugada com ela, embora esteja consciente que o poder familiar é dos pais. Por isso, se pondera com a mãe e a partir da conversa a usuária concorda em sair só quando o dia está claro. Posteriormente, é feito contato com o Conselho Tutelar e a Defensoria Pública, ambos equipamentos que devem servir à garantia de direitos, para que sejam interlocutores, em se pensar o acompanhamento e acolhimento dessa família. A “saia justa” da instituição é o que seria nesse caso uma atitude de cuidado com a usuária e com a família, sabendo que a destituição do poder familiar é sempre uma possibilidade no horizonte judicial. No próximo capítulo, discutiremos o que podemos entender por cuidado e acolhimento no contexto de instituições de acolhimento do SUAS.

5 A VILÃ BOAZINHA: SOBRE CUIDADO E ACOLHIMENTO

Em um atendimento, fui perguntar para uma acolhida, Iza, o que havia acontecido que seu filho não tinha estado na Unidade no último final de semana. Fora o seguinte: os educadores haviam entrado em contato comigo, dizendo que ela havia dito que ele estava, porém ele não estava. Havia escondido a falta do filho.

Ela me explica que foi resultado da sexta anterior, da qual eu já havia me esquecido. Iza chegou uma meia hora após o meu horário de saída, e pediu autorização para um pernoite. Os pernoites³⁴, entretanto, são apenas dados pela equipe técnica, e a educadora me mandou uma mensagem. Eu, que em princípio autorizo pernoites sempre, mas sempre com atendimento presencial, informei que já não estava no meu horário de trabalho. E o pernoite foi negado. Aparentemente era a festa de quinze anos de uma amiga, e o filho dela ia dançar com a aniversariante. Ela continua explicando que entre a perna machucada e buscar os filhos na escola, não deu para chegar na Unidade a tempo de me encontrar. Então, o que havia acontecido?

- É que você foi Malévola - ela disse, e riu. - Sabe quem é Malévola, né? A vilã boazinha. (Diário de campo, 06/06/2023)

Malévola é aquela personagem de A Bela Adormecida, que na história original é uma poderosa bruxa má que enfeitiça a princesa Aurora. Nos *remakes* mais recentes da história, contudo, o filme foca na bruxa, e não na mocinha, e assim Malévola passa de vilã para uma mulher forte e incompreendida que, inclusive, tem um amor materno por Aurora. Eu adoro essa interpretação de Iza para a minha figura na unidade de acolhimento, porque acho que ela sintetiza bem o papel da Psicologia ali dentro: nesse território confuso e ambíguo em que Ajudar, Defender e Controlar podem todos aparecer. E no qual às vezes eu me sinto mesmo uma vilã, dependendo da demanda que escolho atender ou não.

Ao invés de me posicionar em um dos lados da dicotomia boa/má, Iza me diz que eu, ali, habito essa fronteira e não pertencço totalmente nem a um lado, nem a outro. Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020) contam da multiplicidade do contemporâneo, no abarcar a diversidade: “Um exemplo claro remete ao próprio sujeito, muitas vezes representado nas obras ficcionais como bom **ou** mal, quando na realidade nada mais apropriado do que pensar que todo sujeito é, ao mesmo tempo, bom **e** mal (sic), nunca uma coisa **só**.” (BARRETO; CARRIERI; ROMAGNOLI, 2020, grifo dos autores)

Aquele medo do início da minha atuação no SUAS, que marca também o início dessa dissertação, o medo de que o cuidado desapareça da minha prática, segue presente e, se crio

³⁴ O pernoite é outro instrumento das instituições de acolhimento, que consiste em uma autorização dada pela equipe técnica para se passar a noite fora da UA. Dependendo do equipamento, pode ou não haver um número restrito de noites em que se pode passar fora da instituição, e o motivo pelo qual se deseja essa autorização pode ser usado como critério para se autorizar ou não a saída.

algumas certezas na rotina de trabalho, é com o aviso de Glória Anzaldúa sobre a nova *mestiza* em minha cabeça:

Ela tenta aprender sobre sua própria cultura, busca permissão para explorar tópicos, escrever artigos e elaborar uma tese que a interesse. Mas seus interesses podem se expandir para além do inglês ou do conhecimento branco americano. Sobrecarregada por suas tarefas múltiplas, frequentemente ela acaba por ser seduzida e subvertida pelo sistema, ao invés de subvertê-lo. (ANZALDÚA, 2021, p.190).

E assim chegamos – finalmente! – em assuntos nos quais estive dançando ao redor durante toda essa escrita, embora eles estivessem presentes esse tempo todo, desde o título: o que é acolhimento e é o que é cuidado. Agora que preciso confrontar os termos que dão título a esse trabalho, confesso que me sinto intimidada e o amplo material sobre o assunto que senta em minha mesa, olhando-me enquanto escrevo, longe de me tranquilizar, me confunde. Não sei por onde começar.

Essa confusão, claro, diz de mim, mas também diz do tema que quero abordar. Cuidado é uma palavra usada rotineiramente, mas nem por isso (ou talvez justamente por isso) se resume a um significado límpido e evidente. Cuidado, como diz Maria Puig de la Bellacasa (2023), é ambivalente em seu significado e ontologia e outras autoras também afirmam a dificuldade em se definir o conceito de cuidado (PASSOS, 2018; TRONTO, 2013).

Uma primeira diferenciação importante, para me auxiliar a definir sobre o que eu desejo escrever, é entre o cuidado e o trabalho de cuidado, termos que, embora soem parecidos, e estejam imbricados, trazem consigo significados diferentes. Enquanto cuidado é uma “necessidade ontológica primária” (PASSOS, 2018, p. 43), o trabalho de cuidado refere-se a sua efetivação através do trabalho (principalmente feminino), remunerado ou não.

Vergès (2020) nos conta de mulheres racializadas e mal remuneradas, cujo trabalho é limpar o mundo: limpar escritórios, estações de trem, hospitais, universidades, centros comerciais, unidades de acolhimento, entre outros, para que outras pessoas possam andar por esses mesmos locais e usufruir de um espaço organizado e limpo. Um trabalho indispensável, que traz riscos para a saúde de quem o realiza, e que, ao mesmo tempo, deve permanecer invisível. Só que para fazer o trabalho de limpeza desaparecer, a responsável pelo trabalho também deve fazê-lo. Para além da limpeza, podemos pensar no cuidado com crianças pequenas, ou com idosos. São todos trabalhos realizados, principalmente, por mulheres racializadas – inclusive, por muitas das usuárias de instituições de acolhimento.

Essa é uma informação importante acerca do cuidado: ele diz do mundo que habitamos. Mais do que um conceito desencarnado, ele aparece no concreto das relações. Sendo assim, é importante mencionar que estamos falando de cuidado dentro de uma sociedade que traz

consigo a colonialidade, não sendo possível, portanto, deixar raça e gênero de lado ao se observá-lo.

Não existe descolonização individual; ela é necessariamente coletiva e tem em seu centro a luta pelo território. [...] Parece haver uma vergonha em reconhecer a dependência que nos constitui. No entanto, nós, seres humanos, não somos autossuficientes, nunca fomos. Precisamos do ar, da água, da terra, do alimento; precisamos uns dos outros o tempo todo. Nossas interdependência e cuidado circular fazem a saúde da vida. (NÚÑEZ, 2023, p.114)

Geni Núñez (2023), psicóloga guarani, me tranquiliza quanto ao tempo: o tempo linear é uma construção colonial, e eu posso iniciar minha conversa de onde quiser. Pensando em tempos circulares, não haverá início, nem meio, nem fim. No trecho acima, Núñez não está preocupada em definir o que é cuidado, mas nos dá algumas dicas sobre ele. Vamos começar com duas: cuidado é algo que diz respeito à saúde da vida, ao viver bem. Aqui não nos estamos referindo ao conceito ocidental de bem estar, mas ao *buen vivir*, ou bem viver, proposta de construção coletiva de outras formas de viver e se relacionar com/no mundo e de enfrentamento à colonialidade - o termo se origina de povos indígenas andinos, mas práticas de bem viver são compartilhadas por povos indígenas em toda América do Sul (ACOSTA, 2016).

Além disso, percebemos pela fala de Núñez que cuidado não é individual, porque humanos não são autossuficientes: cuidado tem a ver com relações que estabelecemos com humanos e com não humanos.

Puig de la Bellacasa (2023), também diz que o cuidado, ou sua falta, é onipresente: sua existência é essencial para os seres vivos. É tentador tirar disso que o cuidado será sempre bom, um afeto agradável. Contudo, Puig de la Bellacasa (2023) segue nos dissuadindo dessa postura, que chama de atitude moralista de positividade – o cuidado pode ser opressor, ela diz. bell hooks, quando conta de sua família de origem, afirma que lhe proporcionaram um ambiente disfuncional, mas que o cuidado estava presente (HOOKS, 2021). “Ressaltamos que o cuidado não é necessariamente uma relação boa, já que, em sua diversidade, ele também se expressa de forma desagradável, impositiva, obrigatória, desafetuosa, seja entre familiares, ou pessoas com os mais diversos vínculos” (PASSOS, 2018, p. 47).

Retomando as nossas categorias de análise, Ajudar, Controlar e Defender, podemos pensar que práticas de cuidado são compostas em cada uma dessas atuações e de que modo as instituições de acolhimento respondem a isso.

Então a gente identificou... por que quando chegam da rua, também são acautelados. “O que que você trouxe?” “Ah, eu fui no supermercado, eu fui não sei onde” “Então abra a sua bolsa, veja aqui”, pra que a gente tenha minimamente esse controle de garantir proteção. Porque a proteção da Assistência Social, ela... vai para muitas dimensões. Dimensões macro e dimensões mínimas. Quando você faz uma... uma cautela de alguém que chega da rua é para garantir também proteção, pra ela e pros

demais, pra todos que trabalham aqui, né, numa situação de... de escalonamento, de... de... limites de tolerância mínima, você pode agredir o outro com um objeto, e provocar um... um ferimento, de uma ordem que traga... pode trazer risco para a vida, né, da pessoa, do outro que intervir. Você entendeu? (Paloma)

Câmeras de segurança é para a gente aqui algo muito importante, né, porque... é algo que inclusive... pode evitar muitos conflitos internos, entre próprias pessoas que estão acolhidas. Por exemplo, se eles... aqui tem uma lavanderia e eles têm acesso... Temos uma máquina de lavar. Tem uma lavanderia, máquina de lavar, eles lavam as próprias roupas e estendem no varal. E aí é um costume, você vai lá, tem uma roupa no varal, “Gostei da roupa”, ela não é sua, você vai lá e pega, né? É... Acontece de tudo, né. Nem todas as pessoas que estão acolhidas, em situação de rua, são, sei lá, pessoas de má índole, mas a gente recebe todo o tipo de gente aqui. Então ter câmeras de segurança, é algo muito importante. Que inclusive foi um dos motivos pelo qual a gente, quando abriu a unidade nova, a gente não acolhia novas pessoas. Por quê? **Aquelas pessoas que já estavam acolhidas, a gente já conhecia, eram pessoas que já conheciam o serviço, já sabiam as regras, já estavam bem adaptadas.** (Renato)

Pode existir então, nos acolhimentos institucionais, um cuidado impositivo: ter seus pertences revistados sempre que se entra na instituição e estar sempre sendo filmado. Tanto para Paloma, quanto para Renato, as justificativas para a imposição que passa pela proteção e segurança: prevenir agressões com armas brancas e prevenir o furto de pertences pessoais dentro da instituição, respectivamente. Mas em nome da segurança, a entrada na instituição de acolhimento – em princípio, um direito - pode só ser oferecida a quem já se sabe que é capaz de obedecer, “se adaptar bem” às regras, sendo negada *a priori* para pessoas de quem não se tenha essa informação.

Entender que o cuidado pode ser obrigatório e impositivo me faz pensar em momentos de dúvida excruciante em minha prática, em que o que eu achava que seria a melhor atuação técnica por parte da equipe do acolhimento ia diretamente ao contrário do que a usuária queria, e chegávamos em impasses que simplesmente não eram negociáveis.

Estar como técnica e ser psicóloga da UA me deixa em uma posição de poder com a qual sinto que preciso ser - aí a palavra de novo - cuidadosa. [...]

Ela [a Assistente Social] acompanhava um caso, sobre o qual às vezes nós conversávamos. De uma mulher negra, na casa dos 30 anos, com ensino superior completo em Direito, oriunda de uma favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Vou chamá-la de Teresa. Ela fica desempregada durante a pandemia e chega na Unidade de Acolhimento. Ela estuda para concurso e pretende conseguir outro emprego como funcionária pública, para sair. Esse era o caso como ele se delimitava em 2020, quando ela chegou.

Aos poucos, foi ficando mais complexo. Teresa tem delírios persecutórios, e ficou perceptível que esse foi o motivo pelo qual seu trabalho chegou ao fim. Ela ouve “escutas” no quarto e na rua, que lhe dizem coisas e lhe dão ordens, frequentemente de cunho sexual [...] Ela começa tratamento no CAPS, recusa medicação, mas se vincula a uma enfermeira, e vai para os atendimentos.... até toda a equipe do CAPS mudar e a profissional sair de lá.

No ponto em que eu chego no caso, Teresa não falava com quase ninguém da equipe - a exceção sendo o pouco diálogo que ela mantinha com a sua técnica - estava sem se alimentar na Unidade e as escutas do quarto agora tinham também ondas que a faziam urinar-se e ficar menstruada repentinamente. Nas raras vezes em que era vista

fora do quarto, estava sempre suja - uma surpresa da primeira vez, pois era alguém que tomava muitos banhos. Não está indo ao CAPS, ou melhor dizendo, se recusa a sequer falar com alguém de lá. A mãe, sua única familiar e “rede de apoio” mora na [informação omitida para não identificação, refere-se a favela na Zona Oeste do Rio de Janeiro], não tem dinheiro para vir sempre, e também parece ter “questões psiquiátricas” - o que, nesse nível de desorganização de Teresa, faz com que ela entre em seu próprio delírio. Para finalizar, Teresa tem um mioma que faz com que ela tenha sangramentos intensos, e estava sem acompanhar isso também. Da última vez que falou com pessoas da equipe, nossa ou do CAPS, estava pálida e com os lábios roxos. Foi quando eu disse para a AS [Assistente Social] que precisávamos internar Teresa num Hospital Psiquiátrico próximo. Niterói não tem CAPS III³⁵, as internações são todas no Hospital psiquiátrico. Eu sabia perfeitamente que Teresa não queria ser internada no Hospital, que não queria tomar medicação, e que interná-la poderia ser uma intervenção violenta. Cuidado pode ser violento? Pode ser invasivo? O medo era que Teresa tivesse algum problema irreversível, que só íamos saber quando fosse tarde demais, porque ela não buscava ajuda. Desmaiar no quarto (de novo) e bater a cabeça? Ter um sangramento que não para? Se ela fica desacordada, quanto tempo até nós percebermos que tem algo errado? Sem apoio familiar ou de amigos a que pudéssemos recorrer e uma situação que se arrastava há mais de um mês, parecia o momento de medidas drásticas. Chamamos uma reunião de rede com a equipe do CAPS, combinamos como seria, e marcamos um dia para a última tentativa com equipe deles: se ela não desse abertura, seria chamada a SAMU, o Corpo de Bombeiros, enfim, o que fosse preciso, para tirá-la do quarto e levá-la ao hospital. [...] Mas fica a sensação de ter feito algo escondido. Não foi fácil, mas não foi preciso a intervenção dos bombeiros. Ela foi com a SAMU, embora achando que não precisava. (Diário de campo, 01/11/2022)

Nessa ocasião, que aconteceu pouco depois de eu ser designada como dupla da Assistente Social que já acompanhava Teresa, lembro que discutimos longamente sobre a responsabilidade que a instituição de acolhimento tinha com as usuárias e usuários, e que nos cabia esse trabalho de cuidado. Frente ao medo de que Teresa tivesse algum problema grave e mesmo fatal dentro de seu quarto, eticamente sentimos que seria preciso uma intervenção, e dado que ela não deixava ninguém se aproximar, seria uma intervenção invasiva, que corria mesmo o risco de romper com o vínculo, a afeição que Teresa tinha pela profissional que já a acompanhava há tempos. Uma situação que reúne as dimensões do cuidado ofício/trabalho, ética/política, afeto/afeições (PUIG DE LA BELLACASA, 2023) – dimensões-fronteiras permeadas por contradições e tensões com as quais precisamos permanecer.

Uma das angústias desse caso, e também o motivo do impasse entre Teresa e as equipes (da UA e do CAPS), era que as equipes e Teresa discordavam sobre qual seria o melhor cuidado, se seria necessário um acompanhamento no CAPS ou não. Contudo, tendo as equipes mais poder sobre a situação, a ação tomada não dependia da aquiescência de Teresa. Essa é uma

³⁵ CAPS é um serviço ambulatorial de saúde mental. O CAPS III é de atenção contínua, funcionando 24h, incluindo finais de semana e feriados (BRASIL, 2002). Até os últimos meses de 2023, ainda não havia sido inaugurado um CAPS III em Niterói, embora existisse o movimento de transformar um dos CAPS já existentes em CAPS III.

informação importante sobre o cuidado: ele não se dá, necessariamente, entre posições iguais de poder.

Afinal de contas, cuidado realmente é um problema para a democracia. Cuidar de pessoas e coisas é frequentemente desigual, particular e plural. Não há solução universal para o problema das necessidades de cuidado. De fato, cuidado com frequência parece ser altamente não democrático, especialmente se alguém assume que profissionais de cuidado sabem mais do que os receptores do cuidado sobre a melhor forma de cuidar. Ou, se presumimos que receptores de cuidado dependem de outros, parece difícil então retornar a um enquadramento que presume que pessoas são independentes. (TRONTO, 2013, p.10, tradução nossa)

Em se pensando o trabalho de cuidado, Tronto (2013) afirma que o controle percebido de uma situação pode estar tanto em quem faz o trabalho de cuidar, como em quem o recebe. Por exemplo, era relativamente comum as usuárias da UA em que eu trabalho serem contratadas para bicos de faxina nos apartamentos de classe média próximos. E era também comum cuidarem dessa limpeza por valor abaixo do que gostariam, por precisarem do dinheiro e não terem poder de negociação³⁶. Uma usuária já me contou que, antes de estar acolhida, trabalhava na casa de um homem em troca de comida.

Por outro lado, podemos pensar que também as/os profissionais que atuam em uma instituição de acolhimento estão em uma posição de fornecer cuidado, e é a partir das demandas das/dos usuárias/os que construímos nossa atuação. Não se realiza o cuidado **para** alguém, mas **com** alguém. Contudo, nem por isso o poder da relação é percebido como estando em posse da/do usuária/o. Ao contrário, normalmente os/as profissionais têm mais elementos e recursos para fazer a sua visão prevalecer, ainda que se oponha diretamente a quem está recebendo o cuidado. Possivelmente, não depender da aprovação de quem está recebendo o cuidado para receber nossos salários faz com que seja possível um espaço maior de poder na relação.

Essa desigualdade nas relações de cuidar e pensar um cuidado como opressor, são um ponto de atenção. São relevantes, pois nos sinalizam que o Controlar e cuidado não são mutuamente excludentes, assim como cuidado e violência também não o são.

Macerata (2015) afirma que não há uma ausência do Estado em políticas sociais, pois existe um investimento – financeiro e de pessoal - nelas. Ele questiona, contudo, **como** as políticas sociais são colocadas em prática, e se elas não estariam mais próximo de uma gestão da miséria, necessária ao funcionamento do Estado. A Assistência Social, como política pública

³⁶ Cabe mencionar a Lei Complementar nº 150/2015, chamada de “PEC das Domésticas”, que assegura para as trabalhadoras domésticas a maior parte dos direitos trabalhistas previstos pela Constituição Federal (embora com um atraso de décadas). Contudo, a PEC define como empregado/a doméstico/a quem presta serviço por mais de dois dias semanais em uma mesma residência – desamparando quem trabalha menos que isso ao considerar o trabalho como autônomo (FRAGA, MONTICELLI, 2021).

de Estado, não pode, em princípio, visar ao fim da própria organização do Estado (MACERATA, 2015) – ao contrário, deve trabalhar para a sua manutenção. “O social responde ao risco de cisão social e insurreições populares, com o amparo aos miseráveis baseado na ideia de direito civil e da integração social, e ao mesmo tempo forma a população, através da gerência e otimização de seus processos de vida” (MACERATA, 2015, p.2009). Nos alerta Françoise Vergès:

É importante analisar as estratégias de pacificação porque, por um lado, elas nem sempre tomam o caminho da censura, da repressão policial ou armada, e por outro, semeiam confusão acerca dos objetivos da emancipação, representando-a como uma vitória do bem sobre o mal, da moralidade sobre os defeitos (VERGÈS, 2020, p. 109).

Estratégias de pacificação: será essa a motivação do cuidado da Assistência Social? Reis *et al.* (2013), ao pesquisar a produção de conhecimento em Psicologia Social, ponderam que trabalhar pela via do Estado pode despotencializar modos de organização populares, por enfraquecer a ideia de política como relação entre pessoas (REIS *et al.*, 2013). Observam também que os estudos sobre políticas públicas buscam o bom funcionamento dos serviços já consolidados (REIS *et al.*, 2013) – como ir além de soluções funcionalistas, e questionar o papel do próprio Estado como criador e reproduzidor das desigualdades que o SUAS visa apaziguar? Em uma atuação baseada no Ajudar, por exemplo: ela cuida de um indivíduo, desassociado de seu contexto social. Sua caridade não forma uma rede de garantias, mas acalma necessidades imediatas, mantendo para si o poder – e a manutenção do poder é necessária para se manter o Controle, o *status quo*. O cuidado a partir de uma atuação baseada no Ajudar e Controlar será uma tutela.

Se parássemos por aqui - o que, nos dias em que a macropolítica se sente muito pesada e avassaladora, é tentador - terminaríamos em uma nota desesperançosa. Afinal, se a atuação da/do psicóloga/o está dentro do SUAS, e esse provê os *mínimos sociais* para que outras pessoas possam ter os *máximos sociais* (pois se existe um, deve existir o outro), então não será possível, jamais, exercer um cuidado diferente da tutela. Restaria nos submetermos a isso, ou abrir mão do funcionalismo público.

Hoje não iremos parar por aqui. Arriscando escapar, ainda que de leve, da linearidade da escrita acadêmica, vamos circular para o tema do acolhimento, que posteriormente nos trará de volta às possibilidades de cuidado.

Afinal, o que é “acolhimento”? O dicionário nos diz que é o ato ou efeito de acolher (o que não nos explica muito), abrigo gratuito, agasalho, hospitalidade, lugar onde se encontra amparo (ACOLHIMENTO, 2023). Nas entrevistas, “acolhimento” foi uma palavra que

apareceu com pelo menos três significados. O primeiro talvez seja o tal ato de acolher: é o momento em que uma pessoa chega na instituição e tem o primeiro contato com os profissionais que atuam ali.

Então, depois que é feito o acolhimento o, o... que é feito a cautela, os próprios educadores minimamente já... i... já informam regras mínimas de convivência. (Paloma)

E a gente tem um termo de responsabilidade, que a gente usa, que eles [os usuários] assinam, né? É onde a gente resume as principais regras, e a gente repassa para eles no momento de acolhimento, né? (Renato)

O início do processo de chegada. Na instituição onde Paloma trabalha, existem etapas definidas: primeiro o acolhimento, depois a cautela de pertences, em terceiro a explicação das normas. O significado de acolhimento como momento de chegada é comum nos equipamentos de saúde, por exemplo. Quando pergunto para as/os colegas do CAPS que dia devo orientar uma nova usuária para ir lá para um primeiro atendimento, elas/eles me respondem: “o acolhimento é feito todos os dias”.

O segundo significado de “acolhimento” diz respeito à instituição em que se trabalha. Em Niterói chamamos de Unidade de Acolhimento, mas essa terminologia não é comum a todos os estados e municípios, embora Renato e Ravena também a usassem. No Pará, por exemplo, a instituição chamava-se Casa-Abrigo ou Espaço Acolhimento, no Amazonas existia um Serviço de Acolhimento Institucional, que é o termo utilizado na Tipificação (BRASIL, 2009b).

Quando eu fui contratada pela Prefeitura [...], eu fui logo direto trabalhar em... nos acolhimentos. Tanto pra indígena, como pra... pra venezuelanos, quanto pra população em situação de rua. Foi um total de dois anos que eu atuei, dentro dos acolhimentos. (Alice)

Não ficou muito claro para mim, na graduação. Não tenho recordações de ter... tido “Ah, o trabalho no CREAS, o trabalho no Acolhimento, o trabalho no” não, não ficou muito claro. [...] Mas não, os equipamentos não ficaram muito claros para mim. (Raoul)

“Acolhimento” vira então sinônimo do equipamento, da instituição. Uma maneira mais curta para se referir ao local, talvez, ao invés de enunciar o nome todo do lugar. Esse sentido da palavra parece ser o que é dicionarizado como “o abrigo que não é necessário pagar”, se diz de uma instituição, dentre outras do SUAS.

O terceiro significado da palavra acolhimento não se resume ao momento de chegada, e nem ao espaço físico do equipamento. Talvez se relacione a um lugar onde se encontra amparo – um apoio, suporte.

O acolhimento, **eu digo que ele não se restringe ao primeiro contato. Ele é constante.** Porque você vai nessa escuta, dessas demandas que atravessam esse indivíduo, no tempo que ele está aqui. Você escutar é você, é... Devolver para uma

reflexão. É você... junto com esse acolhido, encontrar é... possibilidades de enfrentamento, então é... você acolhe cotidianamente. Não é apenas uma etapa didática, de... organização do serviço. (Paloma)

Tudo isso faz parte do acolhimento, né? De você tratar as pessoas com respeito, com dignidade, independente das suas histórias de vida, né? Que levaram a essa condição hoje de vulnerabilidade, entendeu? (Paloma)

A forma que você... é... atende, a forma que você olha, a forma que você pega, né, um olhar diferenciado, um sorriso, um aperto de mão. Isso... eu acho que isso é uma forma de acolher o outro, né, de dizer que você tá aberta a escutá-lo. (Alice)

Então, de acordo com Paloma, o acolhimento não é um momento isolado, mas um movimento contínuo. É um modo de a relação acontecer, que envolve escuta e construção feita em conjunto com as/os usuárias/os. Alice acrescenta que acolher o/a outro/a se faz presente no corpo, a partir de um olhar, um sorriso, um contato que pode ser físico. Ao contrário de uma tutela, que é o cuidado que sabe o que é melhor para o/a outro/a sem perguntar, e que espera ser obedecido/a, o acolhimento só pode ocorrer quando se respeita o/a outro/a como dotado de agência.

E o maior desafio, enquanto profissional de psicologia, primeiro: fazer com que as pessoas te enxerguem como um profissional da Assistência Social, não enquanto psicóloga clínica. Porque “olha, é pra ti resolver, **conserta** ele”. Quantas vezes eu já ouvi isso, né. E ninguém conserta ninguém. E... E também trabalhar, é como, ter resiliência pra trabalhar esse ganho diário. Esse aprendizado diário do outro, acreditar no trabalho dele. Do outro fazer desse trabalho uma perspectiva boa. Fazer desse trabalho... acreditar que o outro possa ter uma mudança. **Mas a mudança é dele, não é a que eu tenho como perspectiva para ele, né?** Uma mudança real, de, de ser humano, d’eu, d’eu vislumbrar que “não, eu quero voltar pra rua”. Aquilo não é algo aversivo a mim. Então, beleza, se tu queres retornar... Mas poder ver o que que aquela rua traz de bem para ele. Pra mim pode ser aversiva, mas pra ele não. (Ima)

Na verdade, assim, o acolhimento da psicologia e da psicologia em qualquer lugar assim. [...] é acolher a condição, né? De como o... o sujeito que... com quem ele é, né? Com os valores que ele carrega consigo, né? Então, assim... eu percebo, ah, é, foi uma experiência de vida essa equipe, sei que tem muita expectativa na dependência química, da [...]abstinência, de que vai mudar, que “ah, aqui é uma oportunidade pra mudar”. É uma oportunidade pra mudar. [...] **Nem todas as pessoas que estão aqui vão aderir todos os encaminhamentos que a gente faz. E assim... isso não me frustra.** (Ravena)

O terceiro significado da palavra acolhimento é um modo de se relacionar com as/os usuárias/os, que não passa por uma tutela, mas pela escuta. Envolve não uma expectativa de ser obedecido/a, mas uma possibilidade de parceria. Acolhimento, então, deixa entrever uma construção de cuidado que é consciente das linhas de poder que necessariamente constituem a relação psicólogo/a e acolhido/a, mas que não visa oprimir.

- O que você considera como cuidado na sua prática profissional?
- Pra mim acho que o principal é escutar, e aí escutar não é só escutar de “ah, vem aqui deixa eu escutar o que ‘cê fala, anotar e deixa para lá”, eu acho que é de escutar o que que faz sentido para cada um. Pra pensar um plano que seja [...] individualizado de fato. **Porque assim, às vezes você vai pensar... em cobrar uma, uma**

determinada coisa prum sujeito que ainda não tá pronto pra... pra aquilo... E... E aí a importância de ouvir, ouvir a história dessa pessoa, de fato, é... para conseguir... acho que é escuta. Escuta pra mim é o principal do acolhimento. Mais do que se aqui é bonitinho ou não, se aqui tem, se tem tudo ou não, acho que acolher é escutar essas pessoas. (Giovana)

Tronto (2013) nos lembra que cuidados podem ser diferenciados entre si a partir de seu propósito. A perspectiva de acolhimento-cuidado acima, longe de dizer de uma relação entre dois indivíduos apenas, insere-se em um contexto social e político, associando-se então a um propósito, uma atuação comprometida com Defender.

Eu acho que pra te falar de cuidado, tem que falar de acolhimento. Primeiro cuidado é a tua acolhida. É a tua fala, é o teu tratar, é... Porque às vezes eu posso ter uma... teoria linda do cuidado, e não fazer nada disso. Acolhimento inicial é um cuidado. Respeito é um cuidado. **Garantia de direito é um cuidado.** É... Entender as adversidades que aquele enfrentou lá fora, e... entender que nós somos diferentes, mas não desiguais, é um cuidado. E tratar o outro com respeito. Pra garantir essa dignidade, enquanto cidadão, né, enquanto ser humano. Que é pra mim também um cuidado. (Ima)

- E o que você considera como cuidado na prática profissional?

- [silêncio] Cuidado? Ah, **acho que também esse comprometimento, né, assim, com a ética, com a garantia de direitos,** é... com uma escuta... é... empática, acolhedora, é... é isso. Acho que é isso. Ampla, estando... Essa... Garantia, assim, de saúde, de, de... proteção contra a vulnerabilidade.

- E o que é acolhimento na unidade de acolhimento?

- Eu acho que seria muito próximo desse cuidado também, né, poder receber, poder ter um lugar onde a pessoa se sinta, é... mais protegida. Amparada, né, que quando a pessoa tá ali, é porque todos os vínculos já caducaram, né, e restaurar vai ser muito mais difícil. Então qual o lugar onde ela pode sentir minimamente amparada, onde ela pode... poder pelo menos ter uma garantia onde ali ela não vai ser violada, né, não vai ser abusada. (Raoul)

Raoul nos coloca que parte do cuidado-acolhimento tem a ver com criar e manter um vínculo, lembrando que as situações de vulnerabilidade que ocasionam alguém a chegar em uma instituição de acolhimento frequentemente envolvem a fragilização e mesmo o rompimento de vínculos sociais e comunitários, conforme afirma a Tipificação (BRASIL, 2009b). Renato também menciona o vínculo e a escuta para falar sobre cuidado:

Eu considero cuidado... Bom, ah, pra todo psicólogo, né, a psicologia, é... começa com a escuta, né? **Com a escuta atenciosa, uma escuta sem julgamento, livre de preconceitos e, a partir dessa escuta, né, desse cuidado, de ouvir o outro, né?** De saber o que está se passando na vida do outro, saber quem é esse outro; é a partir dessa escuta onde a gente vai poder... é... intervir, né? Às vezes a própria escuta já é uma intervenção, né, porque às vezes, muitas vezes [o] que a pessoa às vezes tá precisando é isso, ser ouvida. **Às vezes, muitas vezes chegam aqui, né, com, com vínculos familiares totalmente rompidos,** né, então são pessoas muitas vezes que não têm ninguém com quem contar. Pessoas que não confiam em ninguém, são pessoas então que muitas vezes não têm nem com quem conversar. Então, às vezes, só a própria escuta já é cuidado muito significativo, né, para quem tá precisando. Mas... Muita coisa se desdobra a partir dessa escuta, né. (Renato)

O vínculo, ele é uma via de mão dupla – não se vincula unilateralmente. E embora em uma instituição de acolhimento a/o psicóloga/o esteja no papel de prover cuidado, e as/os usuárias/os de recebê-lo, não podemos afirmar que não exista, ainda que de outra forma, um cuidado também dos/as usuários e usuárias com os/as profissionais que os atendem.

Esse ano eu fiquei no plantão na semana do Natal. Surpreendentemente, o plantão foi tranquilo, sem nenhuma emergência. Faltando alguns poucos minutos para o horário de sair, eu já estava organizando a mochila para ir embora. Foi quando bateram na porta. “Droga!” pensei. “Lá vem problema bem na hora ir embora!”. Pedi para que entrassem, era Ivone.

Ela entrou, sentou, me contou rapidamente sobre seu dia:

- Mas não foi isso que eu vim falar não. Sei que você já está de saída. Queria apenas desejar um feliz natal para você e para a sua família!

Sorri por debaixo da máscara de pano e agradeci. Quem disse que não somos também cuidados por nossos usuários? Afetos bons também têm espaço na Unidade. (Diário de campo, 23/12/2022)

Entre o caos de falta de pessoal e a sobrecarga de trabalho, chegou uma nova assistente social na outra semana. Ela vai ficar na sexta-feira comigo, e coube a mim lhe mostrar a rotina de trabalho. Eu ia lhe mostrando, e quando alguém batia na porta para conversar, ou tirar alguma dúvida, eu aproveitava e lhe apresentava.

[...]

Me chamou a atenção que uma parte das usuárias, além de responder essa apresentação com “muito prazer!” também respondeu com “bem-vinda!”. A primeira vez me surpreendeu, já a terceira, fiquei boba. “Que lindas, as minhas usuárias”, pensei. **Como é saber-se acolhida também pelo modo como nos tratam.** (Diário de campo, 16/06/2023)

As usuárias, ainda que possam estar como minhas referências no serviço, não são “minhas”, mas acolhidas da instituição. Quando me refiro afetuosamente às usuárias como minhas, e acho lindo que elas tenham o cuidado de serem gentis em um momento para mim extremamente estressante e caótico – na ocasião nossa equipe técnica tinha sido reduzida à metade, embora o trabalho continuasse o mesmo – acabo deixando transparecer que eu também me vinculei a elas – inclusive usando o termo “acolhimento” para me referir a isso. Quando Ivone passa na sala técnica apenas para me desejar feliz natal, sinto que recebo carinho e cuidado. Quando peço para Alice me contar uma boa experiência no trabalho, ela conta de uma usuária, chamada Culina, uma mulher trans, que cuidava dos/das funcionários/as e das/dos usuárias/os:

Então ela era uma moça assim, guerreira, lutava por todos dentro do acolhimento. Fazia o nosso papel como cuidadora social, **além de cuidar da gente**, ela cuidava dos usuários. Então ela era porta-voz dele, deles, é... tudo que eles queriam, corriam com ela. Iam atrás dela, pra que ela viesse a se manifestar e lutasse pelo direito deles. (Alice)

Se o trabalho de cuidado pode ser feito “dentro e para mundos que podemos achar condenáveis” (PUIG DE LA BELLACASA, 2023, p. 113), isso não significa que ele não pode, da mesma forma, ser feito como parte da luta por um mundo no qual se acredita. Cuidado é um

compromisso político (PUIG DE LA BELLACASA, 2023) e eu corro o risco de afirmar que é um compromisso político que passa por acreditar que não está tudo dominado pelas linhas duras da macropolítica. Macerata (2015) diz que a política social tem dois sentidos: o primeiro, de extermínio de parte da população a partir de uma normatização e individualização da miséria.

O segundo sentido seria de um cuidado produtor de vida e resistência. **“Entendemos este cuidado como acolhimento do mundo e desvio do mundo**, no sentido de acolhimento da heterogeneidade do mundo e de criação de novos mundos”. (MACERATA, 2015, p.9, grifo nosso)

Então, “acolhimento é cuidado?” nos perguntamos desde o título desta dissertação. Não e sim. Acolhimento (a instituição) não é cuidado em si – não há uma essência do equipamento que necessariamente enseje práticas cuidadosas. E mesmo que haja algum tipo de cuidado ali dentro, não há garantia de que ele não seja opressor. Contudo, acolhimento, como o modo de nos relacionarmos uns com outros a partir de um posicionamento ético-estético-político, coletivo e circular, esse sim, podemos chamar de cuidado. Ficamos com as palavras de Gení Núñez:

Agora, novamente, é importante lembrar que receber acolhimento para o nosso sofrimento nem sempre tem a ver com mudar o comportamento do outro, mas com ter amparo e suporte para elaborarmos nossos tensionamentos. Acolhimento pode ser receber escuta, receber suporte da rede de apoio para se fortalecer, pode ser ter companhias para rir de si mesmo, para se distrair da angústia, para voltar a ela de outra forma e assim por diante. (NÚÑEZ, 2023, p. 150)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. (FANON, 1961, p. 33)

- É difícil nomear - me repetiu hoje a AS [...] algo que ela já havia dito algumas semanas atrás. - Mas isso é assédio.
 - E assédio, é violência. - Eu completei. E ficamos no silêncio dessa constatação.
 (Diário de campo, 26/12/2023)

Ao mesmo tempo em que vou chegando ao fim deste trabalho, me pego acrescentando ainda entradas em meu diário de campo – tarefa que já estaria finda, de acordo com meu planejamento inicial. Aos poucos me parece que o término desta pesquisa é menos um encerramento e mais um fechamento imposto por prazos acadêmicos inegociáveis. Encerra-se este texto – que afinal, não pode escrever-se para sempre. O campo construído, as dúvidas, os afetos sentidos, esses inscreveram-se em mim e permanecem.

Uma manchete de jornal do dia 21/12/2023 anuncia: “Projeto de acolhimento da Prefeitura do Rio pretende atender 92% da população em situação de rua até o fim de janeiro” (DIAS, 2023, p.1). Um projeto ambicioso, considerando que faltariam apenas 10 dias para o início de janeiro. A reportagem traz falas de personalidades sobre o assunto, entre elas o Secretário de Saúde do município, Daniel Soranz, que diz que um dos objetivos do programa é fazer com que as pessoas permaneçam nos abrigos: “A gente tem uma dificuldade imensa de **fixar** as pessoas em situação de rua nos nossos abrigos e caminhar com essas pessoas para a frente” (DIAS, 2023, p.1, grifo nosso).

Como o acolhimento acontece, se as pessoas querem estar “fixadas” (estar fixado é igual a ser acolhido? O que acontece com o prazo máximo de permanência na instituição?) e o que significa caminhar para frente, não é informado. Quem pontua sobre a qualidade do acolhimento oferecido é Bombom, identificado como “líder de moradores de rua e de ocupações no Centro do Rio” (DIAS, 2023, p.1), que informa que nessas instituições, além de percebejos e falta de roupas, também existe falta de comida e agressões (DIAS, 2023).

Em Niterói, como no Rio de Janeiro, o tema da população em situação de rua – e consequentemente, dos acolhimentos – está em voga (de maneira suspeitamente próxima às eleições municipais de 2024). Nos dias 17 e 23 de outubro de 2023 jornais noticiam que vereadores/as e lojistas da cidade se reúnem para cobrar do poder público uma “solução” para a população em situação de rua, descrita como usuários/as abusivos/as de drogas e fonte de perigo para pessoas domiciliadas em bairros de classe média (BARCELLOS, 2023; FOLHA

DO LESTE, 2023). Na sequência, no dia 24 de outubro a Prefeitura de Niterói lança uma matéria divulgando uma ação que “leva acolhimento para pessoas em situação de rua” (PREFEITURA DE NITERÓI, 2023). Contudo, desde o dia 20 de outubro já era noticiado que essas ações estavam sendo investigadas pelo Ministério Público pela retirada compulsória e ilegal de pertences de pessoas em situação de rua (NEDER, 2023).

O clima em minha equipe é pesado, e eu também estou cansada e triste. Após uma cândida mudança de gestão, a coordenação da unidade de acolhimento também foi trocada, com o objetivo de instituir um olhar mais amigável ao movimento de “acolher” pessoas sem grandes questionamentos – e, principalmente, sem remeter ao número de vagas previsto na Tipificação. Em poucos dias e às vésperas das festas de fim de ano, vimos além da troca de coordenação, um movimento de culpabilização da nossa equipe que “não quer atender” (acima do número máximo de vagas) e de lideranças não apenas grosseiras no trato, mas que optam por microgerenciar³⁷ o funcionamento da unidade, exigindo inclusive serem inseridas nos grupos de aplicativo de mensagem da instituição, tanto o grupo geral quanto o grupo técnico. Em um movimento coletivo que denuncia tanto nosso esgotamento quanto o caráter estrutural do problema, pedimos, juntas (nossa equipe é de mulheres) a transferência para outros equipamentos – a linha de fuga que foi possível. Pedir transferência, ou ser transferido/a, é um modo comum de se lidar com o assédio moral no serviço público, dizem Silva e Raichelis (2015).

Ao entender que a postura ético-política de nossa atuação não era negociável, preferimos construir o encerramento desse ciclo de trabalho: términos podem ser também gestos de amor (NÚÑEZ, 2023), a nós e ao trabalho que conseguimos desenvolver por tanto tempo. E por mais que doa o encerramento de um trabalho que durou anos, e o afastamento de colegas em cujo trabalho se confia, nos remetemos ao rizoma e ao seu espaço sempre aberto à reconfigurações: se nossa determinação é histórica, ela se dá, portanto, em uma temporalidade: o temporário lhe é essencial (BARRETO; CARRIERI; ROMAGNOLI, 2020).

Retornamos a Fanon (1961), quando ele diz que o mundo colonizado é dividido em dois, a cidade do/a colono/a e a cidade do/a colonizado/a: entre os dois mundos, na fronteira que tanto nos interessa, estão os quartéis e os postos de polícia. Mas não apenas eles. Podem estar também os acolhimentos institucionais, em sua função de Controlar. E são Controlados não

³⁷ Termo comum em discursos sobre liderança empresarial, microgerenciar se refere a prática de gestão baseada no controle hierárquico centralizado, em que o gestor controla excessiva e minuciosamente o processo de trabalho, retirando a autonomia da equipe e monitorando inclusive as suas comunicações internas (VERSIANE, s/d).

apenas as/os usuárias/os do serviço, mas também quem lá trabalha, na tentativa de certificar-se de que não desviaremos do rígido caminho macropolítico traçado de vigia da fronteira.

Alice conta que no SUAS tinha metas diárias de atendimento individual para bater, para que o coordenador pudesse “mostrar serviço” e para que o equipamento recebesse verba. O modo como as atividades são organizadas, o controle do ritmo e produtividade dos funcionários... daí pode aparecer a violência no trabalho (GUIMARÃES; OLIVEIRA; SILVA, 2020). É importante questionar se a qualidade dos atendimentos é pensada para além de seu número: o que se considera, afinal, como produtividade, em um atendimento psicossocial? “O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial.” (FANON, 1961, p.31), e, portanto, qualquer risco ao sistema colonial deve ser subjugado – mesmo que o risco venha do atendimento ofertado pelas próprias políticas públicas.

O que, acho, que me salvou no tempo que eu tive lá, foi essas pequenas parcerias que eu consegui fazer com o pessoal do CAPS, tinha um projeto também que... Agora eu não vou lembrar o nome... Mas com uma... uma psicóloga assim, de capacitação, de projeto profissionalizante [...] Eu me aproximei dessa psicóloga, eles chegaram a ir lá, levaram alguns acolhidos, é... Alguns, de forma... por exemplo, de curso de informática, eles fizeram cursos, sabe? E... Alguns acolhidos foram se firmando com isso. É... Depois uma pessoa da Unidade, começou a trabalhar como educador e aí, né... mas assim, **tudo também era meio boicotado pela coordenação. Porque... Via-se que tava, não sei, perdendo o controle, ou que tinha outros olhos ali que... além do olhar dela, então isso era boicotado.** Então, funcionava até certo ponto, mas não passava muito disso, né, quando podia ganhar uma coisa maior... (Raoul)

É parte do discurso colonial não admitir a concomitância, a ele não basta existir, é preciso que seja o único (NÚÑEZ, 2023). Assédio moral, como nomeia minha dupla de trabalho, é um tema que permeia as conversas entre trabalhadores do SUAS e é relatado tanto em periódicos científicos (GUIMARÃES; OLIVEIRA; SILVA, 2020; SOUZA *et al.*, 2005) quanto em blogs informais (FONSECA, 2020). Sem pretender aqui entrar em profundidade no tema, cabe, contudo, pontuar que o assédio moral é não apenas uma violação de direitos, mas uma forma de gerenciamento de recursos humanos na lógica do capital (SILVA; RAICHELIS, 2015) – não é uma postura individual, mas estratégia de dominação da subjetividade dos/das trabalhadores e trabalhadoras.

Sendo assim, é comum que as vítimas de assédio sejam pessoas que divergem da lógica organizacional. Silva e Raichelis (2015), ao falar do trabalho de assistentes sociais, especificam que em sua pesquisa os assédios foram desencadeados por: defesa das atribuições profissionais, posicionamento político/afiliação partidária ou sindical, competência técnica da equipe e defesa dos princípios éticos. A psicóloga Rozana Fonseca, que mantém um perfil de rede social e um blog sobre psicologia no SUAS, conta que após fazer uma postagem sobre assédio moral no SUAS, recebeu inúmeros comentários de profissionais com relatos sobre o tema. Ela narra que

as histórias que recebeu também eram de pessoas cujo trabalho era percebido como crítico e contestador:

...não é de se espantar que grande parte das pessoas que relatou assédio moral, conforme narrativa, está alinhada ao compromisso social crítico da profissão e revela que recorre rotineiramente a posicionamento ético-político, lutando contra o trefismo e ações meramente pragmáticas. Ou seja, passam a sofrer retaliações e humilhações por estarem respondendo como profissionais indo contra ao tecnicismo e funcionalismo. (FONSECA, 2020, p.1)

A postura de atuação relacionada ao Defender – tanto os/as usuários/as quanto a ética profissional – estará, então, mais sujeita a ser oprimida. Em nossas entrevistas, Raoul também nomeia como assédio situações pela qual passou, e reforça o quanto isso afetava o que era possível em seu trabalho e as próprias relações entre trabalhadores:

Só que chegou nesse momento, por conta dessa coordenação que eu tinha, né, que é uma coordenação até abusiva, praticava assédio moral, que... isso começou a afetar a relação com os técnicos e com os educadores, né, assim... começaram a formar times. E... O que eu a... acho muito ruim. Foi muito prejudicial pro trabalho. (Raoul)

O sistema capitalista estimula o individualismo e a competitividade entre os/as trabalhadores/as, o que facilita o caminho para um acirramento dos assédios no trabalho (SILVA; RAICHELIS, 2015). Para manter o controle sobre as e os funcionários, sem que haja questionamentos, é preciso que eles/as não estejam unidos/as, e por isso uma coordenação abusiva busca interferir na relação dos/as funcionários/as entre si. Maria Puig de la Bellacasa (2023) diz que cuidado pode ser disruptivo. Para a minha equipe, a confirmação do quanto nossa prática de acolhimento-cuidado - tanto em relação aos nossas/os usuárias/os quanto na formação de um coletivo coeso que rompe com o funcionamento individualizado - estava rompendo com a lógica instituída veio com o movimento de supressão de nosso trabalho.

Nesse estado de entre-lugar a *mestiza* pode mediar, traduzir, negociar e navegar por essas diferentes localidades. Como mestizas, nós estamos negociando esses mundos todo dia, entendendo que o multiculturalismo é uma forma de enxergar e interpretar o mundo, uma metodologia de resistência. (ANZALDÚA, 2021, p. 195)

Glória Anzaldúa fala sobre a *mestiza* como aquela que passeia por diferentes fronteiras. Ao longo desse trabalho, buscamos pensar quais são as fronteiras que perpassam e compõem a atuação profissional da/do psicóloga/o em instituições de acolhimento para adultos e famílias do SUAS. Escolhemos para nos orientar nessa empreitada autoras e autores do Sul global, por considerar que no cerne da discussão sobre políticas públicas brasileiras e o trabalho da/do psicóloga/o está a questão da colonialidade, entendida como uma dinâmica de poder construída a partir do processo de colonização europeia:

O traço fundamental do conceito [...], seria dado pela própria condição dos povos colonizados ou marcados historicamente pelos processos de invasão e conquista pelos

européus, que tenderiam a experimentar essa história não como um passado distante, e, portanto, ultrapassado, mas sim como um presente em que a experiência da diferença colonial se manifesta e se perpetua sob variadas formas. Poderíamos acrescentar que se trata de uma espécie de reencenação que remete a experiências traumáticas que repetem lógicas, conflitos e desigualdades estruturais (OLIVEIRA, 2022).

Para falar do trauma colonial é preciso nomeá-lo, e por isso nos aproximamos de pensadores e pensadoras que fazem o movimento crítico da colonialidade/modernidade e “os esforços de desligamento ou desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político em face do projeto de dominação ocidental” (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 384). Como metodologia, a cartografia feminista nos permitiu traçar uma escrita situada, que observa as tensões e linhas de poder que compõem o campo, assim como a pesquisadora.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, observamos que há pouco material publicado por psicólogas/os em periódicos científicos sobre instituições de acolhimento do SUAS em geral nos últimos catorze anos, e ainda menos sobre o acolhimento de adultos/as e famílias. O material publicado é majoritariamente de pesquisas realizadas no Sudeste e Sul do Brasil, já anunciando como a colonização faz parte dos processos de criação do saber considerado científico no país.

“Então sim, embora ‘casa’ permeie cada tendão e cartilagem em meu corpo, eu também estou com medo de ir para casa.” (ANZALDÚA, 1987, p. 21), e da mesma forma que Glória Anzaldúa diz da casa que ela carrega consigo, como uma tartaruga, nós também olhamos, talvez também com medo, para a casa que as instituições de acolhimento carregam consigo - o lugar de onde saíram e ao mesmo tempo o lugar de onde não saíram. E vimos que as instituições de acolhimento recebem a herança de duas outras instituições, construções históricas brasileiras: os abrigos e os manicômios. Ambos eram instituições que visavam manter determinada ordem social, e atendiam pessoas com pouco poder aquisitivo, em sua maioria pretas e pardas, pessoas que eram consideradas como não pertencentes ao grupo social dominante (ARANTES, 2022; MEDEIROS *et al.*, 2020).

Atualmente, esse mesmo público é o majoritário em situação de rua no Brasil, do que se pode inferir dos dados parciais disponíveis, uma vez que ainda não há pesquisa nacional abrangente sobre o assunto (IBGE, 2009; IPEA, 2020). Esse público é nomeado população “em situação de vulnerabilidade”. Vulnerabilidade é um conceito que inclui, mas não se limita, à falta de renda, abordando também desigualdades de gênero, raça, orientação sexual, entre outros (GUARESCHI *et al.*, 2007), e pode ser compreendida como uma falta de recursos que pode ser estimulada, ou mitigada pelo Estado (FONSECA; SANDIM, 2022).

Foram realizadas entrevistas com 7 profissionais que atuam em 4 estados do Brasil, nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, além da escrita de um diário de campo, que abordou majoritariamente momentos da minha prática profissional como psicóloga que também atua em uma instituição de acolhimento do SUAS. Como estratégia de análise da política do SUAS e da Psicologia, foram criadas três categorias de análise da atuação profissional, para serem discutidas separadamente, embora saibamos que elas se compõem mutuamente. A saber: Ajudar, Defender e Controlar.

O Ajudar se compõe, com o histórico da Assistência Social no Brasil, não como um direito, mas como uma ação de caridade, bondade. No Ajudar, o trabalho oferecido não é um direito da/do usuária/o, mas uma ação realizada pelo profissional – o trabalhador é o agente da ação, enquanto ao usuário cabe uma função passiva. Além disso, o Ajudar localiza a vulnerabilidade no sujeito, individualizando questões sociais – ele funciona em uma dissociação histórica, tanto em relação a História do país Brasil e um passado e presente que constroem situações de vulnerabilidade, quanto à história da pessoa que está sendo atendida, e o que em seu percurso aconteceu para que naquele momento ela esteja em um acolhimento institucional.

O Defender é uma atuação que se coloca conscientemente em oposição ao Ajudar. Conectado com a ideia de garantia de direitos que forma a atual legislação do SUAS (BRASIL, 1993/2009, 2009c), ele entende que a atuação profissional não deriva da boa vontade de quem oferece o serviço, mas de um direito que pertence à/ao usuária/o e que foi construído historicamente. O Defender irá atuar tanto na ação ativa de proteção do direito das/dos usuárias/os, quando houver uma violação, quanto na instrumentalização, se necessária, da/do usuária/o, para que ela/ele conheça e proteja seus próprios direitos.

A terceira linha de atuação, Controlar, até pode observar a construção histórica da vulnerabilidade e desigualdade social, contudo atua para a manutenção da ordem social. Em instituições de acolhimento, o Controlar pode tomar forma de uma aplicação punitiva das normas institucionais, inclusive dificultando o acesso dos/das usuários/as ao conhecimento das normas. Com frequência, Controlar se dá não em seu próprio nome, mas se usando da justificativa de Ajudar e Defender. Diz Anzaldúa: “Mas eu não vou glorificar aqueles aspectos da minha cultura que me machucaram e que me machucaram em nome da minha proteção” (ANZALDÚA, 1987, p.22). Nesse sentido, merece menção o caso de mães e pais em situação de vulnerabilidade que têm suas crianças retiradas por serem considerados “inaptas/os” para o cuidado de seus filhos e filhas, prática comum em diversos locais do Brasil ao longo dos anos

(ARANTES, 2008; ARNT, 2018; CONANDA, 2017; LOIOLA, 2022; NICHNIG, 2021; PASSOS, 2020)

Cada uma dessas categorias analíticas carrega consigo as suas suposições sobre o que é cuidado e como ele se dá. Entendemos Cuidado como uma necessidade ontológica do ser humano (PASSOS, 2018), algo que necessariamente diz da interdependência dos seres humanos. Contudo, observamos ao longo do texto que embora seja inevitável, ele não necessariamente se dá sem violência e opressão. Relações de cuidado compõem o mundo - “Afirmamos que as maneiras do provimento e da viabilização do cuidado são transformadas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução social” (PASSOS, 2020, p. 118). Por isso, o cuidado também será cheio de hierarquias, impasses e tensões, algumas não negociáveis.

Na instituição de acolhimento, perspectivas diversas sobre cuidado aparecerão, inclusive de tutela e vigilância em nome da proteção. Entretanto, o entendimento de cuidado que nos interessa mais se imbrica com o significado da palavra acolhimento. Esse acolhimento-cuidado, ou cuidado-acolhimento, não o definiremos, mas traçaremos algumas de suas características na atuação da/do psicóloga/o:

Ele é contínuo, não um momento isolado e tem a ver com o modo com que nos relacionamos com nossas usuárias e usuários. A escuta forma esse modo, não uma escuta burocrática, de preenchimento de documentos, mas uma escuta disponível, que visa compor **junto** com a pessoa e não a submeter aos ideais de futuro da/do profissional.

É um cuidado que circula, aceitando que usuárias e usuários podem cuidar-se entre si, e mesmo, de alguma forma, da equipe que os atende, aceitando que é possível formar um coletivo profissional entre tudo o que nos chama para a individualidade e competitividade. Cuidado-acolhimento é, necessariamente, coletivo: uma linha flexível, que pode tecer possibilidades dentro da rigidez individualizante das políticas públicas - “Rigidez significa morte”, diz Anzaldúa (ANZALDÚA, 2005, p. 706).

Retomemos Glória Anzaldúa (1987) uma última vez: ela começa nos contando das fronteiras, desse território de disputas, tentativas de subjugação e resistência. É da fronteira que surge a figura da *mestiza*. O seu primeiro momento é de atenção para identificar e nomear o que é colonial, branco, opressor. Pode-se pensar que se identifica para se contrapor, mas “o ‘contrapositionamento’ refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada a, aquilo contra o qual se está reagindo” (ANZALDÚA, 2005, p. 705).

Externalizar o conflito é uma mudança significativa em relação a uma submissão silenciosa às vozes coloniais e de controle, porém viver exclusivamente essa disputa faz com que o centro seja pautado sempre por aquilo que se deseja combater. Na atuação da/do psicóloga/o no SUAS, parece que é aí que se localiza seu trabalho: se posicionando de um lado ou outro do conflito. Não se atingiu a nova consciência *mestiza* de Glória, que surge do conflito, porém, o ultrapassa.

Para *mestizas* não é o suficiente apenas se reinscrever nas culturas tradicionais das quais emergiram, e se firmar numa posição binária de nós-estamos-certas/eles-estão-errados. Perspectivas baseadas em representação problematizam essa binariedade, interrogando como as pessoas negociam mundos múltiplos todos os dias. Minha identidade está sempre em fluxo; ela muda conforme eu caminho e cruzo muitos mundos a cada dia...” (ANZALDÚA, 2021, p.195, grifo nosso).

Não sei se é de fato possível aproximar-se dessa ideia *mestiza*, conforme o deslocamento proposto por Anzaldúa, em uma atuação dentro das políticas públicas de Assistência Social. Estar do lado de dentro significa já ter sido capturado? Seria apaziguar conflitos sociais e políticos o único resultado possível do trabalho de cuidado da psicóloga e do psicólogo no SUAS, por mais acolhedor que ele seja? Após uma dissertação inteira, as angústias da minha introdução retomam, insolúveis.

Mas Núñez (2023) me alerta que pensar o sentido do presente a partir de um ideal de futuro é uma cilada colonial da ideia de desenvolvimento, progresso: “aí se projeta no futuro uma promessa de melhoramento, como se aquilo que se desconhece (o amanhã) fosse mais verdadeiro e importante do que o que há agora.” (NÚÑEZ, 2023, p. 154).

Agora, posso afirmar que sei de duas coisas: primeiro, sustentar a angústia não é apaziguá-la. Segundo, é possível apostar no cuidado-acolhimento, no presente, como uma linha de tessitura do mundo. E embora não saibamos os resultados dessa aposta, sabemos que a alternativa de não a fazer, ela sim, não provocará mudança. Que seja esse o primeiro passo *mestizo* que damos: acreditar que novos mundos são possíveis, no agora.

REFERÊNCIAS

- ABRIGO. *In Michaelis On-line*. Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=abrigo>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- ACOLHIMENTO. *In Michaelis On-line*. Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=xR2v>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ACNUR – AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em 03 dez. 2023.
- ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. *In*: SOUSA, C. M., (org.). **Um convite à utopia** [online]. vol.1, p. 203 – 233, 2016. Campina Grande: EDUEPB.
- AGÊNCIA SENADO. CDH aprova incluir população em situação de rua no censo do IBGE. Senado Notícias, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/14/cdh-aprova-incluir-populacao-em-situacao-de-rua-no-censo-do-ibge>. Acesso em 14 nov. 2023.
- ALEXANDRE, Rosa. Revolta da Cabanagem completa 187 anos neste mês. **Assembléia legislativa do estado do Pará**. jan. 2022. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/6951/>. Acesso em 21 nov. 2023.
- ANTUNES, Ana Luísa; RODRIGUES, Priscila; BRANDÃO, Zaia. Hierarquias acadêmicas na pesquisa em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, n. Educ. Pesqui., 2019 45, p. e198015, 2019.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands - La frontera: The New Mestiza**. 1 ed. San Francisco: Aunt Lute. 1987.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v.8, n.1, 2000.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>. Epub 05 Maio 2006. ISSN 1806-9584. Acesso em: 10 nov. 2022.
- ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Bolha. 2021.
- ARANTES, Esther Maria. Mediante quais práticas a psicologia e o direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar. *In* C. Coimbra, L. Ayres & M. L. Nascimento (orgs.), **Pivetes: encontro entre a psicologia e o judiciário**, p. 131-148, 2008. Curitiba: Juruá.

ARANTES, Esther Maria. Santa Casa de Misericórdia. In **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. A. M. Jacó-Vilela (Org.). Rio de Janeiro: Imago, Brasília: CFP. 2011.

ARANTES, Esther Maria. Dos livres e dos cativos – breves apontamentos sobre a história das crianças no Brasil. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2022. DOI: 10.36704/ssd.v5i1.6346. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/6346>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ARNT, Olga. Audiência pública aborda retirada compulsória de filhos de moradoras de rua e usuárias de drogas. **Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**. 23 mai. 2018. Disponível em: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/314116>. Acesso em 26 nov. 2023.

ASSISTIR. In **Michaelis On-line**. Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/assistir>. Acesso em 26 set. 2023.

AUGUSTO, Maria Helena. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 105-119, 1989. DOI: 10.1590/ts.v1i2.84772. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84772>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BAPTISTA, Luiz Antônio. A Atriz, o Padre e a Psicanalista – os Amoladores de Facas. **A Cidade dos Sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades, p. 45 - 49. 1999

BARCELLOS, Felipe. Comissão da CDL cobra solução da prefeitura para a população de rua. **A tribuna**. out. 2023. Disponível em: <https://atribunarj.com.br/materia/presidente-da-cdl-cobra-solucao-da-prefeitura-sobre-populao-de-rua>. Acesso em 29 dez. 2023.

BARRETO, Raquel de Oliveira; CARRIERI, Alexandre de Pádua; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 1, p. 47–60, 2020. DOI: 10.1590/1679-395174655. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/74655>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BARROS, José D 'Assunção. Contribuição para o estudo dos “campos disciplinares”. **Alpha**. v.11, p. 205-216, ago. 2010

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-lei nº 3.688 de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Brasília, 3 out. 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-norma-atualizada-pe.html>. Acesso em 04 dez. de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília, 12 out. 1991.

Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm#:~:text=L8242&text=LEI%20N%208.242%2C%20DE%2012%20DE%20OUTUBRO%20DE%201991.&text=Cria%20o%20Conselho%20Nacional%20dos,Conanda\)%20e%20dá%20outras%20providências](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm#:~:text=L8242&text=LEI%20N%208.242%2C%20DE%2012%20DE%20OUTUBRO%20DE%201991.&text=Cria%20o%20Conselho%20Nacional%20dos,Conanda)%20e%20dá%20outras%20providências). Acesso em 26 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 106 de 11 de fevereiro de 2000**. Brasília. 11 fev. 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: 2008.

BRASIL. **LOAS anotada: Lei Orgânica de Assistência Social**. 1993/2009.

BRASIL. **Lei no 10.216 de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em 06 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Portaria 878/2001**. Estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências. Brasília: 2001b.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2001/Portaria%20no%20878-%20de%2003%20de%20dezembro%20de%202001.pdf. Acesso em 19 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília: 2002.

Disponível em:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em 18 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Residências Terapêuticas**. Brasília: 2004. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>. Acesso em 25 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto no 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília: 2009a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 07 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009b. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXLVI, nº 225, p. 82, 25 nov. 2009b.

Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: 2009c. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 121, de 25 de janeiro de 2012**. Institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas (Unidade de Acolhimento), no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial. Diário Oficial da União. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13714.htm. Acesso em 25 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **É possível Housing First no Brasil?: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

BRASIL. **Conferências de Assistência Social**, 15 jul. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/participacao-social#:~:text=As%20conferências%20de%20assistência%20social,de%20Assistência%20Social%20\(SUAS\)](https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/participacao-social#:~:text=As%20conferências%20de%20assistência%20social,de%20Assistência%20Social%20(SUAS).). Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Guia Brasileiro de Moradia Primeiro (Housing First)**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022.

BRASIL. **Acessar Comunidades Terapêuticas**, 05 jan.2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-comunidades-terapeuticas>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Inscriver-se no Cadastro Único**. 05 jan. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal> . Acesso em: 27 Fev. 2023.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1265–1286, out. 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Documento de referências técnicas para a atuação de psicólogos (os) em políticas públicas de álcool e outras drogas**. Brasília, DF: CFP, 2013.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017**/Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de

Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério Público Federal. Brasília, DF: CFP; 2018.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I: formação e inserção no mundo do trabalho.** 1. ed. Brasília: CFP, 2022a.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social.** 1. ed. Brasília: CFP, 2022b.

CLEMENTINO, Anna Carolina Lo Bianco *et al.* Pesquisa e produção científica: caracterizando a comunidade científica na psicologia. *In:* Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: volume I : formação e inserção no mundo do trabalho.** 1. ed. Brasília: CFP, 2022, cap. 8, p. 132 – 156.

CONANDA - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Nota pública do conanda de repúdio a retirada compulsória de bebês de mães usuárias de substância psicoativas.** Brasília: 19 out. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/notas-publicas-1/nota-publica-em-repudio-a-toda-e-qualquer-medida-que-autorize-a-retirada-compulsoria-de-bebes-_19_10_2017.pdf. Acesso em 26 nov. 2023.

CONPAS - COMISSÃO NACIONAL DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL; CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica com parâmetros para atuação das e dos profissionais de psicologia no âmbito Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** dez. 2016.

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa. Psicologia na assistência social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade [online]**, v. 29, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>. Acesso em 20 set. 2021.

COSTA, Breno. Temer pede corte médio de 30% em programas sociais, mas verba para militares e agronegócio aumenta. **Intercept Brasil**, set. 2016. Disponível em <https://www.intercept.com.br/2016/09/02/temer-pede-corte-medio-de-30-em-programas-sociais-mas-verba-para-militares-e-agronegocio-aumenta/>. Acesso em 12 set. 2023.

CRP-RJ - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. Psicologia e Assistência Social: diálogo para a garantia de direitos? **Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro**, n. 38, jan/fev/mar. 2015.

CUNDA, Mateus Freitas e SILVA, Rosane Neves. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade [online]**. 2020, v. 32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>. Acesso em: 24 Jun. 2022.

DAVIS, Angela. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. [Entrevista concedida a] Alê Alves. **El País [online]** jul.

2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html#:~:text=Angela%20Davis%3A%20%20Quando%20a%20mulher,%20%7C%20Brasil%20%7C%20EL%20PAÍS%20Brasil. Acesso em: 15 jul. 2023.

D'ANGELO, Luisa; DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena; UZIEL, Anna Paula. Por entre fronteiras e dobras da prisão: traçando cartografias em ethos feminista. **Cadernos Pagu**, 2019 (55).

DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena. Engajamento político e fazeres acadêmicos: pistas para embarcar em pesquisas feministas. In: ROSA, K. D.; CAETANO, M.; CASTRO, P. A. **Gênero e sexualidade**: intersecções necessárias à produção de conhecimentos. Campina Grande: Realize. 2017, p. 56 – 79.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. **Fractal**, vol. 23, n. 1, jan./abr. 2011, pp.5-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a02.pdf>. Acesso em 05 abr. 2023.

DIAS, Daniella. Projeto de acolhimento da Prefeitura do Rio pretende atender 92% da população em situação de rua até o fim de janeiro. **G1 Rio**. dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/21/projeto-de-acolhimento-da-prefeitura-do-rio-pretende-atender-populacao-em-situacao-de-rua.ghml>. Acesso em 28 dez. 2023.

DIAS, Maria Socorro de Araújo. et al.. Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4371–4382, nov. 2014.

ESMERALDO, Andréa Ferreira.; XIMENES, Verônica Moraes. Mulheres em Situação de Rua: Implicações Psicossociais de Estigmas e Preconceitos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022 42, p. e235503, 2022.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, n. 38, p. 45-49, jun. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 set. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Ulisseia. 1961.

FOLHA DO LESTE. CDL: Fabiano Gonçalves lidera reunião sobre “tranquilidade pública”. **Folha do Leste**. out. 2023. Disponível em: <https://folhadoleste.com.br/cdl-fabiano-goncalves-lidera-reuniao-sobre-tranquilidade-publica/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 50–59, maio 2005.

FONSECA, Rozana. Assédio moral na Assistência Social: introdução ao debate. **Blog Psicologia no Suas**. 2021. Disponível em: <https://psicologianosuas.com/2021/01/04/assedio-moral-na-assistencia-social-introducao-ao-debate/>. Acesso em 27 dez. 2023.

FONSECA, Francisco; SANDIM, Tatiana Lemos. Vulnerabilidades sócio/ institucionais: em busca de um conceito amplo e complexo. In SPINK, Peter; BURGOS, Fernando; ALVES, Mário Aquino (Orgs.). **Vulnerabilidade(s) e Ação Pública: concepções, casos e desafios**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2022, cap.4, p. 55-73.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MONTICELLI, Thays Almeida. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. e71312, 2021.

GARANTIR. In **Michaelis On-line**. Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/garantir/> . Acesso em 08 de out. 2023.

GARCÍA, Joaquín Torres. **América Invertida**. 1943. Caneta e tinta.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. spe, p. 66–77, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUARESCHI, Neuza *et al* . Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, jun. 2007 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 out. 2023.

GUIMARÃES, Ana Paula Dias; OLIVEIRA, Helian e SILVA, Jandira Maciel. Violência relacionada ao trabalho e apropriação da saúde do trabalhador: sofrimento anunciado no Sistema Único de Assistência Social. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. v. 30, n. 02, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300224>. ISSN 1809-4481. Acesso em 27 dez. 2023.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25124>. Acesso em 06 mar. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conheça o Brasil – população - cor ou raça. **IBGE Educa**. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,10%2C6%25%20como%20pretos>. Acesso em 21 dez. 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ministério da Economia. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

LOIOLA, Gracielle Feitosa. “**Nós somos gente... Nós pode ser mãe...**” - Existências e resistências à retirada compulsória de filhas/os pelo estado. São Paulo: PUC/SP, 2022

MACERATA, Iacã. Um fio da navalha na prática “psi”: considerações sobre cuidado e controle em um dispositivo de abordagem de rua da política pública de assistência social. **Anais XV ENABRAPSO**. ABRAPSO, 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/629.%20um%20fio%20da%20navalha%20na%20pr%C1tica%20%93psi%94.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

MACHADO, Leandro. Sob Bolsonaro, comunidades religiosas viram principal terapia de dependentes químicos mesmo sem controle e resultados atestados. **BBC News Brasil**, São Paulo, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61184132>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no centro histórico de Salvador. In: MACRAE, E., TAVARES, LA., and NUÑEZ, ME. (orgs). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso** [online]. Salvador: EDUFBA, 2013, pp. 223-314. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/cpjfq/pdf/macrae-9788523211714-09.pdf>. Acesso em 29 dez. 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTINS, Eduardo Henrique Gorobets, *et al.* A Conquista de México-Tenochtitlan no Manuscrito 40: a tradução de um texto em nahuatl do século XVI à língua portuguesa. **Revista de fontes**, 2021, v. 08, n. 14, p.127 – 146.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1. 2018.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de *et al.* Entre a benesse e o direito: as políticas de atendimento à população em situação de rua na América Latina. **Psicologia em Estudo [online]**. 2020, v. 25, e45025. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45025>. Acesso em 18 jul. 2022

MIGNOLO, Walter. Cuáles son los temas de género y (des)colonialidad?. In: MIGNOLO, W. (Org.). **Género y descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2021.

MONTEIRO, Ana Cláudia Lima; RAIMUNDO, Maria Paula Borsoi; MARTINS, Bárbara Gerard. A questão do sigilo em pesquisa e a construção dos nomes fictícios. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, 9 (2), p. 157-172, 2020.

MOURA, James Ferreira; XIMENES, Verônica Moraes. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia** [online]. 2016, v. 28, n. 1, p. 76 - 83. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1051>. Acessado 07 jul. 2022

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1978.

NASCIMENTO, Maria Livia; COIMBRA, Cecília. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R.; Abrahão, A. L.; Coimbra, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde**. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

NEDER, Livia. MP investiga se Prefeitura de Niterói descumpriu determinação do STF sobre população em situação de rua. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/niteroi/noticia/2023/08/20/mp-investiga-se-prefeitura-de-niteroi-descumpriu-determinacao-do-stf-sobre-populacao-em-situacao-de-rua.ghtml>. Acesso em 29 dez. 2023.

NEIVA, Silmara *et al.* Perspectivas da ciência brasileira: um estudo sobre a distribuição de bolsas de pesquisa em produtividade do CNPq ao longo do ano de 2019. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 51–71, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/18090>. Acesso em: 13 mar. 2023.

NEVES, Fernanda Pereira. Mortes: Uma vida dedicada à família e às causas sociais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, mar. 2016.

NICHNIG, Claudia. “Pensa numa dor dolorosa”. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 38, p. 155-174, 29 dez. 2021.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. **Caminhos da História**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 58–78, 2022. DOI: 10.46551/issn.2317-0875v27n2p.58-78. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/5438>. Acesso em: 9 dez. 2023.

OLIVEIRA, Isabel; COSTA, Victor; YAMAMOTO, Oswaldo. A psicologia no Brasil: uma história em construção. In Conselho Federal de Psicologia, **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I: formação e inserção no mundo do trabalho**. 1. ed. Brasília: CFP, 2022, p. 11 - 42.

PAES, Eduardo. **Já determinei ao Secretário [...]**. Rio de Janeiro, 21 nov. 2023. Twitter: @eduardopaes. Disponível em: https://twitter.com/eduardopaes/status/1726951986531107255?t=qIPfHX8MqNPKqqa9_i0rWQ&s=19. Acesso em 22 nov. 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Trabalho, gênero e saúde mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. São Paulo: Cortez, 2018.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira **Argumentum**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.21483. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483>. Acesso em 20 set. 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47219. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47219>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. De gestores e cães de guarda: sobre psicologia e violência. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 405-415, 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2023.

PAULINO, Silvia Campos; OLIVEIRA, Rosane. Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. **Direito em movimento**, v.18, n. 1, p. 94 – 110. 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 63-83, jan./jun. 2007.

PERES, Girlane Mayara; GRIGOLO, Tania Maris; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Desafios da intersectorialidade na implementação de programa de prevenção ao uso abusivo de drogas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 869–882, out. 2017.

PESSOTTI, Isaías. Notas para uma história da psicologia brasileira. In Conselho Federal de Psicologia, **Quem é o psicólogo brasileiro?**. São Paulo: EDICON, 1988, p. 17-31.

PINHEIRO, Marina Brito; DIREITO, Denise do Carmo. **O sistema deliberativo da política de assistência social no contexto da ascensão de novos projetos políticos no governo federal**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. Ação da Prefeitura de Niterói leva acolhimento para pessoas em situação de rua. **Niterói**. out. 2023. Disponível em: <https://niteroi.rj.gov.br/2023/10/24/acao-da-prefeitura-de-niteroi-leva-acolhimento-para-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em 29 dez. 2023.

PREFEITURA DE SALVADOR. Programa Moradia Primeiro é apresentado por Movimento da População de Rua à secretária da Sempre. **Prefeitura de Salvador**, 2022. Disponível em: <https://sempre.salvador.ba.gov.br/programa-moradia-primeiro-e-apresentado-por-movimento-da-populacao-de-rua-a-secretaria-da-sempre/>. Acesso em 30 dez. 2023.

PUIG DE LA BELLACASA, M.; BÖSCHEMEIER, A. G. E.; ENGEL, C.; GRECO, L. R.; FIETZ, H. O pensamento disruptivo do cuidado. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 108–133, 2023. DOI: 10.4000/aa.10539.

QUALITEST. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. São Paulo. 2019. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf. Acesso em: 24 de Junho de 2022.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. 2005.

REIS, Carolina dos, *et al.* A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. **Estudos de Psicologia (Campinas) [online]**. v. 31, n. 4, 2014, p. 583-593. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2014000400012>. Acesso em 2 out. 2022.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5–30, 2007.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 166–173, maio 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. **ECOS: estudos contemporâneos da subjetividade**, v. 1, n. 2, p. 120-132, 2012.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 44–52, jan. 2014.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Transversalizando as políticas públicas: quando a intersectorialidade se torna rizomática. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 3, p. 421-432, 24 set. 2017.

RIO PREFEITURA. **Números do censo da população em situação de rua - 2020**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-populacao-em-situacao-de-rua-2020-1/explore>. Acesso em: 24 de Junho de 2022.

RUAS, Projeto. Programas. **Projeto Ruas**. Disponível em: <https://www.projeturuas.org.br>. Acesso em: 30 dez. 2023

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro dos. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/841>. Acesso 08 jan. 2023.

SAÚDE MENTAL, II Congresso Nacional de Trabalhadores em. Manifesto de Bauru (1987). **InSurgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 537–541, 2018. DOI: 10.26512/insurgencia.v3i2.19775. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19775>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SCHIAFFARINO, Júlia. Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social. **Congresso em foco**. jan. 2022. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/>. Acesso em 06 mar. 2023.

SCHUCH, Patrice. Como a família funciona em políticas de intervenção social?. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 309–325, 2013. DOI: 10.15448/1984-7289.2013.2.15483. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/15483>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SEABRA, Alexandre Sabado. A relevância não comentada de “A escrava Isaura”. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v.08, ed. 03, p. 136-148, mar. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/literatura/a-escrava-isaura>. Acesso em 14 nov. 2023.

SENAPPEN – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **SISDEPEN - 14º** ciclo de coleta. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTczNWl4M2EtZTAwMS00Y2M2LWEyMjEtYzFlNTZlMzgyMTlliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso 09 dez. 2023.

SENRA, Carmem Magda Ghatti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade [online]**, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>. Acesso 20 set. 2021.

SHALDERS, André. A decisão do Ministério da Cidadania que põe em risco a assistência social nas cidades brasileiras. **BBC News Brasil**. Brasília: mar. 2020.

SILVA, Janaína Vilar; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade [online]**, v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>. Acesso 20 set. 2021.

SILVA, Mossicleia Mendes. A política de assistência social no brasil: paralelismo e as estratégias de “alívio à pobreza”. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1 n. 1, p. 1 – 19, 2018.

SILVA, Ociana Donato; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 582–603, jul. 2015.

SMASES - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Circular. **Orientações iniciais para equipes SMASES sobre estudo para pesquisa nacional sobre população em situação de rua 2023**. Niterói: nov. 2023.

SOUZA, Najila Thomaz *et al.* A política de assistência social e o trabalho assistente social no âmbito do sistema único. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas Universidade Federal do Maranhão**. 2015.

TELES, Larissa de La-Rocque Corrêa; CAMARA, Rogério. Igarapé das Almas: uma cartografia da Avenida Visconde de Sousa Franco, Belém / PA. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n 1, p. 78-95, 2019.

TRONTO, Joan. **Caring democracy** : markets, equality, and justice. Nova Iorque e Londres: New York University, 2013.

VARGAS, Mateus. Governo Lula é criticado por criar área para comunidades terapêuticas após pressão de religiosos. **Folha de São Paulo**, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/governo-lula-e-criticado-por-criar-area-para-comunidades-terapeuticas-apos-pressao-de-religiosos.shtml>. Acesso em 06 mar. 2023.

VASALLO, Brigitte. **O desafio poliamoroso**: por uma nova política dos afetos. São Paulo: Elefante. 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu. 2020.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu. 2021.

VERSIANE, Rafael. Microgerenciamento: o que é e como evitar na equipe. **Enotas**. s/d/. Disponível em: <https://enotas.com.br/blog/microgerenciamento/>. Acesso em 28 dez. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 21 set. 2023.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

1. Dados Sociodemográficos

- Qual a sua idade?
- Como se identifica quanto a raça/cor?
- Qual sua identidade de gênero?
- Qual o Estado e a cidade onde você atua?

2. Formação

- Em que ano você se formou?
- Em que instituição você fez a sua graduação?
- Após a graduação, fez alguma formação? Qual? Onde?
- O trabalho do psicólogo na Assistência Social foi abordado em algum momento da sua formação?
- Além da formação formal, você tem outros espaços de aprendizagem? (leituras, lives...)
- O que você usa como referencial teórico no trabalho?

3. Percurso Profissional

- Há quanto tempo você atua como psicóloga/o?
- Há quanto tempo você trabalha/trabalhou na Assistência Social?
- Qual o seu vínculo empregatício e carga horária?
- Quanto tempo você trabalha/trabalhou em Unidade de Acolhimento? (Já trabalhou em outra Unidade de Acolhimento?)
- A(s) Unidade(s) de Acolhimento onde você trabalha/trabalhou era(m) públicas ou privadas?
- Já participou de alguma Conferência pública da Assistência Social? Se sim, como foi?
- Você tem algum contato com o Conselho Regional ou Federal de Psicologia? Se sim, como é essa relação?

4. Prática Profissional

- Qual é o público atendido na sua U.A.?
- A U.A. tem quantas vagas?
- A equipe técnica conta com quantos profissionais? (Quantos psicólogos atuam lá?)
- Como é a sua rotina de trabalho?
- Como é a sua relação com a equipe (coordenação, equipe técnica, educadores)?
- Como é a sua relação com a gestão?
- Você já realizou algum projeto na Unidade, para além do trabalho de rotina?
- Há uma discussão sobre o processo de elaboração de documentos?
- Como é o trabalho com a rede?
- Como é o trabalho com o território?

- O que poderia melhorar?
- O que já funciona bem?
- O que você considera como “cuidado” em sua prática profissional?
- O que você considera como “acolhimento” na U.A.?

5. Trabalho com usuários/as

- Qual a raça/cor dos/das usuários/as?
- Existem discussões sobre violência doméstica/racismo/identidade de gênero e orientação sexual/drogas/saúde mental na U.A.?
- A U.A. tem normas? Como é o processo de criação das normas?
- O que acontece quando as normas são quebradas?
- Qual foi seu maior desafio até agora? O que fez para lidar com ele?
- Me conta uma boa experiência?

ANEXO A – Panfleto do Estudo inicial sobre população em situação de rua - IBGE/Prefeitura Niterói/Instituto Pereira Passos/UNFPA/IPEA/Ministério do Planejamento e Orçamento/Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (2023)



**ESTUDO INICIAL SOBRE
POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO
DE RUA**

IBGE

**O IBGE estará percorrendo algumas ruas de Niterói para
entrevistar a população em situação de rua do município.**

PERÍODO E LOCAL DAS ENTREVISTAS

 **4 a 7** de dezembro

 A partir de **18h**

 Em áreas pré-selecionadas
do Centro, Zona Sul e Zona
Norte da cidade de Niterói

Os entrevistadores do IBGE estarão devidamente identificados com coletes e crachás, além de contarem com agentes da assistência social e saúde da Prefeitura de Niterói.

ESTUDO INICIAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

IBGE



O sigilo das entrevistas é garantido e as informações serão utilizadas unicamente para fins estatísticos.

A participação de todos é fundamental para conhecer um pouco mais sobre a realidade da população em situação de rua no Brasil.

Esse estudo contou com o apoio de:

- Prefeitura Municipal de Niterói
- Instituto Pereira Passos-RJ
- Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- Ministério do Planejamento e Orçamento
- Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Em parceria com a Prefeitura de Niterói, o IBGE estará percorrendo algumas ruas de Niterói (RJ) para entrevistar a população em situação de rua do município.

Trata-se de um estudo piloto a fim de preparar uma futura pesquisa nacional sobre população em situação de rua.

As entrevistas ocorrerão de **4 a 7 de dezembro no período noturno (a partir de 18h)**, em áreas pré-selecionadas do Centro, Zonal Sul e Zona Norte da cidade.

Os entrevistadores do IBGE estarão devidamente identificados com coletes e crachás, além de contarem com agentes da assistência social e saúde da Prefeitura de Niterói.

O estudo será acompanhado ainda por representantes do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua).



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

